

**VANESSA MARION ANDREOLI**

**NATUREZA E PESCA:  
Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos - PR**

**CURITIBA  
2007**

**VANESSA MARION ANDREOLI**

**NATUREZA E PESCA:  
Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos - PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

**CURITIBA  
2007**

## EPÍGRAFE

"Os pescadores buscam o *semblante* e olham para o onde ele corre, os traços que tem, a densidade, o tamanho, e a forma das nuvens, ou como o *vento joga com elas* (...). Cada vento tem suas características únicas: o vento Norte: '*é um vento frio, escravo e brabo*'. O vento sul: '*é amoroso*', quer dizer suave, quente, acompanhado de orvalho (chuva fina). O vento leste, em geral faz marolas no mar e o vento oeste '*nunca é amoroso por mais moderado que se apresente*'. O vento de noroeste pode fazer confusão durante o dia e '*vai morrendo de noitinha...*'".

**Antonio García Allut (2000)**

## DEDICATÓRIA

*A toda minha família e principalmente ao meu pai, que me fez enxergar, sentir e principalmente acreditar no que é realmente importante em nossas vidas.*

“Não pense nos momentos difíceis como o fim do mundo, e sim como mais um obstáculo a ser superado. Pois é dos momentos difíceis que se cresce.” (autor desconhecido)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que fez as oportunidades surgirem em minha trajetória.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva, meu orientador, pela dedicação e compreensão em todos os momentos da construção dessa pesquisa.

Ao Prof. Dr. Dimas Floriani e a Prof. Dr<sup>a</sup>. Cristina Teixeira, por terem dado uma contribuição tão rica na minha qualificação. Com certeza sem este importante espaço de discussão e reflexão este trabalho perderia muito em conteúdo.

Aos meus filhos agradeço especialmente por existirem e serem o combustível para que eu chegasse até aqui.

De maneira muito especial, agradeço a minha mãe e a minha irmã - mais que uma família: minhas amigas - pelo incentivo e carinho nas horas de desespero.

Ao Paulo Gustavo, meu companheiro, agradeço pelo apoio e pela paciência nos momentos de estresse.

A minha amiga Karina, pela ajuda na leitura e revisão do trabalho mas, principalmente, pelo incentivo e por acreditar, sempre, que eu era capaz.

Agradeço a todos os meus familiares que principalmente entenderam que este é um trabalho longo e muitas vezes solitário, no qual precisamos investir forças e nos dedicar com afinco.

Agradeço profundamente a todos os pescadores que oportunizaram essa pesquisa e, acima de tudo, me fizeram, mais uma vez, observar a natureza sob outro ponto de vista, acreditando cada vez mais em uma sociedade com mais consciência ambiental.

Enfim... a todos que de alguma forma contribuíram para a efetivação desta, que, muito mais que uma pesquisa, se tornou um projeto de vida. Valeu!

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>ix</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: Elementos sobre a organização da pesca no Brasil.....</b>	<b>10</b>
1.1 Características da pesca artesanal.....	12
1.2 Principais diferenças entre a pesca artesanal e a pesca industrial.....	20
1.3 A evolução da pesca no litoral do Paraná.....	25
<b>CAPÍTULO 2: Os conhecimentos tradicionais pesqueiros.....</b>	<b>32</b>
2.1 Tradição e modernidade.....	35
2.2 Características da relação homem–natureza.....	42
2.3 Aspectos da conservação da natureza.....	48
<b>CAPÍTULO 3: A pesquisa em Matinhos – PR.....</b>	<b>51</b>
3.1 O Município de Matinhos: aspectos gerais.....	51
3.2 A pesca em Matinhos.....	56
3.2.1 Os pescadores.....	63
3.2.2 Descrição socioeconômica dos pescadores.....	65
3.2.3 O Mercado Municipal de Pescados e a Colônia de Pescadores.....	69
<b>CAPÍTULO 4: A construção da identidade dos pescadores de Matinhos.....</b>	<b>75</b>
4.1 Iniciação na pesca.....	77
4.2 Quem são os “mestres”.....	82
4.3 Relações entre os pescadores.....	87
4.4 Relações de gênero.....	95
4.5 A relação pescador-natureza e os conhecimentos tradicionais.....	97
4.6 Alguns aspectos sobre o conservacionismo dos pescadores.....	102
<b>REFLEXÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>122</b>

**LISTA DE TABELAS****TABELA 1**

Relação entre pesca artesanal e industrial/empresarial no Brasil

**TABELA 2**

Produção pesqueira por região (Brasil - 1988)

**TABELA 3**

Número de pescadores por município – litoral do Paraná - 1988

**TABELA 4**

Quantidade de embarcações, produção de camarão e de pescado no litoral do Paraná (toneladas/ano1998)

**TABELA 5**

População, superfície e densidade populacional - municípios do litoral paranaense, 2000.

**TABELA 6**

População e taxas anuais de crescimento, por situação de domicílio - Municípios do litoral paranaense, 1970 a 2000.

**TABELA 7**

População ocupada segundo as atividades econômicas- Matinhos/PR – 2000

**TABELA 8**

Estimativa do tempo de decomposição de materiais no solo

**TABELA 9**

Local de residência dos pescadores de Matinhos/PR - 2005

**TABELA 10**

Tipo de moradia dos pescadores de Matinhos/PR – 2005

**TABELA 11**

Renda mensal média dos pescadores de Matinhos/PR – 2005

**TABELA 12**

Profissões que exercem além da pesca (pescadores de Matinhos/PR – 2005)

**TABELA 13**

Grau de instrução dos pescadores de Matinhos/PR – 2005

**TABELA 14**

Por que são pescadores (Matinhos/PR – 2005)

## LISTA DE FIGURAS

**FIGURA 1**

Mapa Político do Estado do Paraná e Localização do Município de Matinhos

**FIGURA 2**

Canoas utilizadas pelos pescadores de Matinhos

**FIGURA 3**

Carretinha para puxar a canoa do mar

**FIGURA 4**

Rede de nylon utilizada pelos pescadores

**FIGURA 5**

Mercado Municipal de Pescados

**FIGURA 6**

Sede da Colônia de Pescadores Z-4

**FIGURA 7**

Instalações da Emater de Matinhos-PR

**FIGURA 8**

Última casa de pescador na areia

**FIGURA 9**

Pescadores saindo ao mar para pescaria

**FIGURA 10**

Pescadores retirando o pescado da canoa

**FIGURA 11**

Locais onde confraternizam, guardam seus instrumentos de trabalho e suas canoas



## RESUMO

O presente estudo trata da relação dos pescadores artesanais de Matinhos-PR com a natureza, enfocando em que medida esses trabalhadores podem ser considerados conservacionistas e a forma como lidam com a conservação da natureza, visto que dependem diretamente dela para a sua sobrevivência e a manutenção de sua atividade profissional. Além disso, discute-se o valor dos conhecimentos tradicionais no sentido de pensar novas formas de conservação da natureza, através do diálogo entre os saberes científicos e populares e Passamos por uma crise sócio-ambiental intensa nos dias atuais, o que nos leva a repensar a relação homem-natureza contemporânea. Essa relação se torna relevante no presente trabalho, a medida que percebemos o homem como um ser social; sendo assim, sua relação com a natureza se dá à partir do modo de vida que leva, e os pescadores artesanais possuem uma grande dependência com o meio ambiente que o cerca, uma vez que dependem diretamente dele para a sobrevivência em sua atividade profissional.

Inicialmente se fez uma pesquisa exploratória na praia de Matinhos, a fim de observar se a pesca artesanal era a atividade dominante na região. Após essa etapa, realizou-se a pesquisa de campo, através de entrevistas, observação direta e uma saída ao mar com os pescadores para perceber a dinâmica de relações que ocorrem nesta situação.

Partindo da hipótese inicial de que os pescadores artesanais, por dependerem direta e quase que exclusivamente da natureza para sobreviverem da pesca, teriam práticas conservacionistas, os resultados e análises da pesquisa empírica permitiram responder não somente se os pescadores artesanais são ou não conservacionistas, mas também compreender a complexidade da sua atividade profissional, como a principal mediadora da relação homem-natureza. Para os pescadores estudados, a sua vida gira em torno da profissão, onde um saber-fazer específico constrói a identidade social do grupo.

Palavras-chave: Pesca artesanal, natureza, conservação, saberes tradicionais.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da relação entre os pescadores artesanais do Município de Matinhos, localizado no litoral do Paraná e da natureza, sob o ponto de vista dos conhecimentos tradicionais que são passados pela comunidade pesqueira de geração em geração, trazendo aspectos sociais que se confrontam com os desafios do mundo contemporâneo. Neste sentido, a pesquisa foi desenvolvida a fim de investigar, principalmente, em que medida os pescadores artesanais podem ser considerados conservacionistas e a forma como lidam com a conservação da natureza, visto que dependem diretamente dela para a sobrevivência de sua atividade profissional. Este trabalho tem por finalidade, além das citadas acima, analisar como se dá a construção da identidade<sup>1</sup> do grupo de pescadores artesanais estudado, além de discutir o valor dos conhecimentos tradicionais para se pensar novas formas de conservação da natureza<sup>2</sup>, através do diálogo entre os saberes científicos e populares.

É perceptível nos dias atuais a grande crise em que o meio ambiente se encontra. Essa crise começou a se intensificar a medida que o homem foi se distanciando da natureza e começou a encará-la como mercadoria, passando a ter um sentimento de dominação que faz parte da lógica do modelo da sociedade contemporânea. Foladori (2001) comenta que não só o modelo econômico, mas também três temáticas englobam a crise ambiental: a superpopulação, os recursos e os resíduos. Segundo o autor, “esses três grandes problemas podem ser compreendidos sob um denominador comum: os limites físicos externos com os quais a sociedade humana se defronta” (p.101). Limites esses que se expressam através de uma quantidade maior de população do que o ecossistema pode suportar. Aliando esses problemas ao modelo econômico vigente, percebemos que os recursos naturais são escassos diante das crescentes necessidades sociais, além da poluição do meio ambiente possuir uma velocidade que a natureza não consegue reciclar. Foladori acredita que os problemas ambientais da sociedade humana surgem “como resultado de sua organização econômica e social”, diz ele, “e qualquer

---

<sup>1</sup> Usaremos aqui a definição de Hall (1999) de identidade: sujeito sociológico. Ver capítulo 4.

<sup>2</sup> Ver capítulo 2, item 2.3 do presente trabalho.

problema aparentemente externo se apresenta, primeiro, como um conflito no interior da sociedade humana.” (p.102)

Já Leff (2002) acredita que a problemática ambiental também está aliada ao “efeito de acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem a padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza” (p.59). Além disso, o consumismo – consequência do capitalismo – vem esgotando as reservas de recursos naturais. Portanto, para o autor, uma das principais soluções para amenizar a crise ambiental estaria na valorização do diálogo de saberes, já que “as práticas de uso dos recursos dependem do sistema de valores das comunidades” (p.79).

O autor acredita que essa crise “problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade” (p.60). Sendo assim, precisamos analisar a natureza de uma forma transdisciplinar e que priorize não somente o pensamento científico, mas também o saber popular. Para pensarmos então em novas formas de conservação é necessário entendermos a relação sociedade-natureza<sup>3</sup>, uma vez que uma nova relação implica também na valorização das formas tradicionais de produção, como é o caso dos pescadores artesanais (Cunha, 2004).

Segundo Leff (2001), é a partir dos valores e saberes populares e de sua mestiçagem com as ciências e tecnologias atuais que devemos pensar em um processo de inovação de práticas de aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Sustentabilidade entendida no sentido de uma orientação dos processos de produção e consumo por uma racionalidade ambiental integradora das dinâmicas ecológicas (potencialidades e limites da natureza) e socioculturais (saberes, práticas de vida e criatividade locais). Portanto, para que isso aconteça realmente, é necessário revermos a relação de dominação e desconhecimento dos saberes tradicionais pela visão “moderna”, libertando esses saberes subjulgados que não foram formalizados em códigos científicos. Não podemos desconsiderar que os cientistas têm um papel importante na conservação, mas não é o único instrumento, nem a única forma de conhecer.

---

<sup>3</sup> Discutida no capítulo 2, item 2.2.

Devemos, portanto, almejar uma mescla entre os conhecimentos tradicionais e acadêmicos, priorizando a idéia de que conservação, segundo o autor, não é só ciência, mas também práticas sociais e representações de mundo.

Segundo Medina (1994), a separação entre o homem e a natureza reflete-se em toda produção humana, em particular no conhecimento produzido pelo modelo de desenvolvimento da nossa sociedade. Tendo em vista a atual situação em que encontramos a natureza, torna-se imprescindível então o desenvolvimento de uma nova cultura. Essa crise é reflexo de seus próprios valores, condutas e estilos de vida coletivos, se constituindo, portanto, em uma crise cultural, já que a cultura modela a maneira que concebemos o mundo e a nós mesmos, e como nos relacionamos com ele.

Passamos por um momento crucial para pensarmos o que é conservar os recursos naturais e também a diversidade cultural que, principalmente no Brasil, é extensa. Conservar no sentido de uma prática como qualquer outra, ou seja, feita de comportamentos, técnicas e conhecimentos. A conservação da natureza vem sendo reconhecida como fundamental para assegurar a sobrevivência do homem e para a manutenção dos equilíbrios ecológicos (como a regulação do clima e a proteção do solo contra a erosão), como comprovam as várias convenções internacionais em vigor que visam essa mesma conservação (nomeadamente a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa) e a ação da UICN (União Internacional para a Conservação da natureza e dos seus recursos), que tem desempenhado um papel fundamental no fomento da conservação da natureza a nível internacional. O solo, as águas, as florestas, os oceanos, a fauna, a flora e as paisagens são recursos naturais insubstituíveis e vitais, que interessa preservar e transmitir às gerações futuras, não só pelo seu valor produtivo (pelo fornecimento de alimentos, medicamentos, materiais de construção, combustível, fibra, entre outros), como também pelos seus valores culturais, educacionais, estéticos e turísticos. Para muitos povos, a natureza assume ainda um papel fundamental, como é o caso dos pescadores artesanais, que dependem dela para a sobrevivência de seu trabalho.

Dentro dessa perspectiva, a presente pesquisa foi desenvolvida junto a um grupo de pescadores artesanais que residem no município de Matinhos, no

litoral do Paraná. O grupo de pescadores estudado tem como local de encontro para a prática da pesca a praia em frente ao Mercado Municipal de Pescado. Este se localiza na orla marítima na região central da cidade, ao lado da Colônia de Pescadores e da EMATER da região. Porém, os pescadores deste grupo residem em diversos bairros da periferia do município, tais como Mangue-Seco, Rio da Onça, Flamingo, Riviera e Sertãozinho. Distanciam-se cerca de 3 km do local onde ficam suas embarcações e seus apetrechos de pesca.

A valorização imobiliária e o aumento da população no litoral fizeram com que a maioria dos pescadores desta região vendesse suas propriedades ou posses e passasse a morar distante da orla. Outros deles que possuíam suas residências na faixa que pertence à marinha foram obrigados a abandonar a área e receberam em troca lotes da Prefeitura Municipal para que pudessem efetuar a mudança. Chama-se aqui de um “grupo”, então, não por residirem em um mesmo local, mas por passarem a maioria do tempo lá, da onde saem com seus barcos, trazem o pescado, limpam, dividem, vendem, etc., ou seja, todo o processo de trabalho é realizado no local, além do lazer, como churrascos, conversas, futebol na areia, etc.

A escolha da localidade ocorreu por se tratar de um município que possui um alto grau de desenvolvimento quando comparado a outras regiões do litoral do Paraná. Percebe-se, através de dados do IBGE (1970-2000), um crescimento bastante visível da população, ou seja, foi o município que teve o maior aumento populacional do litoral paranaense nas últimas décadas<sup>4</sup>. O comércio cresceu de maneira desenfreada, e agora atende não somente os veranistas, mas também à comunidade local. Sendo assim, as oportunidades de empregos aumentaram, e a diversidade destes também. Em uma comunidade onde, há aproximadamente 30 anos tinha sua economia voltada quase que exclusivamente para a pesca, agora passa a atingir outras atividades econômicas.

Devido a estudos realizados anteriormente por mim, também com pescadores artesanais, mas de outra localidade litorânea do Paraná (Andreoli, 2005), surgiu a vontade e principalmente a inquietação de verificar se, mesmo

---

<sup>4</sup> Ver tabela 6.

estando dentro de uma mesma região costeira, um balneário com proporções menores e com menor população teria uma visão diferente de natureza e de conservação do que uma localidade com população maior, com um comércio mais intenso e com uma estrutura bem mais modernizada (no sentido de possuir mais casas, apartamentos, diversidade de comércio, população, etc.), como é o caso de Matinhos. Meus estudos anteriores ocorreram em outra região do litoral do Paraná, o município de Pontal do Sul, onde foi possível tirar conclusões de que os pescadores artesanais possuem conhecimentos tradicionais sobre a pesca que podem nos servir como um importante instrumento na sensibilização para as questões ambientais. Além disso, emerge a necessidade de se cruzar esses saberes tradicionais com os saberes científicos, para pensar em novos rumos para a conservação da natureza.

Partindo do pressuposto que os pescadores artesanais, por dependerem diretamente e quase que exclusivamente da natureza para sobreviverem em sua atividade profissional – a pesca – teriam práticas conservacionistas, surgiu a inquietação de investigar se realmente essa hipótese se confirmaria.

Para se levantar a questão problematizadora inicial deste estudo, primeiramente se fez uma *pesquisa exploratória* no local com o objetivo de saber se a pesca era a principal fonte de renda daquele grupo e se, principalmente, o modelo de pesca utilizado era a artesanal. Confirmando esses dois pontos, partiu-se para um estudo bibliográfico, realizando o “estado de arte” sobre a pesca no litoral do Paraná, sobre a categoria dos pescadores e sobre as questões teóricas que o tema envolve.

Após essa etapa, partiu-se para a *pesquisa bibliográfica*, onde se percebeu que a quantidade de trabalhos nessa área no Brasil e principalmente sobre a pesca do litoral paranaense é muito reduzida; a maior parte dos trabalhos encontrados se limita a aspectos técnicos da prática da pesca, e assim encontramos bastante dificuldade no tocante à bibliografia específica. Segundo Franco (2004), o conhecimento sistemático da atividade pesqueira realizada no litoral do Paraná ainda é limitado, existindo poucos estudos que tentam englobar a complexidade dos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A *pesquisa de campo* teve duração de aproximadamente quatro meses, mesclados em semanas em que se ia a campo e semanas que não. Na

temporada de veraneio (compreendida do final de dezembro de 2006 ao final de fevereiro de 2007), se acompanhou mais de perto a dinâmica do grupo, tendo como vantagem a possibilidade de percepção da diferença do trabalho do pescador no inverno e na temporada, onde há um aumento significativo da população e conseqüentemente do consumo de pescado. Várias vezes foi necessário retornar a campo para tirar algumas dúvidas e conversar com algumas pessoas que foram peças-chave durante a pesquisa. Neste período de pesquisa, o ponto de partida foi o Mercado de Pesca, a praia de onde eles saem com as embarcações e onde se localizam as canoas, e a casa de um dos pescadores (60 anos), que ainda mora em uma casinha de madeira na beira da praia, ao lado do Mercado de Pesca, já que, apesar do risco de desabamento, devido ao avanço do mar (ocasionado pela erosão do local), se recusou a retirar-se do local por acreditar que suas raízes estão lá.

Desde o início da pesquisa de campo houve uma grande facilidade na coleta de dados, que foram feitas através de *entrevistas* abertas semi-estruturadas, as quais foram gravadas para futuras consultas. Nem sempre foi possível seguir o roteiro da entrevista, uma vez que cada pescador conduzia as questões para uma direção diferente, enfatizando mais um ou outro tema. Tal roteiro deu lugar, em algumas ocasiões, a entrevistas muito mais dinâmicas do que foram planejadas, aliadas a conversas posteriores aos encontros, muitas vezes mais reveladoras (talvez pelo não uso do gravador) e enriquecedoras do que no momento da entrevista. Sendo assim, todas as entrevistas foram muito ricas de detalhes, no sentido de proporcionar à pesquisadora um olhar diferenciado sobre determinado tema.

Ao todo foram entrevistados 12 pescadores, entre eles o presidente da Colônia de Pescadores de Matinhos – Z4<sup>5</sup>, e o pescador mais antigo que representa o grupo. Também foram entrevistadas três mulheres, duas esposas de pescadores e uma mãe, nas quais as três, apesar de não serem pescadoras, trabalham na pesca, desenvolvendo atividades como a limpeza e a venda do pescado. Além dessas atividades, duas das entrevistadas também fazem artesanato para complementar a renda familiar. Esse artesanato é feito a partir de matérias-primas vindas da natureza, ou seja, são feitos de conchas,

---

<sup>5</sup> Ver capítulo 3, item 3.2.3 do presente trabalho.

estrelas do mar, etc. A pesquisa se baseou muito mais em dados qualitativos do que em dados quantitativos, uma vez que dessa forma se pôde analisar mais profundamente os dados e se chegar a uma perspectiva mais aproximada de suas percepções. Para tentar retratar um pouco da trajetória da pesca em Matinhos, foram entrevistados dois dos pescadores mais antigos da região, além de utilizarmos fontes bibliográficas de autores que tratam da história do litoral paranaense e principalmente da história de Matinhos (Bigarella, 1991).

Além das entrevistas e das conversas informais com os pescadores, também foram realizadas diversas *visitas* à casa de um dos pescadores, que possui uma família inteira na atividade pesqueira: uma esposa (que trabalha na limpeza e na venda do pescado) e cinco filhos homens (que atuam nas embarcações). Em duas ocasiões duas outras casas foram visitadas, desta vez num local fora da praia, uma delas localizada no centro e outra no bairro Mangue-Seco.

A *observação* foi uma técnica bastante importante nesse estudo, uma vez que quando tratamos de olhares diferenciados e opiniões que se contradizem, o método da observação se torna muito valioso, já que é possível perceber se as afirmações ditas em entrevista realmente acontecem na realidade do dia-a-dia. O diário de campo foi de grande valia nesses momentos de pesquisa.

Em apenas uma ocasião foi possível acompanhar dois pescadores em sua atividade na embarcação, ou seja, uma *saída ao mar*, já que a tripulação ideal para esse tipo de embarcação é de três pessoas. A saída foi realizada com o objetivo de viver a experiência que representaria sair ao mar e para observar, na prática, como se configuram as relações entre tripulantes, entre tripulantes e patrões de canoa e como funciona a técnica de pesca que haviam descrito (relacionadas aos conhecimentos tradicionais passados de geração para geração, os quais são aplicados no dia a dia da atividade, seguindo padrões de hierarquia entre a tripulação).

Alguns dados foram levantados junto à EMATER, que infelizmente não pôde colaborar muito com o trabalho, já que algumas semanas antes da consulta ao órgão havia chovido muito e entrado água no escritório, danificando a maioria dos documentos, principalmente os mais antigos (que não haviam sido transcritos para no computador).



Para se levantar os dados socioeconômicos da população de pescadores, foram utilizados, com a devida autorização, os dados coletados pela FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), que realizou um estudo em 2005 em todo o litoral do Paraná, com 273 pescadores artesanais, entre janeiro e novembro de 2005. O objetivo da pesquisa foi levantar as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores, promovendo ações educativas, técnicas, legais e assistenciais, voltadas para a elevação dos padrões de segurança e saúde desses profissionais, de maneira que estes possam atuar como agentes transformadores de seu ambiente de trabalho. O principal instrumento da pesquisa realizada pela instituição foi a aplicação de um questionário (Anexo II) semi-estruturado, com perguntas fechadas e abertas, formando um total de 42 questões. Os dados mais utilizados aqui, no presente trabalho, dizem respeito a informações como infra-estrutura, moradia, vida pessoal, etc.

Iniciamos, no primeiro capítulo apresentando como a pesca é organizada no Brasil, para podermos situar como essa atividade é classificada no país. Em um segundo momento buscou-se uma caracterização da pesca artesanal e uma diferenciação da mesma com a pesca industrial, que utiliza instrumentos e práticas bastante diferentes e que influenciam diretamente na atividade dos pescadores. Em seguida falamos sobre a evolução da pesca no litoral paranaense, procurando situar a importância e relevância da pesca artesanal para a economia do estado.

Já no segundo capítulo procurou-se, através de autores que tratam do assunto, mostrar a importância e características mais marcantes dos conhecimentos tradicionais dos pescadores artesanais, no que se refere aos seus saberes socioambientais. Quando tratamos da tradição e da modernidade, situamos suas principais particularidades e, principalmente, divergências, já que um dos questionamentos desta pesquisa se refere à importância dos conhecimentos tradicionais para a atual sociedade, ou seja, se estes têm valor para a emergência de novos tempos que a modernidade nos traz (ou nos pressiona). Ainda neste capítulo a relação sociedade-natureza foi abordada, já que para proporcionar um maior entendimento da questão ambiental em geral é necessário que pensemos como as diversas relações do homem com a natureza foram desenvolvidas e historicamente produzidas.

No terceiro capítulo começamos a tratar da questão empírica desta pesquisa, apresentando dados da pesquisa de campo e de fontes secundárias, abordando desde a caracterização de Matinhos até a questão da pesca do município, passando pela questão da caracterização dos pescadores artesanais que lá vivem.

No último capítulo é apresentada, enfim, a construção da identidade dos pescadores estudados, refletindo sobre questões de relações dos pescadores, tais como mestres, gênero, natureza e sua conservação. Prioritariamente se abordou, neste capítulo, a análise a partir dos depoimentos dos pescadores entrevistados, procurando intercalá-los e discuti-los com base na fundamentação teórica do trabalho, tendo como objetivo chegar a algumas reflexões finais acerca do objeto de estudo da presente pesquisa.

## CAPÍTULO 1: Elementos sobre a organização da pesca no Brasil

Existem, no Brasil e também no litoral paranaense, diversas formas pelas quais a pesca se organiza, e que, principalmente, diferem muito entre si. Garcez & Sánchez-Botero (2005), em um estudo realizado com pescadores do litoral brasileiro, dividem as atividades pesqueiras profissionais em três categorias: de subsistência, artesanal e industrial, as duas últimas com finalidade comercial.

Diegues (1995), que fez um estudo com pescadores artesanais da Amazônia e litoral norte do Brasil, define a pesca em três categorias bastante úteis para entendermos como se organizam. A primeira delas seria a *pesca de subsistência*, já praticamente desaparecida do litoral brasileiro, uma vez que é praticada principalmente por comunidades ribeirinhas e indígenas em locais da Amazônia. A pesca de subsistência é apenas uma das atividades do grupo, ou seja, os pescadores que a praticam aliam a ela a caça e a lavoura. No interior desses grupos ocorre uma economia de troca – não há mediação da moeda.

A *pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil*, segunda categoria, como Diegues (1995, p.57) coloca, tem como principal característica a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade, ou seja, “o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista a sua venda”. Sendo assim, essa forma de organização da pesca supõe uma divisão social do trabalho, já que existem produtores que não necessariamente participam da captura. O trabalho tem características familiares e a tecnologia utilizada possui um baixo poder de predação.

Nesta forma de organização da pesca, Diegues (1995) divide os pescadores em dois subtipos:

- O *pescador-lavrador*, ou seja, aquele cuja produção se caracteriza como mercantil simples - pequeno produtor litorâneo. A pesca é uma atividade complementar, uma vez que se restringe a períodos de safra (como a tainha e o camarão branco, por exemplo). Geralmente suas embarcações não são motorizadas, e estas são usadas muitas vezes mais como meio de transporte do que para a atividade da pesca. Esta prática da pesca é uma atividade bastante antiga entre nós, e muitas vezes é associada ao campesinato. Segundo o autor, o pescador

artesanal, de que trata a presente pesquisa, se configura em um novo tipo de trabalhador, não podendo ser traduzido como o pescador-lavrador que o antecedeu, mesmo sendo um pequeno produtor.

- A *pequena produção mercantil pesqueira ampliada* caracteriza o pescador artesanal. Mas por que “ampliada”? Diegues a define levando em conta cinco motivos:

1- O primeiro seria por o grupo doméstico, em muitos casos, não ser o mais apropriado como mão-de-obra, já que os barcos utilizados são motorizados e a pesca aqui não é mais uma atividade complementar - passa a ser a principal fonte de renda do pescador, exigindo então uma partilha diferenciada entre os tripulantes da embarcação;

2- Em segundo lugar, a pesca é a principal fonte de renda do pescador, o que denota padrões não tão igualitários na divisão do pescado como é o caso dos pescadores-lavradores. Os patrões das canoas exigem uma parte maior na divisão do pescado, notando-se uma divisão social do trabalho bem mais elevada;

3- Um terceiro motivo, apontado pelo autor, é a particularidade que esse tipo de pesca possui. Ela exige um conhecimento mais específico e aprofundado sobre o ambiente marinho e costeiro que os anteriormente usados pelo pescador-lavrador. Diegues comenta que a propriedade dos meios e instrumentos de trabalho na pesca passam a ser um elemento fundamental em toda a organização produtiva;

4- Como quarto motivo, o autor aponta o avanço tecnológico, como é o caso das embarcações motorizadas, redes de náilon, novas formas de armazenamento do pescado, etc.,

5- O quinto motivo colocado pelo autor é o processo de comercialização realizado pelos pescadores artesanais, que, aos poucos, vem abrindo terreno para firmas de compra de pescado. Resumindo as idéias que Diegues coloca, é somente nessa transição do pescador-lavrador para o pescador artesanal que surge o *pescador* como tal, aquele trabalhador que vive exclusivamente da profissão.

A última forma pela qual o trabalho produtivo na pesca se organiza é a *pesca empresarial-capitalista*, que apresenta características tais como (Diegues, 1995):

- a propriedade e/ou posse dos instrumentos de produção está nas mãos de uma empresa capitalista, organizada verticalmente. Ela possui vários setores, ou seja, desde a captura, comercialização, industrialização, etc;
- todas as funções do barco de pesca são remuneradas por um salário, a não ser em raros casos, onde quem participa diretamente da captura do pescado – enquanto geladores e motoristas - não é recompensado pelo sistema de partes, ou seja, ganham uma pequena parte do pescado;
- o pescador perde seu poder de decisão que é tão importante na pesca artesanal, uma vez que ele define, por meio de seu extenso conhecimento sobre o mar e os peixes, o melhor lugar de captura, assim como quando pescar. Neste tipo de pesca, existe um departamento especializado em captura, e que toma todas as decisões necessárias;
- existe a introdução de equipamentos modernos (sonar<sup>6</sup>, radar<sup>7</sup>, ecossonda<sup>8</sup> etc.), o que tende a transformar significativamente a função do “mestre de pesca”;
- a produção em escala, onde barcos de tonelagem exigem uma grande infra-estrutura em terra,
- é voltada totalmente para a produção de mercadoria.

O presente trabalho irá se deter em duas categorias de pesca para aprofundar suas discussões: o pescador artesanal (foco central da pesquisa) e o pescador industrial. Falaremos a seguir sobre a pesca artesanal, procurando caracterizá-la em seus aspectos legais, sociais e econômicos.

### 1.1 Características da pesca artesanal

---

<sup>6</sup> O sonar (do inglês sound navigation and ranging) é um aparato capaz de emitir ondas ultra-sons a objetos, para captar os seus ecos, permitindo assim, verificar a posição deles, medindo o tempo entre a emissão do som e a recepção do seu eco.

<sup>7</sup> O radar, do inglês Radio Detection And Ranging (Deteção e Telemetria pelo Rádio), é um dispositivo que permite detectar objetos a longas distâncias.

<sup>8</sup> Ecossondas são instrumentos que utilizam os princípios da acústica, principalmente do comportamento das ondas de som na água, para detectar submarinos, peixes, ou outros objetos na coluna de água, no oceano ou em outras massas de água. Sendo que a penetração do som na água é significativamente maior que a da luz, instrumentos acústicos ativos que, por definição, emitem e recebem ondas sonoras, são, portanto, capazes de detectar peixes ou outros objetos a muito maior distância da que é possível atingir com sistemas visuais.

É necessário, em um primeiro momento, que se faça uma caracterização do tipo de pesca de que trata a presente pesquisa, reconhecendo a especificidade da pesca em cada ambiente e suas diferenças estruturais para as várias comunidades e tipos de produção que delas derivam.

A pesca artesanal é exercida em todo o litoral brasileiro, com maior ou menor significado, de acordo com as características do núcleo populacional no qual é exercida, o seu nível de organização social e de trabalho, o tamanho do município mais próximo, a demanda pelo produto gerado, a tecnologia empregada e, é claro, de acordo com a produtividade pesqueira da área. Em conseqüência, pode ser caracterizada, de um lado, pela quase total ausência de infra-estrutura ou os mais rudimentares mecanismos para apoio à produção e, de outro, pelo concurso de infra-estrutura comparável àquelas do primeiro mundo. Esses dois exemplos, entretanto, correspondem aos extremos, dominando, na maior parte da pequena produção, um padrão intermediário (Maldonado, 1986).

No Brasil, a pesca artesanal<sup>9</sup> está ligada, historicamente, à influência de três correntes étnicas que formaram a cultura das comunidades litorâneas: a indígena, a portuguesa e a negra. Da cultura indígena as populações litorâneas herdaram o preparo do peixe para a alimentação, o feitio das canoas e jangadas, as flechas, os arpões e as tapagens<sup>10</sup>; da cultura portuguesa, herdaram os anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastar; e da cultura negra, herdaram a variedade de cestos e outros utensílios utilizados para a captura dos peixes (Diegues, 1983).

A pesca artesanal tanto utiliza embarcações de médio porte, adquiridas em pequenos estaleiros, com propulsão motorizada ou não, como embarcações construídas pelos próprios pescadores, utilizando matérias primas-naturais. Também não existe nenhuma sofisticação nos apetrechos e insumos utilizados, geralmente comprados nos comércios locais (Maldonado, 1986). De um modo geral, utilizam equipamentos básicos de navegação, em embarcações geralmente de madeira ou fibra de vidro, com estrutura capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado, uma vez que essas embarcações não viabilizam, devido a seu pequeno espaço, que os

---

<sup>9</sup> A presente pesquisa trata exclusivamente da pesca praticada no mar.

<sup>10</sup> Tapume de varas no rio, para apanhar peixes.

pescadores estoquem grande quantidade de peixe no seu interior.

A definição de pescador artesanal envolve tanto aspectos legais como econômicos, políticos e sociais. Do ponto de vista legal, de acordo com Horochovski (2007), é principalmente a legislação previdenciária que o define, incorporando questões técnicas envolvidas na atividade, como o porte das embarcações e o tipo de pesca que se realiza. Os pescadores artesanais possuem modos de vida diferenciados dos demais tipos de pescadores, além de adotarem técnicas de captura e instrumentos de pesca também diferenciados. É a pesca quem comanda a vida desses pescadores na maior parte do tempo, ou seja, a maioria das relações sociais e econômicas giram em torno da atividade pesqueira.

Do ponto de vista econômico, a pesca artesanal inscreve-se na pequena produção mercantil (Diegues, 1983). Entretanto, esse trabalhador tem características que o distinguem de outros, principalmente os manuais. Os pescadores artesanais adotaram novas tecnologias, utilizando seu próprio acúmulo de informações e de representações sobre o mar na avaliação de novos elementos tecnológicos. Segundo Maldonado (1986, p.37), “desta forma são plenamente capazes de opinar adequadamente a respeito do impacto desses elementos sobre o ambiente”. Devido à vida que levam, do conhecimento acumulado e da educação que receberam desde pequenos, os pescadores conhecem também os limites da coleta de acordo com o ritmo da natureza, tendo como condição de sua reprodução social a manutenção do equilíbrio ambiental (Diegues, 1995).

Os pescadores artesanais se caracterizam, principalmente, pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção, produzindo com equipes de trabalho formadas por relações de parentesco e compadrio, sem vínculo empregatício entre a tripulação e o mestre dos barcos (ou patrão da canoa). A produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A pesca é sua principal fonte de subsistência, mesmo que alguns pescadores se utilizem de fontes secundárias para aumentar sua renda. Entre os serviços para complementar a renda mais comuns, estão o serviço de pedreiro e jardineiro, além de, em alguns casos, quando se trata de pescadoras mulheres ou esposas de pescadores, o serviço de empregada doméstica, diarista e caseira (Maldonado, 1986).

A pesca artesanal exige um domínio muito amplo de conhecimentos variados sobre o meio ambiente - as condições das marés, a identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca, estações do ano, hábitos alimentares dos peixes, etc. - construídos com base em dados empíricos que provêm de uma tentativa contínua da atividade pesqueira. Esses conhecimentos permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal, através da ação, onde experimentam, contrastam, atualizam e aprendem novos saberes no meio em que atuam, que vão servir para confirmar ou modificar algumas crenças, possibilitando um contínuo aprendizado. Obtém da ação a bagagem necessária para encarar no dia-a-dia os duros trabalhos da pesca.

Baseada então em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou que este tenha adquirido pela interação com os companheiros do ofício, esse tipo de pesca, conta para a operação, além dos instrumentos de pesca, a experiência e o saber adquiridos ao longo do tempo (Maldonado, 1986).

Diegues (1983, p.193), ao caracterizar o pescador artesanal, diz que o ponto que o define não se resume ao ato de viver da pesca, mas em dominar plenamente os meios de produção da pescaria, ou seja, possuem “controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte da pesca”. Os problemas que os pescadores artesanais encontram tem uma grande contribuição para a construção desses saberes, que são obtidos em grande parte pelo aprendizado perceptivo. Portanto empregam, além dos conhecimentos que já possuem, “uma atenta e hábil percepção sensorial, em que todos os sentidos intervêm ativamente como receptores de informação” (Allut, 2000, p.102). Esse conjunto de conhecimentos é, em geral, transferido de pai para filhos, passado de geração a geração e modificado ao longo do tempo, uma vez que as novas condições que surgem fazem aparecer a necessidade de novas percepções do ambiente marítimo.

Aprende-se com os “mais velhos” e com a própria experiência. O domínio do saber-fazer é que forma o cerne da profissão do pescador, e esse saber-fazer se configura na figura do “mestre” depositário dos segredos do mar (Diegues, 1995). A necessidade de transmitir esse conhecimento ao longo das gerações é a medida de confiança nele depositado e é o mestre o que consegue ser o guardião da tradição. Nesse caso, só uma pessoa que possui



boa memória compreende o ritmo das marés e dos ventos, sabe o lugar onde lançar a rede, etc., e, além de tudo é ele quem leva a embarcação e sua tripulação com qualidade para atingir os objetivos traçados, mantendo a união dos integrantes do barco.

Para Allut (2000, p.105), “a necessidade do pescador de conhecer a dinâmica desse espaço, supõe em última instância uma prática de subsistência que serve tanto para aumentar a segurança física num meio perigoso como para administrar os recursos que nele se encontram”. O dia-a-dia do pescador é comandado pela pesca, uma vez que eles seguem os movimentos próprios da natureza – das marés, das espécies, dos astros e da atmosfera. Portanto, o tempo do pescador é medido pelos ciclos da natureza; dependem muito desse fator e por ele se perdem vários dias de trabalho. Segundo Diegues (1995, p.92), “daí, como em todos os países do mundo, a pesca artesanal ser uma atividade cíclica com períodos de maior ou menor intensidade de trabalho, com horas de espera e horas de extenuante esforço físico”. O trabalho do pescador artesanal obedece a um tempo ditado pelo ritmo dos fenômenos naturais – marés, espécies, astros e atmosfera. Cunha (2004) comenta que a questão dos tempos enfrentado por esses pescadores se difere da produção que ocorre no meio urbano-industrial, já que este último é ditado pelo “tempo do relógio”.

A pesca artesanal representa para o pescador enfrentar situações de risco, já não bastassem as quase sempre cambaleantes condições do mar e de muitas das embarcações empregadas na atividade. É muito importante ressaltar os riscos ocasionados pela atividade pesqueira, visto que na pesquisa empírica realizada nesse estudo os entrevistados relataram em vários momentos que sua profissão muitas vezes representa enfrentar situações de risco para sua saúde e mesmo risco de vida. Além dessas questões, no período da pesca de espécies com alto valor agregado e de onde os pescadores tiram seu sustento, muitos destes trabalhadores atuam continuamente sem dormida ou descanso aumentando a probabilidade de acidentes, ou a severidade de doenças relacionadas ao trabalho. Para agravar a situação a que estes trabalhadores estão submetidos, muitos operam equipamentos de alto risco em uma superfície que se move continuamente e que, na maioria das vezes, encontra-se molhada e escorregadia (Vale, 2006). A longo prazo, muitos pescadores apresentam uma pele envelhecida

precocemente, devido a sua exposição diária ao sol e, como em sua maioria os pescadores não utilizam nenhuma proteção contra os raios solares.

A queda no mar é considerado o acidente mais grave entre os pescadores envolvidos nos estudos destes autores, seguido da queda a bordo, queda de objetos, golpes e cortes, projeção de objetos, sobre-esforço e queimaduras. De 1995 a 1998, Boffo & Reis (1992) registraram diversos fatos da navegação e incidentes com a ajuda da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, sendo possível verificar que muitos deles são causados por falta de manutenção e/ou vistoria, ou são maximizados por estas mesmas causas. Os autores constaram a presença freqüente de certos tipos de problemas, tais como problemas na bateria do barco, problemas no motor e o material empregado nas embarcações, tais como falta de acompanhamento técnico na construção e arqueamento, falta de reparos, transformações para mudança de arte de pesca que comprometem a estabilidade e equilíbrio do conjunto.

Boffo & Reis (1992) realizaram um estudo profundo sobre as situações de risco e as doenças enfrentadas pelos pescadores no Brasil e ressaltam que as diferentes relações existentes entre o balanço do barco e a perda de equilíbrio por parte dos pescadores, assim como a influência do cansaço derivado do sobre-esforço físico é apontada como causas de quedas na embarcação. Essas quedas estão relacionadas diretamente às manobras de pesca, como o lance de largar a rede, principalmente na pesca artesanal. Outros fatores que contribuem para estes fatos referem-se ao nível de ruído que a tripulação suporta, à iluminação e a visibilidade nas zonas de manobras e de trabalho. Segundo Boffo & Reis (1992) não é necessariamente a pessoa que comete o erro e sim uma multiplicidade de fatores referentes às condições de habilidade, perda de controle e reflexo, mau tempo, falta de formação marítima, falta de conservação, etc.

Havendo tantos fatores insalubres nesta profissão é muito fácil negligenciar a saúde dos pescadores. Pimenta (2001) comenta que a atividade pesqueira é de alto risco, mas, entretanto, na maioria das vezes acidentes com barcos de pesca e com os pescadores não costumam ganhar destaque na imprensa em geral, acarretando em um desinteresse por parte das autoridades competentes, onde muitas vezes acidentes mais raros, envolvendo outros setores da navegação, são mais notados e sendo assim, chamam mais a

atenção pública. Mas são os barcos pesqueiros, especialmente os de pequenas dimensões, que produzem estatísticas impactantes de ocorrências de acidentes. Por outro lado, as regulamentações e normas aprimoradoras, sejam nacionais ou internacionais, acabam aplicando-se só para barcos de maiores dimensões.

No Brasil, as principais causas dos acidentes na pesca industrial e artesanal, segundo Boffo & Reis (1992 in Vale, 2006), são as condições do mar (ondas, quedas na água, visibilidade); condições do barco (oscilações, piso escorregadio, ruído); trabalho excessivo (durante o pico da faina), e equipamentos e máquinas de alto risco (sem mão de obra especializada).

Especificamente na pesca artesanal, de que trata a presente pesquisa, por ter sua atuação limitada a poucos metros da praia, graças aos também limitados recursos navegacionais das embarcações, os riscos de acidentes a que estão sujeitos esses pescadores são relativamente menores do que os dos pescadores empresariais (Boffo & Reis, 1992). Segundo os autores, na pesca artesanal os pescadores estão expostos a riscos de diversas naturezas, associados a atividades bem diversificadas que dependem do tipo de ecossistemas em que atuam (mar, estuário, lago, rio ou mangue), dos apetrechos utilizados (anzol, espinhel, rede, tarrafa, armadilhas, curral), e da espécie principal de sua captura (peixes, mariscos, crustáceos, etc.).

Os pescadores artesanais, na sua maioria, por não utilizarem nenhum equipamento de proteção individual também sofrem acidentes com alguns tipos de peixes que fazem parte de suas capturas. Por trabalharem descalços e sem luvas, a maioria das lesões ocorrem justamente nos pés e nas mãos (Boffo & Reis, 1992).

No Paraná, a pesca se caracteriza como artesanal, ou seja, se realiza exclusivamente pelo trabalho manual do pescador, onde a participação do homem em todas as etapas e manipulação dos implementos e do produto é muito intensa, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, recolhimento e levantamento das redes ou demais implementos. Possui seus períodos de atividade bem determinados que correspondem a época certa de capturar determinados pescados, como é o caso da tainha, que prolifera em meados de março até julho. Além disso, os pescadores dependem do tempo, do clima, da maré, da lua.

Um dos autores que realizaram um estudo de doutorado amplo sobre a pesca no litoral do Paraná, Andriguetto (2002), comenta que o tipo de pesca a ser realizado depende de cada época do ano, ocorrendo, no litoral do Paraná, a pesca do linguado, da tainha, do cação, do camarão branco, do sete-barbas, entre outras. Segundo o autor, esse é mais um dos fatores que exige um esforço grande, mas de acordo com essa especificidade, esse esforço pode aumentar ou diminuir, dependendo da época do ano e do tipo de pescaria realizada.

Os pescadores do litoral paranaense também possuem uma época do ano na qual a sua renda é maior, que é a época de veraneio, uma vez que é neste período que o número de turistas aumenta muito na região e, conseqüentemente, o consumo de pescados (Andriguetto, 2002). Esses pescadores são também chamados de autônomos, mas dependem muitas vezes de intermediários para comercializar seu produto, devido tanto a perecibilidade do pescado quanto a não disponibilidade de infra-estrutura para sua conservação e de meios de transporte para levá-los a locais mais distantes. Esses intermediários se caracterizam na figura do atravessador, ou seja, aquele indivíduo que não é pescador, mas vende o pescado. Ele apenas compra o pescado diretamente do pescador e comercializa, além de, muitas vezes, pegar em “consignação” o produto e ficar devendo meses para o pescador (Maldonado, 1986).

Os atravessadores, que geralmente são pessoas que não praticam a pesca, mas somente compram e revendem o pescado que chega nas canoas, é um problema apontado pela maioria dos pescadores. Essa relação do atravessador com o pescador se caracteriza, mais ou menos, como a relação existente entre o artesão e o burguês (séc. XVIII). Na primeira fase do capitalismo, ou seja, no capitalismo comercial, o comerciante burguês comprava o produto do artesão e seu lucro estava na venda por um preço mais elevado. O artesão era, anteriormente, dono de todo o processo de trabalho, ou seja, era dono muitas vezes desde a matéria-prima até do processo de comercialização. Com essa nova fase, o burguês separa o artesão do produto final (Costa, 1987).

A seguir discutiremos sobre as principais contradições entre a pesca artesanal e industrial, com a finalidade de explorar as particularidades de cada

tipo de pesca.

## 1.2 Principais diferenças entre a pesca artesanal e a pesca industrial

Chegamos a algumas contradições entre as duas principais nomenclaturas de pesca no Brasil: a industrial e a artesanal. Podemos começar a refletir sobre elas pela própria definição que possuem. Artesanal, significa tudo aquilo que é feito pelos métodos tradicionais, não industriais (dicionário Aurélio, 2000), ou seja, os dois termos são diretamente opostos. Diferentemente da pesca artesanal, a pesca industrial utiliza navios de grandes dimensões, geralmente bem equipados, dispendo de redes potentes. Uma vez que este tipo de pesca está associada sobretudo à pesca longínqua<sup>11</sup> e por vezes à pesca costeira<sup>12</sup>, as embarcações possuem os equipamentos necessários para a conservação e congelamento do pescado. Neste tipo de pesca são utilizadas as técnicas mais modernas de cerco, arrasto, etc. Sendo assim, ela pode prejudicar alguns tipos de espécies de peixes e acabar aumentando a extinção de alguns deles, pois sem se preocupar com esse problema, o que pode ser origem de um grande desequilíbrio no ecossistema, os barcos e navios vão apenas atrás dos cardumes. Para controlar essa pesca, são usadas algumas regras, tais como o defeso (onde não se pode pescar certo tipo de peixe em época de sua reprodução) e a malha da rede (tamanho, estrutura) devem estar de acordo com o que o barco se propõe a pescar.

Enquanto a pesca industrial apresenta vários setores – captura, comercialização, etc. - a pesca artesanal perde seu poder de competição, já que estes setores para ela se tornam inviáveis. A falta desses setores impede os pescadores artesanais de firmar contratos regulares de fornecimento de pescado em face das dificuldades de organizar o armazenamento e a comercialização (Cardoso, 2001). A esse aspecto, inerente à pesca industrial, somam-se os efeitos danosos da poluição das águas, com que a quantidade e

---

<sup>11</sup> Pesca Longínqua é um tipo de pesca que se realiza em águas internacionais ou nas que se encontram sob a jurisdição de outros países, tendo uma duração que se pode prolongar por vários meses.

<sup>12</sup> Pesca Costeira é um tipo de pesca que se pratica junto à costa, para lá das 6 milhas.

o tamanho dos pescados vêm diminuindo nas últimas décadas (Garcez & Sanchez-Botero, 2005). Isso obriga os pescadores artesanais a buscar o pescado cada vez mais longe e em locais muitas vezes perigosos, além de precisarem permanecer mais tempo no mar, agravando os riscos de acidentes de trabalho.

Mas a intenção dos pescadores artesanais não é a competição de mercado; o que buscam é a subsistência. Essa competição se torna desleal na medida em que as grandes embarcações passam a se configurar como verdadeiras “fábricas flutuantes” (Pimenta, 2001). Equipamentos altamente modernos, inviáveis financeiramente para os pescadores artesanais, são utilizados cada vez com mais frequência entre a frota industrial. Tais equipamentos, além de permitirem que os cardumes sejam encontrados acertadamente, faz com que os empregados do barco percam seu poder de decisão. Seus conhecimentos vão cada vez mais ficando em segundo plano; há máquinas que fazem o trabalho por eles, além de departamentos especializados somente na captura.

De acordo com Diegues (1995), o principal motivo da preocupação com esse tipo de pesca - que está em ascendência, como observamos na Tabela 3 – é a falta de chance que proporcionam à Natureza de repor as espécies. Retiram quantidades gigantescas de pescados em um período de tempo muito pequeno, o que não permite ao meio ambiente as recompor. Esse é um dos principais motivos para começarmos a refletir sobre essa prática. Além disso, se encaixando na lógica do mercado capitalista, há uma clara dissociação entre pescador e pescado, o que mais uma vez minimiza a valorização dos conhecimentos e da experiência que o trabalhador carrega.

No Brasil, segundo Diegues (1995), quando falamos em número de pescadores artesanais, é difícil estimar ao certo, uma vez que a estatística pesqueira não é confiável; não há um sistema confiável para se fazer essa estatística. Quanto à produção, continua sendo significativa, apesar da falta de apoio por parte do governo, que canaliza todos os investimentos na pesca industrial. Quando tratamos de números, percebe-se que a pesca artesanal vem diminuindo sua produção no decorrer dos anos, enquanto a pesca industrial vem aumentando sua produção significativamente.

**TABELA 1**

Relação entre pesca artesanal e industrial/empresarial no Brasil

Anos	Pesca/Industrial/ Empresarial (ton)	%	Pesca Artesanal (ton)	%
1960	36.000	16,4	240.000	83,6
1970	198.000	46,6	280.000	53,4
1980	392.325	61,5	243.640	38,4
1983	398.225	58,9	277.117	41,1
1988	373.789	60,0	249.284	40,0

FONTE: IBGE – 1988

Em 1960, como a tabela 1 indica, os pescadores artesanais eram responsáveis por mais de 80% da captura total de pescado, mas em 1988 essa porcentagem passou para 50%. Vale lembrar que boa parte da produção artesanal de autoconsumo é vendida diretamente aos barcos e empresas de pesca não aparecem na estatística.

**TABELA 2**

Produção pesqueira por região (Brasil - 1988)

PRODUÇÃO POR REGIÃO (BR)					
Regiões	Anos	Industrial (ton)	%	Artesanal (ton)	%
Norte	1980	4.322	11,0	34.578	88,0
	1983	4.948	12,3	35.129	87,7
	1988	6.788	15,4	37.177	84,6
Nordeste	1980	21.837	18,0	99.027	82,0
	1983	19.068	14,0	116.502	86,0
	1988	16.355	14,8	94.016	85,2
Sudeste / Sul	1980	366.166	76,8	110.038	23,2
	1983	374.209	74,8	125.496	25,2
	1988	350.656	74,8	118.091	25,2

FONTE: IBGE – 1988

A produção por região, mostrada na tabela 2, também revela diferenças entre os dois tipos de pesca bastante significativas. Em 1988 mais de 80% da produção pesqueira do Nordeste era de origem artesanal e, ao mesmo tempo

essa proporção na região sudeste e sul cai para 25,4%.

Para Diegues (1995), o grau de produtividade está diretamente relacionada com o tipo de embarcação que é realizada a pesca. As relações de produção do modelo da pesca industrial podem ser divididas em produção voltada para o autoconsumo e produção voltada para o mercado. A forma de produção que tem como objetivo o mercado pode ser dividida em duas porções, a primeira seria a mercantil simples onde o trabalho é realizado pelo próprio pescador, podendo haver empregados, todos com relação de compadrio e/ou parentesco. A outra seria a mercantil capitalista, sendo estes, os pescadores com maior poder aquisitivo, que não necessariamente trabalham na embarcação, tendo empregados que realizam a pesca em troca de um pagamento (Andriguetto, 2002). A última forma de produção seria para o auto-consumo. Pode ser descrita como aquela em que os pescadores teriam o menor poder aquisitivo dentre as três formas de produção citadas anteriormente, pescam para comer sem objetivar o mercado e conseqüentemente lucros.

No Brasil a pesca é representada nas três formas de atividade econômica citada acima. A forma mercantil pode ser realizada por pescadores com pouca infra-estrutura e pouco dinheiro aplicado em todo o processo de produção, ou por empresas privadas com alto grau de produtividade e investimentos, tanto econômico como também tecnológico, em todo o processo de produção envolvido. A forma de subsistência seria a mais primária, onde os apetrechos utilizados são mais rudimentares. No Brasil, então, coexistem desde a pesca em modelos modernos e de alta produtividade e os tipos de pesca que não atingem, sequer o nível de subsistência, sendo esta, a pesca predominante no Brasil (Pimenta, 2001).

No litoral do Paraná, apesar de não existirem barcos de pesca industrial, esta influencia diretamente a pesca artesanal, uma vez que as grandes embarcações vem de outras regiões do país, tais como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santos, Rio de Janeiro, etc. Segundo Horochovski (2007), a pesca artesanal enfrenta muitos mais riscos financeiros do que a pesca industrial. Esse fator se dá, principalmente, por ser o pescador artesanal, mesmo que não possua embarcação própria, patrão de si. Ou seja, entre os pescadores artesanais não se estabelecem vínculos empregatícios e as



relações de trabalho obedecem à regulamentação específica do setor: cada um assume uma posição na hierarquia da atividade e recebe em troca ganhos de acordo com a valorização social da tarefa desempenhada. Outro fator de risco financeiro seria, de acordo com o autor, “as perdas e estragos em embarcações, motores e material de pesca, causados por intempéries, desgaste e barcos de pesca industrial que, não raro, passam sobre as redes, por vezes com danos irreversíveis. Nesse caso, resta ao pescador arcar com prejuízos” (Horochovski, 2007, p.164).

Mais freqüentemente do que se imagina, a indústria da pesca ganha acesso a grupos de peixes antes que o impacto da pesca seja estimado. A realidade da pesca moderna é que a indústria é dominada por frotas de pesqueiros que não dão chance à natureza de repor as espécies. Navios gigantescos usando sonares de busca de última geração podem apontar com precisão cardumes de peixes. Os navios são equipados para que funcionem como verdadeiras fábricas flutuantes – incluindo linhas de produção, processamento e embalagem de peixes, imensos sistemas de refrigeração e motores poderosos para arrastar equipamentos pesados através do oceano (Pimenta, 2001).

Considerando esse aspecto, segundo Pimenta (2001), um dos principais entraves é que as grandes embarcações possuem redes com malha muito pequena, o que arrasta desde peixes pequenos até caranguejos, estrelas do mar, etc. Esse processo prejudica os pescadores artesanais, uma vez que os peixes pequenos que poderiam pescar e vender são mortos e desprezados pela pesca industrial. Segundo os pescadores entrevistados, o pescado está mais escasso principalmente por esse fator, associado também a quantidade da pesca dessas embarcações.

Podemos definir, em poucas palavras, a pesca industrial como uma produção que se caracteriza pela dissociação entre pescador e pescado, como na lógica do mercado capitalista. Já quando na pesca artesanal o pescador não é dono da embarcação e nem mesmo das redes, não deixa de dominar todas as etapas que estão ligadas ao processo de seu trabalho, diferenciando sua atividade das demais, principalmente da pesca industrial, já que em todas as etapas ele tem o poder decisório (Horochovski, 2007).

No próximo item começaremos a abordar a pesca especificamente no

litoral do Paraná, procurando compreender como a pesca se instalou no estado e como funciona hoje sua dinâmica.

### **1.3 A evolução da pesca no litoral do Paraná**

Durante muitos anos, até pelo menos o início do século XVII, a região litorânea do Paraná foi a de maior dinamismo econômico do estado. Em boa parte essa situação se deu por ser o litoral a primeira região a ser colonizada ao longo do século XVII, em função de sua exploração aurífera. Esse foi o primeiro ciclo dos muitos que passou o Estado para que se formasse sua economia, segundo Kraemer (1978), autora que possui um estudo com os pescadores artesanais de Paranaguá.

O ciclo do ouro, que tem maior destaque entre todos, foi o que deu início a colonização do Estado e determinou a ocupação do litoral no século XVII. Foi neste primeiro ciclo que a pesca teve o seu papel mais importante, juntamente com as pequenas lavouras que surgiram no litoral. A pesca então se constituiu em alimento básico daqueles envolvidos na mineração do ouro. Nesta época em foi fundada a Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, especificamente em 1649, quando o ouro ainda tinha uma grande demanda naquela região. O ouro que existia em Paranaguá, mesmo sendo a primeira amostra para a Coroa portuguesa, era encontrado apenas nas terras de aluvião (terra de inundação) e areias monazíticas, apresentando-se em pouca quantidade. Com isso, logo desapareceu, se esgotando as possibilidades de exploração neste setor, aproximadamente no início do século XVIII (Kraemer, 1978).

Com isso surge, no final do século XVII, o segundo ciclo econômico do Paraná, que se deu pelo tropeirismo<sup>13</sup>, com o transporte de gado do Rio Grande do Sul para São Paulo. A região do Planalto, de acordo com o caminho dos tropeiros, era a mais indicada para as chamadas “invernadas”, caracterizada por uma parada no período de inverno, com o objetivo exclusivo

---

<sup>13</sup> A palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia. O termo tem sido usado para designar principalmente o transporte de gado da região do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, posteriormente São Paulo e Rio de Janeiro.

de que o gado resistisse. Essa foi uma época em que o Paraná teve um crescimento econômico muito intenso, mas com a decadência da extração do ouro também em Minas Gerais e, conseqüentemente, a perda da necessidade do gado para abastecer a região, ocorreu a decadência do ciclo do tropeirismo.

O próximo ciclo econômico importante para a consolidação da economia no Paraná foi à extração da erva-mate, entrando aqui a cidade de Paranaguá como a exportadora da erva para a Argentina, na metade do século XIX, o que marca esse ciclo como um período de grande prosperidade da economia no Estado.

No final do mesmo século se desenvolveu outro ciclo, sendo representado pela exportação de madeira, também feita pelo porto de Paranaguá. Nesses dois períodos a região, que vivia a economia de subsistência, passa a uma nova situação, uma vez que o movimento portuário passa a ocupar o primeiro lugar entre suas atividades econômicas.

O quinto ciclo importante, que se deu no início do século XX, se caracteriza pela economia do café, dominando toda a economia do Estado. As principais atividades executadas depois disso na região passam a ser a agricultura e o extrativismo florestal e pesqueiro.

Nesse período (início do século XX) se estabeleceram as raízes culturais da sociedade pesqueira marítima paranaense, com o surgimento dos primeiros agricultores-pescadores, entre índios e portugueses (Andriguetto, 1999). De acordo com Bonin (1984), que realizou uma pesquisa com pescadores de Itapema-SC, a associação da pesca artesanal com a pequena lavoura é uma prática muito antiga entre nós, conforme se pode apreender das referências encontradas ao longo da história do litoral paranaense. Em função dessa associação, a pesca tem sido tradicionalmente concebida, teoricamente, como parte do que se denominou campesinato, isto é, como atividade subordinada à pequena lavoura familiar, mesmo quando ela apresenta-se com o mais importante que a atividade agrícola ou, ainda, quando dela já se encontra separada. Para Bonin (1984, p.63), “há certamente uma grande diferença entre o processo produtivo na agricultura e o processo produtivo na pesca artesanal que se estabeleceu desde o primeiro momento, pelo fato de o primeiro se desenvolver em torno da terra e o segundo em torno do mar”. Em outras palavras, enquanto na agricultura o objeto de trabalho se configura na terra

privada que é uma mercadoria, na pesca o objeto, em princípio, é um bem comum.

Com o fim da escravidão, a produção agrícola entra em uma grande crise, ficando o litoral com o caráter de simples zona de trânsito. Percebe-se que em nenhum momento na efetivação da economia do Paraná a pesca entra como fator de maior importância. Segundo Kraemer (1978, p.15), “a pesca nunca teve tanta relevância na economia do Paraná, e nem mesmo na região do litoral. O seu papel principal, desde a época da mineração até hoje, é o de assegurar a subsistência das populações das ilhas, praias e baías do litoral paranaense”. A pesca artesanal não teve muito destaque na economia paranaense como a agricultura, mas foi de grande importância econômica para a zona costeira e para as populações do litoral em geral.

A pesca teve seu papel mais intenso no ciclo do ouro, no final do século XVI e início do século XVII, sendo utilizada para alimentar os trabalhadores das minas de ouro. Passa a entrar no mercado depois desse período, sempre em pequenas proporções, se enquadrando no perfil da sociedade capitalista, ainda que em pequena escala.

Há muito tempo, a pesca artesanal no litoral do Paraná vem sendo uma importante atividade econômica da zona costeira, assim como um importante meio de subsistência para a população que reside nesta região.

Andriguetto (1999) comenta que no plano das atividades econômicas, a pesca artesanal paranaense distingue-se em diferentes graus de inserção no mercado, e diferentes estratégias econômicas. No plano natural, o litoral se caracteriza por uma grande diversidade de habitat aquático. No plano técnico, é notável a multiplicidade de práticas, com apetrechos e espécies-alvo diferentes, e de distribuição espacial heterogênea. Para o autor, os processos de transformação nos modos de exploração dos recursos também são diversificados. As modificações técnicas na pesca parecem resultar das influências combinadas do avanço tecnológico (embarcações a motor), da expansão do turismo e mudanças no uso do solo e da evolução do mercado.

A pesca nos dias atuais, segundo Andriguetto (1999), está intrinsecamente ligada à economia do litoral paranaense. Tem sido parte importante das atividades econômicas da zona costeira do Paraná, há, pelo menos, dois séculos. Estima-se que mais de 10.000 pessoas dependem da

pesca, entre pescadores e suas famílias, distribuídos em mais de 60 vilas ou bairros urbanos dos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá.

A EMATER/PR contabilizou, em 1998, 4078 pescadores, onde Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá apresentam ao redor de 1000 pescadores cada (1040, 1097 e 1005, respectivamente), Guaratuba 540, Pontal 240 e Matinhos 156 (Tabela 3).

### TABELA 3

Número de pescadores por município – litoral do Paraná - 1988

MUNICÍPIO	NÚMERO DE PESCADORES (EMATER/PR, 1998)
ANTONINA	1040
GUARAQUEÇABA	1097
GUARATUBA	540
<b>MATINHOS</b>	<b>156</b>
PARANAGUÁ	1005
PONTAL DO PARANÁ	240
TOTAL	4078

FONTE: EMATER, 1998, apud RICHTER, 2000.

As embarcações cadastradas nesse estudo totalizaram 2.047, e o total de capturas do camarão foi de 4.904 toneladas ton/ano, e de pescado, 1.363 ton/ano toneladas. O maior número de embarcações está em Paranaguá e Guaraqueçaba (625 e 572), 350 Guaratuba e Antonina, cada, sendo que Pontal e Matinhos possuem menos de 100 (90 e 60, respectivamente). Guaratuba concentra a produção de camarão, com 3.400 ton/ano e de pescado com 400 ton/ano (Tabela 2). Nas baías se concentra a pesca com pequenas embarcações, muitas delas a remo, enquanto a pesca de camarão é realizada por barcos maiores, com maior capacidade de captura. (Vale, 2006)

### TABELA 4

Quantidade de embarcações, produção de camarão e de pescado no litoral do Paraná (toneladas/ano1998)

MUNICÍPIO	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	PRODUÇÃO DE CAMARÃO (ton/ano)	PRODUÇÃO DE PESCADO (ton/ano)
ANTONINA	350	89	93

GUARAQUEÇABA	572	585	280
GUARATUBA	350	3400	400
<b>MATINHOS</b>	<b>60</b>	<b>210</b>	<b>190</b>
PARANAGUÁ	625	520	300
PONTAL DO PARANÁ	90	100	100
TOTAL	2047	4904	1363

FONTE: EMATER, 1998, apud RICHTER, 2000.

Os principais tipos de embarcações utilizados na pesca do litoral paranaense segundo Chaves & Roberts (2003) são canoas de madeira<sup>14</sup>, canoas de fibra-de-vidro<sup>15</sup>, botes<sup>16</sup>, bateirinhas<sup>17</sup>, bateiras<sup>18</sup> e baleeiras<sup>19</sup>. Baleeiras de grandes proporções normalmente não operam no interior dos estuários sendo utilizadas para pescarias em região de Plataforma Interna Próxima podendo ficar “pra fora” por vários dias, sendo que este tipo de embarcação é que os pescadores chamam de “barco”.

No Paraná são muitos os instrumentos e técnicas de pesca empregados, pois ocorrem vários tipos de espécies-alvo, sendo necessário por parte dos pescadores a utilização de vários apetrechos. De acordo com Chaves & Robert (2003), os principais são:

- redes de arrasto com pranchas (ou portas de madeira, quando de maior tamanho e constituídas por tábuas vazadas); malhas no ensacador variando de 1 a 6 cm entre nós opostos; puxadas pela popa ou pelo costado, sempre de fundo, utilizadas para a pesca de camarão;
- redes de emalhe; malhas variando de 5 a 40 cm entre nós opostos, operando com algumas formas particulares: "caceio", de superfície ou de fundo, a qual fica à deriva<sup>20</sup>; e "fundeio", rede presa ao fundo por

<sup>14</sup> Com tração a remo ou vela (dentro das baías) e motor de centro com 11 a 24 hp (dentro das baías e principalmente na região de orla oceânica); monóxilas, ou seja, construídas a partir de tora única escavada, secção transversal em U, em geral, dotada de borda com fundo quilhado.

<sup>15</sup> Motor de centro com 11 a 24 hp; mesma forma do tipo anterior, porém fabricadas com resina sintética e fibra de vidro.

<sup>16</sup> Motor de centro com 9 a 36 hp; confeccionados com tábuas encaixadas de forma coplanar (*lisa*); popa reta e fundo podendo ser quilhado ou chato (plano); podem possuir guincho e tangones.

<sup>17</sup> Propulsão a remo; fundo chato; atuam sozinhas ou auxiliam as embarcações motorizadas, também são transportadas como salva-vidas na pesca na Plataforma Oceânica.

<sup>18</sup> Motor de centro com 11 hp ou superior; construídas com tábuas de madeira coplanares (*lisas*) ou imbricadas (*escamadas*); podem possuir guincho e tangones. A denominação *bateira*, como também *bateirinha*, advém de seu fundo chato "bater" contra as ondas.

<sup>19</sup> Motor de centro com 22 a 115 hp; maioria com tábuas de madeira coplanares (*lisas*), proas e popas em bico abauladas podendo ter casario, convés, tangones e guincho; muitas possuem geladeira e banheiro.

<sup>20</sup> Uma variação de caceio de fundo é o caracol, em que a rede é forçada em semi-circunferência através

poitas de ferro: Nesta modalidade, os panos, interligados, podem ultrapassar 3,5 km de extensão. Uma variação de caceio relatada para os estuários foi o "lance batido", envolvendo a disposição da rede em semi-circunferência havendo a produção de estímulos sonoros (remo, motor) para a movimentação dos peixes de encontro à rede;

- tarrafas; apresenta doze diferentes tamanhos de malha, de 2 a 18 cm entre nós opostos, utilizadas, sobretudo, nos estuários e na boca das baías, quando é época de tainha (inverno);
- gerival ou cambau; rede cônica (2,5 a 3 m de largura) arrastada por corda, manualmente ou por embarcação; malha de 2,5 ou 3 cm no ensacador; restrito aos estuários;
- espinhel; com anzóis de 7 cm, tendo como isca pequenas tainhas e siris; pouco utilizado;
- puçá; utiliza como atrativo cabeças de peixe, sendo eficiente para captura de camarões, siris e pequenos peixes, os quais são vendidos como isca-viva; restrito aos estuários.

O litoral paranaense possui uma extensão de pouco mais de 90 km de mar aberto e 400 km de costa nas baías de Paranaguá, Antonina e Guaratuba, distribuídos em seis municípios, sendo o segundo menor entre os estados brasileiros banhados pelo mar (depois do estado de Piauí). Este fator faz com que o estado paranaense tenha pouca expressão na produção do pescado frente a outros estados brasileiros.

Um outro fator que traduz a baixa produção de pescado do Paraná em relação aos outros estados do Sul do Brasil é o Porto de Paranaguá, que não favorece a instalação de terminal pesqueiro devido a sua localização. Conta com boas condições de atracagem, ou seja, de mar calmo, mas situa-se muito longe da entrada da baía, o que dificulta ainda mais a expansão da pesca no Estado (Andriguetto, 1999).

No extenso litoral brasileiro, e também no litoral do Paraná, existem variadas formas pelas quais o trabalho produtivo na pesca se organiza, além de serem distintas umas das outras. Ainda que os fatores colocados acima justifiquem a pouca produtividade de pescados, o estado do Paraná possui

ainda uma forte presença da produção artesanal pesqueira, sendo responsável por quase todo o pescado retirado no Estado. Ao todo são cadastrados no litoral paranaense 5.307 pescadores artesanais, distribuídos em 25 associações, seis colônias e uma cooperativa (Horochovski, 2007).

No próximo capítulo abordaremos os conhecimentos tradicionais pesqueiros, a fim de especificar as particularidades que os pescadores artesanais possuem, ou seja, sua forma peculiar de lidar com a natureza.



## **CAPÍTULO 2: Os conhecimentos tradicionais pesqueiros**

Pretende-se, nesse capítulo, perceber como os diversos autores utilizados neste trabalho vêem os conhecimentos tradicionais pesqueiros em geral, uma vez que essa discussão se torna fundamental na problemática da presente pesquisa, visto que o grupo de pescadores estudado possui diversos saberes sobre a natureza; saberes esses que foram construídos ao longo de várias gerações, através da observação e do cotidiano na atividade pesqueira. Esses conhecimentos se tornam importantes dentro do contexto da conservação da natureza à medida que, diante da crise ambiental em que vivemos atualmente, precisamos valorizar os modos de vida tradicionais, a observação e valorização da natureza, para se pensar em novos rumos em busca de uma sociedade sustentável.

A atividade na pesca, em geral, consiste em um contínuo processo de apropriação da natureza pelo trabalho humano, assim como outras profissões. Então, nos cabe destacar que tipo de apropriação seria esta. Alguns dos objetos de trabalho dos pescadores artesanais não são frutos do trabalho humano, mas existem a partir de seus ciclos biológicos de reprodução e crescimento, tais como os peixes, crustáceos, moluscos, etc. (Cardoso, 2001). Para o autor, esses objetos fariam parte de uma primeira natureza, ou seja, sofrem influências das ações da sociedade, tais como as transformações na qualidade da água, desmonte de manguezais, construções de portos, etc. Sendo assim, podemos, de acordo com Moraes (1997), que se baseia na teoria marxiana, falar de uma segunda natureza. O conceito de uma segunda natureza foi elaborado para diferenciá-la da natureza em “estado natural”, ou seja, a primeira natureza citada acima.

Esta segunda natureza seria aquela já submetida às ações do homem, da sociedade, já apresentando resultados desta ação. Quando a discussão toma esse rumo, o conceito de trabalho se torna essencial para a diferenciação desses dois tipos de natureza, uma vez que, segundo Marx (in Cardoso, 2001), o trabalho humano, pensado, concebido, é o trabalho mediador entre o homem e a natureza.

Os pescadores artesanais classificam também peixes e fenômenos naturais, ou seja, a apropriação do objeto de trabalho se faz pelo trabalho

traduzido em conhecimento em um primeiro momento. Neste sentido o conjunto de elementos da natureza, à medida que são apropriados pela sociedade se configuram em uma segunda natureza.

Entrando no trabalho dos pescadores, deparamo-nos com outros fatores. A influência da lua nas marés, os ventos que movem massa de água, a rotação terrestre causando correntes, enfim, todas as influências geradas no ambiente marinho separam o pescador do pescado. E esses elementos, além dos pescados, não são produzidos pelo trabalho humano, ainda que estão passíveis de sofrerem interferências da sociedade. Cardoso (2001, p.41), comenta que “peixe só é peixe e maré só é maré, a partir do momento que a humanidade assim os classificou. Consistiram em fenômenos sentidos, observados, recriados pela linguagem, pela cultura, enfim, apropriados socialmente”. Para o autor, os pescadores classificam os seres que vivem no mar - e que são objetos de seu trabalho - de uma forma bastante peculiar, já que dependem da “primeira natureza” diariamente em sua atividade.

Na pesca artesanal não é o tempo cronológico que predomina, mesmo em tempos modernos. Os ciclos da natureza é que regulam a vida do pescador artesanal; este é um mediador da natureza e a apropriação desta se expressa na figura do pescador em seu processo de conhecimentos e trabalho. (Cardoso, 2001). Esse processo de trabalho exige um aprendizado prévio, uma vez que o homem necessita aprender sobre a natureza a fim de poder apreendê-la. “Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende” (Santos in Cardoso, p.42, 2001). Para Cardoso, “o conhecimento na pesca é conhecimento de ventos, águas, marés, fundos submarinos, correntes, hábitos de peixes, entre uma série de processos ‘naturais’, formando sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação destes processos.”

De acordo com Diegues (1995, p.251), a representação de natureza que as comunidades de pescadores artesanais possuem, “resultam de um longo período de ajustamentos culturais nos quais os valores, imagens e percepções são desenvolvidas em relação ao meio ambiente natural”. A introdução de novas tecnologias na pesca artesanal pode alterar certos aspectos de produção e da vida social, sem que se modifiquem os elementos fundamentais da pequena produção, uma vez que seus valores em relação a isso vêm se

construindo e reconstruindo há gerações.

A percepção sobre natureza dos pescadores artesanais se diferencia da visão urbano-industrial, já que os primeiros dependem prioritariamente da natureza para sobreviver, sendo assim, tem um contato maior com esta, observado-a diretamente e quase diariamente. O modelo de pensamento dos pescadores artesanais se distancia do pensamento do modelo econômico vigente – o capitalismo, que possui seu modo de administrar modernamente os recursos naturais, com a noção da capacidade de suporte baseada em informações científicas (Diegues, 1995).

Dentro dessa perspectiva de administração dos recursos naturais, existe um ramo de estudo que está sendo bastante discutida – a etnociência - uma vez que contribui para o entendimento dos conhecimentos tradicionais e é de grande importância para o manejo e conservação dos ecossistemas. A Etnociência nos ajuda a entender melhor a questão da importância dos saberes tradicionais na atual sociedade, partindo da lingüística para estudar os saberes das populações humanas sobre os processos naturais. Tem como objetivo descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totalizadoras. Esses estudos reforçam a idéia que manejo de ecossistemas significa, principalmente, uma relação de conhecimento e ação entre as populações e seus ambientes. Para Leff (2001), a busca é por ações práticas que finquem a cultura em suas raízes naturais, ou seja, resgatem os valores tradicionais da comunidade em que estão inseridos.

A Etnociência tem como características principais a multidisciplinaridade das ações e retorno do conhecimento produzido àqueles que o geram. Neste retorno confrontam-se e contemplam-se o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular. É um campo transdisciplinar e não uma disciplina à parte. Não estuda necessariamente a ciência propriamente dita, mas sim as diversas formas do conhecimento ou do saber humano. Busca um processo de reconhecimento e valorização de outras culturas, procurando-se estudar os processos de geração e troca de conhecimento. Desta forma, espera-se que a etnociência atue num contexto multicultural, tentando entender os processos de geração e transmissão de conhecimentos, no fazer ciência de cada grupo identificável, com o propósito de utilizar esses saberes para o benefício do próprio grupo, na manutenção de seus valores e práticas culturais, sociais,

religiosas, profissionais, etc.

Um dos problemas que encontramos quando tratamos dos saberes tradicionais é a constante desvalorização destes pela comunidade científica e sociedade em geral, por estarem localizados, segundo Allut (2000), na parte mais baixa da “árvore do saber”, que coloca esse como um dos motivos em que os saberes dos pescadores não são reconhecidos como uma fonte importante de conhecimento.

Outro motivo desta desvalorização, segundo a autora, está relacionado à formação que os pescadores possuem. Nesse pensamento, os pescadores não podem gerar conhecimento confiável porque não receberam a instrução necessária para isso, ou seja, não freqüentaram escolas, nem universidades para o ensino dessas habilidades. Então, dentro dessa concepção, não é possível que esses saberes tenham valor de verdade, uma vez que não derivam do método científico.

Os saberes, nesse contexto, são vistos como insuficientes, pois foram construídos com base em um “empirismo ingênuo” (Castro, 2000), resultantes somente de percepções causais elaboradas sem controle no processo de observação. Essa visão nega a relação secular que os pescadores têm com o ambiente marítimo; todo o rico e detalhado conhecimento acumulado ao longo de várias gerações. Para Castro (2000), esses conhecimentos devem sim serem priorizados, objetivando valorizar os recursos naturais para poderem controlar e racionalizar seus usos sob padrões ocidentais de sustentabilidade.

Tanto os cientistas quanto os pescadores, cada um em seu âmbito, buscam um objetivo semelhante: oferecer um certo controle da natureza. No primeiro caso na forma de explicações causais, marcados por teorias complexas e, no segundo caso, recorrendo a outras estratégias explicativas que necessitam de interpretação rápida a fim de possibilitar a tomada de decisões objetivas e pontuais (Allut, 2000). Veremos no próximo item as contradições entre a tradição e a modernidade, a fim de resgatar a importância da tradição e conseqüentemente dos conhecimentos tradicionais dentro da problemática ambiental.

## **2.1 Tradição e modernidade**

Para podermos entender os conhecimentos tradicionais como fundamentais tanto para a natureza quanto para sua conservação, é necessário que se analise o significado da tradição e da modernidade, uma vez que, dessa forma, a tradição e todas as suas formas seriam vistas como atrasadas, pertencentes a um passado distante que precisa não ser preservado e resgatado, mas ultrapassado e substituído, superado historicamente pela modernidade.

Os pescadores artesanais de que tratamos no presente trabalho são muitas vezes interpretados pela sociedade como povos “atrasados”, “preguiçosos”, não levando em conta a freqüência dos ciclos naturais que dependem. Seu modo de vida tradicional passa, outras vezes, pela idéia de repetição e estabilidade, que é o oposto do contínuo ritmo de mudança das sociedades urbano-industriais, portanto não os insere na emergência de novos tempos que a sociedade se encontra. Para Giddens (1991), é necessário analisar a modernidade enquanto descontinuidade entre as ordens tradicionais e as instituições sociais modernas. Uma das características desta descontinuidade é o ritmo de mudança que a era da modernidade põe em movimento, e o escopo da mudança, ou seja, a abrangência global desta. Segundo o autor, “as civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema” (p.15).

Outra característica desta descontinuidade está, segundo Giddens (2002), na natureza das instituições modernas, isto é, a transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado, por exemplo. Para o autor a modernidade vem a romper com o sentimento de proteção da pequena comunidade, uma vez que as substitui por organizações maiores, portanto impessoais (p.38). Sendo assim, o indivíduo passa a se sentir desamparado psicologicamente, já que falta a segurança que lhe era oferecida em um ambiente que considerava mais tradicional.

No contexto em que este trabalho se encaixa, a tradição é interpretada como algo em movimento, um vasto e rico conhecimento passado de geração a geração. O saber tradicional dos pescadores artesanais é cumulativo, ou seja, produzido por gerações sucessivas e evoluindo a cada passagem; é

empírico, pois se confronta com o teste da experiência diária, com a “ida” a campo, e é dinâmico, uma vez que se transforma em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas.

É possível que, assim como Giddens (1991) propõe em sua obra, substituir essa imagem pela metáfora do carro de Jagrená. Esta, fala de uma máquina em movimento muito potente em alta velocidade, que esmaga os que lhe resistem, e, às vezes, não tem destino certo, seguindo caminhos que fogem ao nosso controle. A metáfora indica que, segundo o autor, a modernidade produziu um mundo perigoso, como um veículo desgovernado que não podemos controlar, mas, paralelamente, não podemos sair dele. Essa é uma das formas que podemos interpretar a modernidade, e que esta age sobre os pescadores artesanais, que com a pressão que sofrem pela alta competitividade devido às novas tecnologias – e muito mais potentes, que vêem os recursos naturais como valores de mercado – são compelidos, muitas vezes, a tomar atitudes que vão contra seus valores.

Considerar a oposição entre a tradição e a modernidade já é uma herança moderna, uma vez que é em relação à ruptura inaugurada pela modernidade que os ideais aos quais ela se demarca são definidos como tradicionais, tal como é em relação aos ideais da tradição que os projetos de ruptura em relação a esses ideais são definidos como modernos. Os dois termos não são abstratos e nem homogêneos, são, portanto, constituídos de conteúdos e significados (Bornheim, 1987).

Primeiramente se faz necessário analisar os dois termos separadamente, em seu sentido etimológico. Segundo Bornheim (1987, p.18), “a palavra tradição vem do latim: *traditio*. O verbo é *tradire*, significa entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração para a outra geração.” O termo *traditio*, vem do verbo *trans-dare*, que significa completamente, e o prefixo *trans* está ligado ao sentido de transparecer, transmitir. Significa, portanto, a doação, a entrega, a transmissão completa, de um lado a outro. Em segundo lugar, os dicionaristas referem a relação do verbo *tradire* com o conhecimento oral e escrito, ou seja, através da tradição, algo é dito e o dito é entregue de geração a geração. Estão instalados numa tradição, como que inseridos nela e através do dito ou escrito algo é entregue, passa de geração a geração, e isso constitui a tradição - e nos constitui. Entendendo

então o sentido etimológico do termo, tradição significa entregar, o ato de passar algo para outra pessoa ou de uma geração a outra.

Bornheim (1987) chama a atenção para a relação entre a tradição e a ruptura, uma vez que são opostos em todos os sentidos. A tradição só parece ser ela mesma na medida em que afasta qualquer possibilidade de ruptura, já que a modernidade se define como uma ruptura, se apresentando a tradição, portanto, a única fonte possível de sentido.

Giddens (1997, p.80), ao falar sobre a tradição, a coloca como a “cola que une as ordens sociais pré-modernas”. Para ele, a tradição envolve, de alguma forma, controle do tempo. Em suas palavras, “a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente”.

A tradição, portanto, não se restringe a algo ultrapassado, mas a algo muito útil nos dias atuais em que os valores ambientais estão se perdendo. Quando trata do termo tradição, Giddens (1991, p.20) o coloca em um sentido mais amplo, que seria o contexto da cultura, ou seja, para ele a tradição pode ser compreendida como “o conjunto de valores dentro dos quais estamos estabelecidos; não se trata apenas das formas de conhecimento ou das opiniões que temos, mas também da totalidade do comportamento humano, que só se deixa elucidar a partir do conjunto de valores constitutivos de uma determinada sociedade”. Sendo assim, a tradição é o princípio, é onde se calcam os valores de um povo, mesmo que com o passar do tempo esses princípios se percam em parte.

Além disso, a tradição integra e monitora a ação à organização tempo-espacial da comunidade, ou seja, ela é parte do passado, presente e futuro; é um elemento intrínseco e inseparável da comunidade. Ela está vinculada à compreensão do mundo fundada na superstição, religião e nos costumes; ela pressupõe uma atitude de resignação diante do destino, o qual, em última instância, não depende da intervenção humana, do “fazer a história”. Dessa forma, conhecer é ter habilidade para produzir algo e está ligado à técnica e à reprodução das condições do viver. A ordem social sedimentada na tradição expressa a valorização da cultura oral, do passado e dos símbolos enquanto fatores que perpetuam a experiência das gerações.

Por outro lado, a tradição também se vincula ao futuro. O futuro não é concebido como algo distante e separado, mas como uma espécie de linha contínua que envolve o passado e o presente. É a tradição que persiste, remodelada e reinventada a cada geração, não havendo um corte profundo, ruptura ou descontinuidade absolutas entre o ontem, hoje e o amanhã.

Para Giddens (2002), a tradição envolve o ritual, e este constitui um meio prático de conservação da natureza. Nas sociedades que integram a tradição, os rituais se tornam mecanismos de preservar a memória coletiva e as verdades inerentes ao tradicional. O ritual reforça a experiência cotidiana e refaz a liga que une a comunidade, mas ele tem uma esfera e linguagens próprias e uma “verdade formular” que não depende das “propriedades referenciais da linguagem”. Pelo contrário, a linguagem ritual é performativa, e às vezes pode conter palavras ou práticas que os falantes ou os ouvintes mal conseguem compreender. Segundo o autor em questão, a fala ritual é aquela da qual não faz sentido discordar nem contradizer. Por esse motivo, contém um meio poderoso de redução da possibilidade de dissensão. (Giddens, 2002)

Essa “verdade formular” na qual se funda o ritual necessita do intérprete, e este é o *guardião* da tradição, que se caracteriza pelo status, isto é, pelo papel que ocupa na ordem tradicional. Diferentemente do *perito*, o *especialista* da ordem social moderna, o conhecimento do guardião se reveste de mistério, se fundando na pura crença, além de possuir um sentido místico inacessível ao comum, ao leigo:

A tradição é impensável sem guardiões, porque estes têm um acesso privilegiado à verdade; a verdade não pode ser demonstrada, salvo na medida em que se manifesta nas interpretações e práticas dos guardiões. O sacerdote, ou xamã, pode reivindicar ser não mais que o porta-voz dos deuses, mas suas ações *de fato* definem o que as tradições realmente são. As tradições seculares consideram seus guardiões como aquelas pessoas relacionadas ao sagrado; os líderes políticos falam a linguagem da tradição quando reivindicam o mesmo tipo de acesso à verdade formular. (Giddens, 1997, p.100)

A interpretação monopolizada pelo guardião constitui uma verdade acessível apenas aos iniciados, isto é, aos que aceitam a verdade revelada por ele e, conseqüentemente, o seu status. A tradição é intrinsecamente excludente: apenas os iniciados, os admitidos, podem participar e compartilhar da sua verdade, do ritual. A discriminação do não-iniciado, como Giddens



chama de o “outro”, é fundamental para fortalecer o status do guardião e do ritual em si. O “outro” está fora, a verdade formular não é permitida a ele, ou seja, a identidade do “eu” se vincula ao envolvimento com o ritual e, portanto, se diferencia em relação ao “outro”.

Podemos substituir essa visão de *guardião* da tradição formulada por Giddens, ainda que a dinâmica das comunidades seja diferenciada (não há rituais), pelos mestres<sup>21</sup> presentes entre os pescadores artesanais. São eles os depositários dos saberes construídos ao longo de gerações, como já comentado, e os demais pescadores, como se observou em pesquisa, respeitam esses conhecimentos e o aceitam como verdadeiro. O mestre possui o “status” dentro da comunidade; praticamente todos os demais pescadores pedem opiniões aos mestres sobre a pesca e confiam em seus conselhos.

Quando analisamos a *modernidade*, segundo termo a ser discutido, percebemos que ela se constitui na oposição com a tradição, ou seja, enquanto a tradição significa o passado constituindo o presente, a modernidade significa o tempo imediato, do acontecido, com os olhos voltados para o futuro. Por isso, comparar a oposição entre tradição e modernidade já é uma herança moderna (Cunha, 1995), uma vez que é exatamente a relação do processo da ruptura com a modernidade, já citado acima, que faz com que a tradição esteja tão presente nos discursos modernos. A tradição e a modernidade, então, são faces de uma mesma moeda, uma vez que moderno é tudo o que se demarca em relação aquilo que permanece como tradicional, tal como tradicional é tudo o que se demarca em relação aquilo que se apresenta como moderno.

No seu sentido etimológico, a palavra modernidade significa moderno (*modernus*), originado do latim. Seu sentido está ligado ao termo “medido”, o que acaba de acontecer ou que aconteceu há pouco. De acordo com Cunha (1995, p.15):

Moderno, um termo que para nós indica o presente absoluto, uma espécie de presente na segunda potência, ou o presente como futuro de si, é o termo para o que passou, o que acabou de acontecer. E esta contradição não se limita a etimologia; também na estética, o moderno implica em desdobramentos entre o presente e o passado.

Mas a modernidade também reincorpora a tradição, reinventa-a, e, neste

---

<sup>21</sup> Ver capítulo 4 do presente trabalho, item 4.2.

sentido, também expressa *continuidade*. Grande parte dos valores relacionados à tradição permanece e se reproduzem no âmbito da comunidade local. Na verdade, as primeiras instituições da modernidade não podiam desconsiderar a tradição preexistente e, vários aspectos, dependiam delas. Para Giddens (1997, p.115),

Somente com a consolidação do Estado-nação e a generalização da democracia nos séculos XIX e XX, a comunidade local efetivamente começou a se fragmentar. Antes deste período, os mecanismos de vigilância eram primariamente “de cima para baixo”; eram meios de controle cada vez centralizados sobre um espectro de “indivíduos” não mobilizados.

Porém, a modernidade teve que “inventar” tradições e romper com a “tradição genuína”, isto é, com aqueles valores radicalmente vinculados ao passado pré-moderno. A modernidade, neste sentido, expressa *descontinuidade*, a ruptura entre o que se apresenta como o “novo” e o que persiste como herança do “velho”.

A modernidade, para o autor, expressa uma ruptura com a idéia de comunidade e passagem à idéia de sociedade (dividida em interesses conflitantes, classes antagônicas e grupos diversificados), além de uma ruptura também com a idéia e a prática teológico-política do poder político e passagem à idéia da dominação impessoal ou da dominação racional, isto é, nascimento da idéia moderna de Estado. Segundo ele, a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. (Giddens,1991, p.11).

O autor observa que vivemos em uma época marcada pela desorientação, pela sensação de que não compreendemos plenamente os eventos sociais e que perdemos o controle. A modernidade transformou as relações sociais e também a percepção dos indivíduos e coletividades sobre a *segurança* e a *confiança*, bem como sobre os *perigos* e *riscos* do viver. Para o autor, a modernidade rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações bem maiores e impessoais, ou seja, o indivíduo se sente só em um mundo em que falta a segurança oferecida em ambientes mais tradicionais. Não basta, segundo ele, inventar novas palavras para explicar este redemoinho, mas sim olhar com atenção a própria

modernidade e analisar as suas conseqüências. Supõe-se que existe uma oposição entre tradição e modernidade, em que a última significaria a morte da primeira. Se os dois termos são interpretados como valores, então a tradição só poderia ser pensada nesses termos porque está sempre mudando, onde se contrapõe o tempo dos antigos ao tempo das novidades; muitas vezes a tradição é interpretada como sendo um valor atrasado.

É fundamental que se comece a pensar fora da linearidade que permeia o pensamento atual, o pensamento evolucionário do “velho” para o “novo”, do “antes” para o “depois”, do “passado” para o “presente”. A tradição está ligada, no contexto dessa pesquisa que procura trabalhar com a importância dos saberes tradicionais, a uma contribuição para um resgate dos valores ambientais, uma vez que a tradição não deve ser substituída pela modernidade, mas unida a ela, já que para a conservação da natureza é preciso ir além de uma mescla entre os diversos saberes (tanto acadêmicos quanto populares), que se extraia do passado e do presente suas mais significativas contribuições, num movimento contínuo de olhar sabiamente para frente e para trás.

## **2.2 Características da relação homem-natureza**

Nos tempos atuais uma outra discussão, quando se trata sobre a natureza, se faz necessária: a relação do homem com a natureza. Foladori (2001) acredita que a crise ambiental contemporânea nos obriga a repensar essa relação, visto que ela tem mudado através da história. O autor vê a relação homem-natureza sob uma ótica de que os seres humanos não podem ser comparados com qualquer outra espécie de seres vivos, já que “a sociedade humana tem diferenças em seu interior que se cristalizam em apropriação histórica diferente dos meios de vida e da natureza externa em geral” (p.136). Essas diferenças de apropriação criam os grupos sociais que por sua vez são distintos em seus relacionamentos com o ambiente natural. Essa discussão se torna relevante no contexto do presente trabalho à medida que percebemos que a relação da sociedade com a natureza deve ser analisada historicamente, e ser entendida a partir do ponto de vista que os

homens são seres sociais, que possuem relacionamentos diferenciados com a natureza de acordo com a mentalidade da comunidade em que vivem e, principalmente, o modo de vida levam, em relação a sua atividade profissional e sua visão de mundo.

A relação homem-natureza passa a ser um objeto de estudo fundamental para entendermos a crise ambiental, como chegamos até ela e o que pode ser feito para tentar reverter esse quadro. De acordo com Leff (2002, p.59), a problemática ambiental

...por um lado é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem a padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo. (...)

Os problemas ambientais, a industrialização e o conseqüente consumo revelam-se irracionais sob o ponto de vista ecológico, acarretando uma degradação ambiental constante. Em virtude disso, a crise ambiental se configura hoje em uma crise da sociedade, e a natureza passa a ser um novo campo para o debate social e político, obrigando o ser humano a repensar suas relações entre a própria sociedade, a técnica e o meio ambiente.

Leff (2001) acredita que essa relação passa a ser não somente um estudo das ciências biológicas, mas um coletivo que engloba todos os ramos das ciências, principalmente as ciências sociais, já que é necessário que se pense nessa relação como sendo entre o homem, a sociedade e a natureza, e que se construa uma consciência ambiental no sentido de que o homem e a sociedade sejam constitutivos da natureza. Segundo Leff (2002, p.48),

Natureza e sociedade são duas categorias ontológicas (...). Na primeira, o processo evolutivo se produz pela determinação genética das populações biológicas e de seu processo de seleção-adaptação-transformação em sua interação com o meio ambiente; na ciência da história, a natureza aparece como os objetos de trabalho e os potenciais da natureza que se integram ao processo global de produção capitalista e, em geral, os processos produtivos de toda formação social, como um efeito do processo de reprodução/trans formação social.

Para Tozoni-Reis (2004), a relação do homem com a natureza se expressa por um conjunto de idéias que indicam que o homem deve se submeter às leis naturais, assim como todos os seres vivos. A compreensão

dessas relações implica no entendimento de representações diferenciadas acerca da natureza, que se caracterizam, segundo a autora, por “três concepções distintas e tendenciais da relação homem-natureza: aquelas que consideram pressuposto básico o sujeito natural, o sujeito cognoscente ou o sujeito histórico” (p.33).

A primeira representação retrata as idéias de que o homem deve se submeter às leis da natureza, uma vez que ele é apenas mais um elemento presente nela. A humanidade doméstica, domina e se apropria de seus recursos e qualquer intervenção humana é intrinsecamente negativa, sendo que todas as vezes que o homem se volta para a natureza tem a intenção de tirar algum proveito em seu próprio benefício. Esta é uma visão bastante romantizada, idílica, onde para se voltar ao equilíbrio ambiental deve-se voltar ao equilíbrio natural; o homem é um perturbador, dominador da natureza. Essa representação se caracteriza, segundo a autora, como o *sujeito natural*, o qual ainda prevalece em muitas ciências. Aqui a crise ambiental emerge de um sentimento de humilhação quando submetido à natureza. Nessa representação os principais fatores apontados como responsáveis pela crise ambiental são o crescimento populacional e os valores filosóficos e culturais.

Na segunda representação, chamada pela autora de *sujeito cognoscente*, aponta-se a falta de conhecimentos sobre as leis da natureza como sendo a causadora dos problemas ambientais. Aqui a natureza não é intocável, mas deve ser usada racionalmente, e, portanto, a degradação ambiental pode ser amenizada pelo avanço dos conhecimentos técnico-científicos adquiridos pelo homem. Nesta representação o conhecimento é o mediador da relação homem-natureza e deve ser transmitido através da educação, e a partir dessa conscientização garantir que o homem haja como fiscalizador da natureza. Percebe essa mediação como mecânica, ou seja, basta conhecer para preservar, “saber usar (conhecimentos técnicos e científicos), para poder usar mais e sempre, mas sempre usar” (Tozoni-Reis, 2004, p.34). O conhecimento sobre a natureza é fundamental, mas essa representação não leva em conta a forma do uso desse conhecimento pelos diferentes indivíduos, que muitas vezes utilizam esses saberes para poderem se aproveitar mais dos recursos naturais. Somente a incorporação desses saberes pode garantir o enfrentamento dos problemas ambientais, uma vez

que só ela permite que a sociedade desenvolva ações de “fiscalização, controle e cobrança”.

A terceira representação vê a relação homem-natureza construída a partir das relações sociais, portanto histórica e social, conceituada como uma relação não mais entre o homem e a natureza, mas entre a sociedade e a natureza. Nela, a história e a cultura são mediadoras, e as conseqüências das ações do homem são historicamente determinadas, aparecendo o desenvolvimento da tecnologia como um dos instrumentos dessa relação, pois exige a intencionalidade dos sujeitos para conservar ou impactar, estabelecendo a relação entre a cultura e a história. As diferentes formas de organização social incluem não só as relações entre os indivíduos, mas também os modos em que estes indivíduos se apropriam dos recursos da natureza, sendo necessário relacionar o desenvolvimento das relações sociais de produção com a interação sociedade-natureza. Nessa representação, denominada *sujeito social*, os determinantes dos problemas ambientais são a política e a economia, e a cultura capitalista tem papel fundamental no processo de degradação do meio ambiente, uma vez que esse modelo econômico produz cada vez mais necessidades (ou desejos?) e, conseqüentemente, mais meios para satisfazê-las, utilizando os recursos naturais, vistos muitas vezes como um amontoado de mercadorias gratuitas. Os problemas ambientais residem na forma histórica da interação: “o homem também é natureza”. Os seres humanos modificam a natureza e criam uma outra natureza, modificada, mas ainda natureza<sup>22</sup>. Segundo Tozoni-Reis (2004, p.30),

...a sociedade deriva da natureza, e para a sociedade, só interessa realmente a natureza que ela consegue transformar com sua cultura. Essas representações sugerem também a idéia de conflito entre os sujeitos e a natureza: ‘o homem é um predador, mas a natureza é violenta, e a idéia de equilíbrio na relação homem-natureza é ideológica’. Essa abordagem indica a dicotomia homem-social versus natureza-natural está superada, a interação entre eles sugere o homem-social-natural e a natureza-natural-social. A relação sociedade-natureza como pressuposto da problemática ambiental, que define a relação homem-natureza como construída pela história, aponta as conseqüências das ações dos homens no ambiente como também historicamente determinadas.

---

<sup>22</sup> Como já comentado neste capítulo, essa seria a segunda natureza, ou seja, aquela natureza que foi transformada, mas não deixa de se configurar como natureza.

A natureza se gera e se constrói no processo histórico das inter-relações entre sociedade e natureza, portanto a compreensão dessas relações deve ser mediada pelos estilos de desenvolvimento vigentes. A mentalidade consumidora gerada pelo capitalismo é, nessa representação, a causa imediata dos problemas ambientais, uma vez que o que se valoriza não é o “ser”, mas o “ter”. Produz-se nos indivíduos o espírito consumista, onde a prioridade é adquirir coisas sem que haja a real necessidade. Segundo Guimarães (1995, p.13),

O consumismo intenso valoriza a acumulação material, a competição exacerbada, o individualismo egoísta e vende uma ilusão alienante de crença na viabilidade desse modelo, que jamais poderia ser alcançado pelo conjunto da população planetária ou até mesmo pela grande maioria das nações existentes.

Para ele, não há como esperar que nesse modelo todas as nações atinjam o mesmo nível de “desenvolvimento” e o mesmo padrão de consumo, sem riscos de degradação ambiental.

Aqui entra a urgência do resgate de valores, principalmente valores ambientais, e a educação ambiental aparece como principal facilitadora nesse processo. Os próprios pescadores artesanais estudados percebem a importância da educação ambiental, visto que muitas vezes justificam suas atitudes em relação à natureza através da falta de conhecimento sobre os efeitos destrutivos que podem causar sobre ela.

A Educação Ambiental, em meio à crise que o meio ambiente se encontra, se transforma em um dos principais instrumentos possíveis de evitar ou pelo menos minimizar a destruição da natureza, através de uma nova conduta acerca dela. É através da sensibilização, primeiramente, que o homem começa a tomar consciência de sua prática em relação ao ambiente em que vive. Sensibilização entendida no contexto dessa pesquisa como um processo educativo de tornar sensível, possibilitando uma vivência que pode construir conhecimentos não só pela racionalidade, mas também a partir de sensações, intuição e até mesmo sentimentos.

A Educação Ambiental, nas suas diversas possibilidades, abre um estimulante espaço para repensar práticas sociais e desenvolver um conhecimento necessário para que os indivíduos adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da

interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade mais equitativa e ambientalmente sustentável. Deve, portanto, sempre trabalhar valores que podem propiciar o interesse, a autoconfiança e o engajamento em ações conservacionistas. Ela está ligada, principalmente no contexto desta pesquisa, a uma nova forma de relação homem-natureza e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como uma soma de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade.

A realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes. Existe, portanto, a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental (Jacobi, 2003). Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. Assim a educação ambiental deve ser, acima de tudo, um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Deve-se enfatizar a importância do entendimento das questões ambientais como um processo histórico de relações mútuas entre a sociedade e a natureza. Essas relações devem ser compreendidas a partir da análise dos modelos de desenvolvimento permitindo, assim, uma interpretação de que os problemas ambientais são oriundos deles. O modelo econômico vigente na sociedade moderna é o principal agente da perda de valores relacionados com a natureza, uma vez que com o crescente consumo, aos poucos a sociedade foi deixando de lado a preocupação em conservar a natureza.

É necessário, então, mudar o olhar sobre as relações homem-natureza,



articulando-as com métodos integradores de ordem natural e social. A interdisciplinaridade mais uma vez entra aqui como peça-chave para a construção de uma nova relação homem-natureza que inclua o diálogo entre os diversos saberes. Segundo Floriani (2000, p.30), “no domínio das relações sociedade-natureza, certamente, justifica-se cada vez mais novas associações, para produzir novos conhecimentos e engendrar práticas diferentes e alternativas ao modelo predatório de civilização instaurado pela economia de mercado e pelo produtivismo exacerbado.” Ou seja, o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares (tradicional) é de fundamental importância para a reflexão de novas práticas de conservação da natureza.

As questões discutidas nesse capítulo são fundamentais para entendermos a importância dos saberes tradicionais de que trata a presente pesquisa, já que a contradição entre a tradição e a modernidade assim como as relações presentes entre a natureza e a sociedade são peças-chave no entendimento desses conhecimentos como cruciais para resgatarmos os valores ambientais e também para pensarmos em novas formas de conservação da natureza.

A grande produtividade e o consumo, valorizados pelo modelo atual de sociedade, fazem com que os saberes tradicionais percam sua importância, já que, como comentado neste capítulo, o modo de vida que as populações tradicionais possuem não se enquadra nos objetivos da sociedade capitalista em geral.

### **2.3 Aspectos da conservação da natureza**

Torna-se essencial, na problemática da presente pesquisa, refletir sobre o conceito de conservação, mais especificamente conservação da natureza, visto que o principal enfoque aqui é analisar se os pescadores artesanais estudados são conservacionistas. Conservação entendida aqui como o conjunto de diretrizes planejadas para o manejo e utilização sustentada dos recursos naturais, a um nível ótimo de rendimento e preservação da diversidade biológica (IBAMA).

Existem muitos conflitos relacionados ao modelo dominante de

conservação que parte do princípio que a natureza para ser conservada deve estar separada das sociedades humanas. Nessa perspectiva qualquer intervenção humana é essencialmente negativa e prejudicial. Em contraponto, de acordo com Diegues (2000), vários estudos mostram que populações tradicionais apresentam formas de relação com a natureza que garantem de forma eficaz sua conservação. O autor ressalta que o Brasil “importa” modelos de conservação, e quando se fala em modelos importados não está se referindo apenas a aspectos estruturais dos parques e reservas, mas também à própria forma de pensar a relação do ser humano com a natureza. Há, no pensamento de Diegues, uma grande resistência das instituições governamentais em começar a avaliar seus próprios modelos de conservação do mundo natural apesar dos inúmeros estudos já realizados.

A conservação da natureza, de acordo com Foladori (2001) em seus estudos sobre o desenvolvimento sustentável, está diretamente ligada ao “nível de diferenciação interna da sociedade humana e o comportamento em relação à natureza” (p.113). Foladori comenta que o conservacionismo surge como uma “crítica a partir da natureza e contra a sociedade industrial”. O autor acredita que o modelo capitalista de sociedade, ou mais especificamente as classes sociais, “condicionam e explicam o comportamento em relação à Natureza”.

A defesa do meio ambiente ou a salvação da natureza se tornaram comum, de acordo com o pensamento de Giddens (1996). O ambientalismo, uma das correntes que visa a conservação ambiental, tem como objetivo controlar os danos que os humanos causaram à Natureza, e não a recuperação da natureza. O meio ambiente é visto aqui como um agrupamento de recursos e os homens precisam cuidar para garantir seu próprio futuro.

Para Giddens (1996), a conservação da natureza, não importando a forma como é interpretada, tem laços evidentes com o conservadorismo enquanto proteção de uma herança do passado. Sendo assim, não podemos confundir a proteção da natureza com a proteção da tradição, ou seja, como diz Giddens, “não deveríamos supor que estamos defendendo a natureza quando, na verdade, estamos protegendo um cenário social ou um modo de vida específicos” (p.240). Em contraponto, essas duas coisas estão interligadas de uma forma que sentimos dificuldade de pensar nelas separadamente. Como é

o caso dos pescadores artesanais, as populações tradicionais em geral possuem modos de vida que causam um baixo impacto ao meio ambiente; dependem diretamente da natureza para sobreviver em suas atividades e, como conseqüência, possuem atitudes de respeito ao meio ambiente, o que se torna a principal forma de conservação ambiental.

Diegues (2000) comenta que os novos rumos para a conservação são marcados por uma mudança de postura diante do conhecimento e práticas das comunidades locais. A valorização dos saberes de caiçaras, camponeses, pescadores artesanais, índios, passa por uma revisão da própria comunidade científica em relação à imagem da ciência como a única que detém o poder de indicar os caminhos da conservação. Para o autor, os cientistas estão buscando construir um novo cenário teórico e metodológico que possa compreender as comunidades locais o mais próximo possível da lógica delas, trazendo possibilidades de refletirmos sobre o papel da ciência em relação à conservação da natureza, na medida em que o conhecimento científico tem autorizado a adoção de práticas de conservação que não estão alcançando os objetivos propostos.

### **CAPÍTULO 3: A pesquisa em Matinhos – PR**

A pesquisa referente ao conteúdo deste trabalho foi realizada, como já visto, no Município de Matinhos, no litoral paranaense. Nos próximos itens deste trabalho, utilizaremos tanto os dados coletados através das entrevistas e da observação feita diretamente pela pesquisadora em campo, como os da FUNDACENTRO e da pesquisa bibliográfica.

Inicialmente falaremos sobre o Município de Matinhos em geral, ressaltando dados referentes a situação socioeconômica do mesmo. Pretende-se, em seguida, refletir sobre o município de Matinhos na história do litoral paranaense, principalmente no que se refere à pesca artesanal, com o objetivo de compreendermos melhor a dinâmica atual do Município, utilizando, para tanto, principalmente Bigarella (1991), que compôs uma vasta história do Município. Além disso apresentaremos um pouco da história contada pelos próprios pescadores estudados.

Pretende-se aqui apresentar esses dados, analisando-os à luz da fundamentação teórica trabalhada no desenvolvimento deste trabalho, tentando expressar, através dos mesmos, um pouco da realidade do Município e da pesca artesanal, que se configura no grupo de pescadores estudados como a principal atividade econômica.

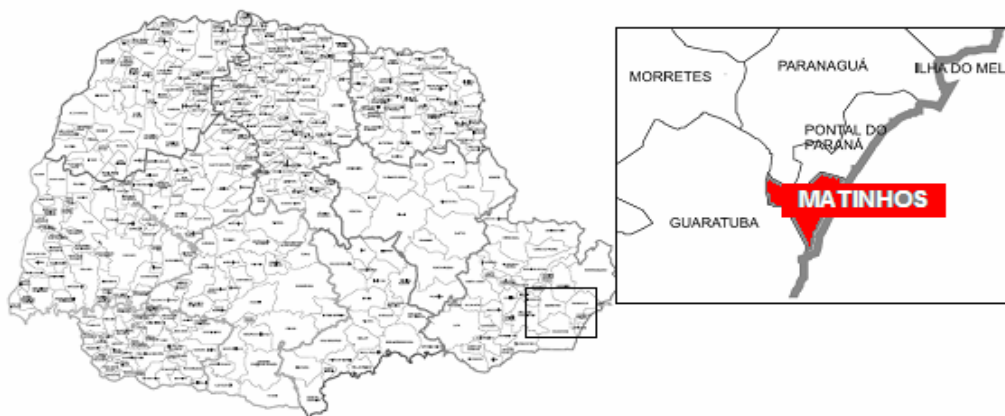
#### **3.1 O Município de Matinhos: aspectos gerais**

Matinhos se localiza no litoral do Paraná, a cerca de cem quilômetros da capital do Estado, Curitiba. É o menor município litorâneo do Paraná em área (111,5 Km<sup>2</sup>, correspondente a 2% de todo o litoral). Foi criado via decreto no dia 12 de junho de 1967 (chamado de “namorada do Paraná”, por comemorar seu aniversário no dia em que se comemora, no Brasil, o dia dos namorados) e emancipado do Município de Paranaguá no dia 19 de dezembro de 1968, passando então a ser considerado um município praiano-turístico. Aqui cabe ressaltar que, principalmente a partir de então, o turismo cresceu consideravelmente na região, multiplicando sua população permanente – 217 hab/Km<sup>2</sup> (2003) – em mais de 23 vezes no período de alta temporada. Isso

implica, obviamente, um choque periódico de múltiplas conseqüências ambientais e sociais que deve ser considerado para dar conta da realidade litorânea. (Pierri, 2003).

### FIGURA 1

Mapa Político do Estado do Paraná e Localização do Município de Matinhos



Fonte: IPARDES (2002).

Segundo dados do censo (IBGE, 2000), a população permanente do município de Matinhos, em 2000, era de 24.184 habitantes, que representa apenas 10,2% dos 235.840 habitantes que somam os sete municípios do litoral paranaense (Pierri, 2003). Isso representa um aumento de 9.504 mil habitantes em 6 anos, ou seja, 28% de crescimento populacional.

A população atual estimada de Matinhos, segundo dados do IBGE (2006) é de 35 mil habitantes aproximadamente. Em menos de seis anos essa população aumentou cerca de 11.000 habitantes, ou seja, um crescimento grande em um curto intervalo de tempo. O município testemunha, portanto, expressivo crescimento demográfico nas últimas décadas. De acordo com Horochovski (2007, p.140), “as principais razões desse crescimento foram o “boom” imobiliário (...), a permanência no município de contingentes de trabalhadores e famílias que vão buscar alternativas temporárias de trabalho e renda nas temporadas de verão e a absorção de parte do próprio aumento da Região Metropolitana de Curitiba, com a qual o litoral paranaense estabelece intensa complementaridade”. Existem outras razões segundo o autor, como o grande fluxo de pessoas de maior idade, principalmente aposentadas, e, mais

recentemente, a instalação de um campus da Universidade Federal do Paraná.

**TABELA 5**

População, superfície e densidade populacional - municípios do litoral paranaense, 2000.

Municípios	População		Superfície		Densidade Hab/km <sup>2</sup>
	Hab.	%	Km <sup>2</sup>	%	
Antonina	19.174	8	968,8	16	20
Paranaguá	127.339	54	665,8	11	191
Morretes	15.275	6	686,5	11	22
Guaraqueçaba	8.288	4	2.159,3	35	4
Guaratuba	27.257	12	1.326,8	21	21
<b>Matinhos</b>	<b>24.184</b>	<b>10</b>	<b>111,5</b>	<b>2</b>	<b>217</b>
Pontal do Paraná	14.323	6	216,2	4	66
<b>TOTAL</b>	<b>235.840</b>	<b>100</b>	<b>6.135,4</b>	<b>100</b>	<b>38</b>

FONTE: População: IBGE-Censo 2000. Superfície: SEMA, 2003. Extraído de PIERRI (2003).

De acordo com a tabela 5, percebe-se que Matinhos teve uma taxa média de crescimento anual muito alta (5,31% a.a.), que chegou a triplicar em três décadas. Se comparado com o desempenho dos demais municípios do litoral, a evolução de Matinhos evidencia uma situação muito diferente, especialmente se comparada as cidades praianas do litoral sul, onde o crescimento tem sido reduzido se comparados a Matinhos. Percebe-se que Matinhos teve a maior taxa de crescimento anual se comparado as outras regiões do litoral paranaense.

**TABELA 6**

População e taxas anuais de crescimento, por situação de domicílio - Municípios do litoral paranaense, 1970 a 2000.

Municípios	População				Taxas anuais de crescimento			
	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/91	1991/00	1970/00

	População				Taxas anuais de crescimento			
<b>Antonina</b>	16.448	16.305	17.070	19.174	-0,09	0,42	1,29	0,46
<b>Paranaguá</b>	62.327	81.974	102.098	127.339	2,78	2,02	2,46	2,16
<b>Morretes</b>	11.836	13.238	13.135	15.275	1,13	-0,07	1,67	0,77
<b>Guaraqueçaba</b>	7.648	7.647	7.762	8.288	-0,001	0,14	0,72	0,24
<b>Guaratuba</b>	9.734	12.183	17.998	27.257	2,27	3,61	4,67	3,14
<b>Matinhos</b>	<b>4.317</b>	<b>5.672</b>	<b>11.325</b>	<b>24.184</b>	<b>2,77</b>	<b>6,49</b>	<b>8,70</b>	<b>5,31</b>
<b>Pontal do PR</b>	-	-	5.577	14.323	-	-	10,93	-
<b>TOTAL</b>	<b>112.310</b>	<b>137.019</b>	<b>174.965</b>	<b>235.840</b>	<b>2,01</b>	<b>2,25</b>	<b>3,39</b>	<b>2,25</b>

FONTE: IBGE – Censos Demográficos 1970 - 2000. Extraído de PIERRI (2003).

Quando nos referimos a economia do município, além da pesca e do turismo, a base da economia do município é o artesanato em pequena escala, produzido em grande parte pelas mulheres de pescadores e pela população em geral, e o comércio. Dados do IBGE (2000), mostram que 21,2% da população trabalhadora vive do comércio, o que comprova que este é muito forte para a economia da cidade. De acordo com a Tabela 7, se analisarmos o número de pessoas que trabalham nas atividades de pesca e agricultura (4,1%), percebemos uma quantidade de trabalhadores relativamente baixa, levando-se em conta que as duas atividades foram contabilizadas juntas.

#### **TABELA 7**

População ocupada segundo as atividades econômicas- Matinhos/PR – 2000

<b>ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>	<b>Nº DE PESSOAS</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	399
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	30
Indústria de transformação	453
Construção	1.790
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	2.050
Alojamento e alimentação	425
Transporte, armazenagem e comunicação	283

Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	1.434
Administração pública, defesa e seguridade social	686
Educação	501
Saúde e serviços sociais	158
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	480
Serviços domésticos	875
Atividades mal definidas	83
<b>TOTAL</b>	<b>9.647</b>

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Resultados da amostra

Dos estabelecimentos que trabalham com agropecuária do município, apenas um advém da pesca, que é o Mercado Municipal de Pesca, onde a presente pesquisa se concentrou para a coleta de dados.

Segundo Horochovski (2007), a localização de Matinhos, entre o oceano e a Floresta Atlântica da Serra do Mar (em Área de Proteção Ambiental) e a pequena extensão territorial impõe barreiras a atividades industriais e agrícolas. A principal atividade econômica passa a ser o turismo, que fomenta o setor de serviços, sobretudo o mercado imobiliário e o atendimento a veranistas.

Vieira & Jorge (2003) comentam que a valoração econômica do turismo brasileiro associado às zonas costeiras ocorreu de forma desorganizada, impondo ao ambiente grandes desajustes na preservação dos recursos naturais. O valor econômico dado ao turismo no sistema capitalista, exige retorno rápido de investimentos, contribuindo para que as questões de proteção ambiental não sejam consideradas corretamente, colocando em risco a própria sobrevivência da principal matéria-prima da atividade.

A praia de Matinhos, assim como a maioria dos balneários paranaenses, necessita de vários investimentos de forma a acomodar o grande fluxo de visitantes. O crescimento da população do município em período de alta temporada faz com que não só os pescadores artesanais multipliquem sua produção e suas vendas, mas que vários outros fatores como o aumento do lixo nas praias, venda de artesanato local, etc., contribuam para uma mudança significativa no cenário permanente do local, seja pelo lado negativo ou positivo.



Entre os principais efeitos negativos, associados à superpopulação turística, visíveis até mesmo entre os turistas em épocas de alta temporada, está a poluição do meio ambiente (Andreoli, 2006), principalmente na areia e no mar, oriunda não só dos dejetos humanos depositados nestes, mas também do esgoto que desemboca diretamente no mar e da grande quantidade de lixo descartado indevidamente. A contaminação de águas litorâneas por esgotos domésticos com dejetos humanos, dentre outros, representa um risco potencial à saúde pública e ao equilíbrio do ambiente aquático, podendo ser fonte de desestímulo ao turismo (SEMA, 2005).

Os despejos constantes de esgoto doméstico neste ambiente costeiro promovem diferentes graus de poluição, bem como a veiculação de microorganismos patogênicos, que causam sérios danos à saúde (Ferreira, 2003), o que é muito comum em todo litoral do Paraná no período de verão. A rede de esgoto disponível em Matinhos é considerada como a principal ação para a redução da poluição das praias, porém somente esta ação pode ser incipiente, uma vez que deve haver a massiva contribuição por parte da sociedade que usufrui destes ambientes naturais.

Entre os efeitos positivos do turismo estão o aumento das vendas no comércio, o que cabe também aos pescadores, uma vez que a procura pelo pescado aumenta consideravelmente. Em conversa, os próprios pescadores entrevistados comentam que a época de veraneio é a única em que conseguem “tirar lucro” do que vendem, sendo apontado pelos mesmos como um dos principais motivos deste aumento no lucro a possibilidade dos pescadores venderem diretamente ao consumidor. Sendo assim, os atravessadores não interferem tanto na comercialização dos pescados em época de veraneio, a não ser que a quantidade de pescados seja maior que a capacidade de armazenamento dos pescadores.

### **3.2 A pesca em Matinhos**

Uma das atividades econômicas do município é a pesca artesanal, realizada em canoas, próximo da costa e a captura com redes se dá em outro ambiente mais afastado da praia. As canoas normalmente não ultrapassam

uma tonelada de arqueação<sup>23</sup> bruta, movida a motores entre 10 e 20 CV, sendo a maioria a diesel ou gasolina. Há na região cerca de 45 canoas atualmente (EMATER, 2004).

## FIGURA 2

Canoas utilizadas pelos pescadores de Matinhos



O tipo de pesca praticado pelos pescadores da região é a pesca artesanal, como os próprio pescadores observam:

*Nossa pesca aqui é a pesca artesanal, é com a rede e arrasto de camarão. A maioria pesca com a rede de espera. Vai lá, arma a rede no outro dia puxa. A gente pesca que nem antes, não mudou nada, mudar mudou aqui pra nós a carreta<sup>24</sup>, essa carretinha de puxar a canoa pra cima. Tinha também a canoa de madeira, que hoje a maioria das canoa é de fibra. E eu acho que só isso, porque quando*

<sup>23</sup> Capacidade de armazenamento de um navio.

<sup>24</sup> Essa carreta (figura 3), segundo os pescadores, foi “inventada” por eles mesmos, e facilita muito tanto o trabalho de retirada da canoa do mar quanto o de colocação.

*eu comecei a pescar já era motor a diesel, Agralle, que a gente usa hoje. A única coisa que mudou foi o trangone. Que antigamente usava só o aparelho do camarão. Hoje tem o trangone, esse ferro que aqui a canoa, que abre como se fosse um braço e amarra uma rede em cada ponta. Daí trabalha com duas redes. A canoa de fibra é mais leve, a manutenção dela é bem menos que a madeira. Na verdade a de madeira todo ano tem que puxar pra dar uma arrumada. E essa de fibra não, tem uma durabilidade maior assim, de 3, 4 anos, sem precisar mexer em nada nela. (pescador P2 – 60 anos)*

### FIGURA 3

Carretinha para puxar a canoa do mar



Os próprios pescadores se definem como artesanais, observando que, ser pescador artesanal é trabalhar de sol a sol, não agredindo a natureza, ou, pelo menos, causando um baixo impacto a natureza, em relação à pesca industrial. “O que uma canoa nossa pesca durante um ano, um barco industrial pesca num dia, pescam muito.” (P8).

Segundo os pescadores entrevistados, a produção de peixes e camarões vem diminuindo a cada ano e inviabilizando economicamente a pesca, sendo que vários pescadores precisam diversificar suas atividades para aumentar a renda da família, prestando serviços gerais como pedreiros, carpinteiros, zeladores, caseiros, etc. E o que vem prejudicando essa diminuição da pesca se associa à questão da predação praticada pelas grandes embarcações que não respeitam o limite legal, causando sérios

prejuízos à fauna marinha (Andrighetto, 1999). Como um dos pescadores observa, “os barcos grandes passam como um trator arrastando tudo que tem”. Comentam que o peixe que matam é de um quilo para cima, já a pesca industrial pesca desde o “filhotinho até o adulto”. Então o maior problema encontrado pelos pescadores entrevistados, em relação à diminuição do pescado, está realmente nesse tipo de pesca predatória, como comenta o pescador:

*Porque tudo que eu matei na minha vida inteira de peixe, em 40 anos de pesca, os cara matam numa noite, 80 toneladas, 150. Levam 150 toneladas e abrem a rede e vão embora, deixam os peixe pequeno porque não tem o que fazer com ele, o peixe sai morto já da rede. Eles se fazem de bobo, alegam que só pegam peixe grande e vivo, então o peixe está acabando assim, pela exploração, não da poluição. (pescador P2 – 60 anos)*

Um outro fator que contribui significativamente para esse abandono da atividade pesqueira, assim como a diminuição do pescado, é a necessidade de residir longe da praia, o que dificulta o acesso e se soma com a diminuição do rendimento desta atividade.

Aproximadamente na época em que Matinhos foi emancipado (1968), de acordo com Bigarella (1991), o pescador contava, para sua sobrevivência, além da pesca, com a floresta, onde caçava e colhia frutos, palmito, raízes e brotos para sua alimentação. Se caracterizava como pescador-lavrador, já que alternava a pesca com a agricultura. Mas a terra de Matinhos não era boa para o plantio, principalmente mais próximo a região da praia, onde o solo possuía uma fertilidade ainda mais baixa. Sobrava aos moradores, então, os terrenos mais distantes da praia, que eram considerados mais apropriados para a agricultura, uma vez que a composição do solo era mais propícia, eram mais férteis. Esses terrenos eram situados nos pés dos morros ou das serras, geralmente distantes de sua moradia, uma vez que, como combinavam a agricultura com a pesca, muitos residiam próximos à praia.

A prática agrícola era realizada durante o tempo em que se deixava de pescar. De acordo com Bigarella (1991), eram abertas vastas clareiras na

floresta, utilizando-se do processo de queimadas e derrubadas. Plantavam no local durante dois ou três anos ficando assim os recursos do solo esgotados, já que sua fertilidade natural era baixa para a agricultura. Então, deixavam o solo descansar por cinco anos, contribuindo, assim, para que a terra recuperasse seus nutrientes naturais. Mas essa prática, com o tempo, impossibilita o uso agrícola do solo. Os caboclos<sup>25</sup> praticavam então, como já foi comentado acima, a agricultura como uma atividade complementar a sua ocupação efetiva, que era a prática da pesca (Andriguetto, 2002).

De acordo com Gehlen (1998) o caboclo da região sul do Brasil possuía uma base associativa que era a família, incluindo o compadrio. Com o passar dos anos e com o desenvolvimento dos balneários de Matinhos e Caiobá, um número insignificante de caboclos manteve a tradição da lavoura, uma vez que o benefício da venda dos produtos agrícolas oriundos dela era muito baixo. Gehlen (1998) comenta que, historicamente, os caboclos no Brasil permaneceram afastados do mercado e também isolados, principalmente pela ausência de vias de comunicação, além da estigmatização social. Foram aos poucos excluídos, resumidamente, por não se “encaixarem” no modelo emergente do mercado capitalista, uma vez que, como comentado acima, possuíam uma forma de agricultura e atividades de subsistência.

Segundo conversa com pescadores antigos moradores da região, os primeiros pescadores profissionais de Matinhos vieram de Santa Catarina, principalmente porque nas águas catarinenses o peixe estava escasso, sendo preciso ir mar adentro para encontrá-lo, o que forçou esses pescadores a se mudarem para o litoral do Paraná. Segundo um dos pescadores entrevistados, enquanto os moradores da região se utilizavam ainda da agricultura para sua sobrevivência, “... *quem vivia só da pesca mesmo, que não fazia mais nada era os Catarina, que vieram do sul e se alojaram aqui, então eles viviam só da pesca.*” (pescador P2 – 60 anos). O pescador-lavrador vivia uma ambigüidade, uma vez que, durante o tempo ruim para a pesca não podiam fazê-la, mas ao mesmo tempo necessitava dessas mudanças de tempo para a agricultura. Ou seja, o período de chuvas intensas era bom para a agricultura; para a atividade

---

<sup>25</sup> Gehlen (1998) referindo-se aos caboclos da região sul do Brasil, comenta que os caboclos viviam da caça, pesca, de coletas e do extrativismo (erva-mate e madeira). Sua atividade mais tradicional, porém, era a agricultura de subsistência.

pesqueira essa época não era propícia, uma vez que o pescador ficava impossibilitado de sair ao mar para realizar a atividade, visto que, além dos riscos causados pelas tempestades, não era fácil encontrar o pescado. Já em períodos onde os cardumes de peixe estavam próximos a costa ou procriando, o pescador-lavrador detinha sua produção à atividade pesqueira.

Nesta época (déc.70), segundo Bigarella (1991), a pesca ainda era abundante, e os catarinenses introduziram o motor de dois tempos, substituindo o sistema de vela ou remo e a rede de náilon, o que facilitava a atividade ainda mais. Mas a rede de náilon, quando surgiu, “... *era feita a mão, era um dinheirão. Depois inventaram a rede feita na máquina, não era tão perfeita mas já tava em andamento um processo de pesca mais avançado. Essa rede era chamada de rede monofilamento*” (P1).

A pesca era realizada, então, utilizando-se redes, o que dependia (e depende até hoje) de um trabalho coletivo, o que exige um esforço físico significativo. Nessa época as redes eram confeccionadas em fibras naturais feitas de casca desfiada de embaúva (uma árvore), passando depois de alguns anos para o feitiço com cordel, algodão ou barbante. Hoje, em Matinhos, utilizam-se somente redes de fios de náilon seda. As redes utilizadas antigamente exigiam do pescador um trabalho muito maior para conservação, uma vez que precisavam, de tempo em tempo, serem “tingidas”, ou seja, eram mergulhadas em um extrato resultante da fervura de casca de aroeira, o que as protegia da água do mar. Segundo um dos pescadores entrevistados,

*A rede era tudo de fio de algodão, depois veio o náilon. Os cabos de algodão eram muito caros, a gente tinha que tecê o cipó. Então a gente tirava o cordão do cipó pra fazer, chamava-se beta naquele tempo. É um cabo grosso pra puxar o arrastão de praia, quando a gente ainda fazia. Tinha a embaúva e o fio do tucum que era uma das linhas mais fortes da época. Tucum é um coquinho que dá uma folha que parece da palmeira só que é baixinho, dali sai um fio da folha, a gente pegava aquela linha pra fazer linha pra pescar, ela era muito procurada, quem tinha uma linha de tucum guardava que nem ouro. (pescador P1 – 63 anos)*

**FIGURA 4**  
Rede de nylon utilizada pelos pescadores



Levando em conta que a rede de algodão confeccionada artesanalmente foi substituída pela de náilon, é necessário que se analise o que esta pode prejudicar a natureza. A rede de náilon, no que se trata da questão ambiental, é muito mais prejudicial à natureza do que as feitas de algodão. A natureza digere cada tipo de poluente num determinado tempo. Enquanto alguns poluentes são rapidamente degradados, outros podem sujar o ambiente por muitos séculos. Quase dois terços de todo o lixo que é encontrado no mar ou nas praias é algum tipo de detrito não degradável a curto prazo (Instituto Aqualung). São restos de redes, linhas de pesca, cordas e sacos plásticos abandonados no mar que permanecem nesse ambiente por muitos anos em razão de sua baixa biodegradabilidade (Tabela 8) e acabam vitimando inúmeros animais<sup>26</sup> que se enroscam e acabam morrendo por asfixia. Segundo dados da Secretaria de Estado de São Paulo (2005), peixes, aves, focas, leões-marinhos, tartarugas, golfinhos e baleias podem confundir os detritos que ficam boiando no mar com lulas, águas-vivas e outros alimentos que formam parte de sua dieta. Além do tempo de degradação do náilon ser maior do que o algodão, este último é reciclável e o náilon não.

**TABELA 8**  
Estimativa do tempo de decomposição de materiais no solo

<sup>26</sup> Segundo o Instituto Aqualung, baleias e golfinhos já foram encontrados com o estômago cheio de lixo que veio das cidades. A ponta de cigarro, o item mais coletado no mundo todo por oito anos consecutivos, tem ocasionado a morte de inúmeros animais que a confundem com ovas de peixe e a engolem. O mesmo ocorre com os sacos plásticos.

<b>MATERIAIS</b>	<b>TEMPO DE DEGRADAÇÃO</b>
Restos orgânicos	2 a 12 meses
<b>Tecidos e fios de algodão</b>	<b>1 a 5 meses</b>
<b>Cordas de nylon</b>	<b>30 anos</b>
Papel	3 a 6 meses
Madeira	Mais de 6 meses
Madeira pintada	13 anos
Filtro de cigarro	5 anos
Vidros	Indeterminado
Aço (lata)	10 anos
Alumínio	200 a 500 anos
Isopor	Indeterminado
Plásticos (embalagens, equipamentos)	Até 450 anos
Plástico (embalagens pet)	Mais de 100 anos
Borracha	Indeterminado
Cerâmica	Indeterminado
Metais (componentes de equipamentos)	Cerca de 450 anos
Metais (latas)	100 anos

FONTE: Secretaria do Estado de São Paulo, 2005.

### 3.2.1 Os pescadores

O grupo<sup>27</sup> de pescadores estudado se encaixa dentro dos moldes tradicionais<sup>28</sup>, uma vez que, mesmo tendo adotado novas tecnologias da pesca – como o motor nos barcos – é possível identificar entre eles práticas tradicionais, como aquelas que se baseiam no trabalho familiar e de relações de compadrio, visando principalmente ao próprio sustento – o que não quer dizer que elas não estejam vinculadas de algum modo ao mercado. Ou seja, apesar de adotarem novas tecnologias, não mudaram substancialmente suas técnicas de trabalho. Outro aspecto específico dessas comunidades é a

<sup>27</sup> Será utilizado no decorrer deste trabalho o conceito de *grupo*, em vez de *comunidade*, uma vez que eles não residem no mesmo local.

<sup>28</sup> De acordo com a definição de Diegues (1983).



utilização das chamadas tecnologias de baixo impacto ao meio ambiente (Diegues, 1983). A pesca artesanal, em geral, é caracterizada como uma atividade tradicional (Maldonado, 1986), sendo assim, os grupos ou comunidades que a exercem se enquadram nos moldes tradicionais, segundo os autores estudados no presente trabalho.

Atualmente, segundo o próprio Diegues, é difícil a caracterização de comunidades tradicionais, uma vez que não encontramos comunidades que exerçam todas as atividades da mesma forma como as realizavam há várias gerações atrás; na maioria das vezes já sofrem com influências externas e se modernizaram bastante. Mas dentro do contexto deste estudo, entende-se por populações tradicionais aqueles grupos sociais que tem um "modo de vida" diferenciado das populações urbano-industrial e que, via de regra, mantêm uma relação direta com os recursos naturais. O manejo dos recursos ocorre através de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, resultando na adequação de uso e manutenção dos ecossistemas naturais (Diegues, 1995). Além disso, nas comunidades tradicionais há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal, onde o produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final, o que é o caso da comunidade estudada.

Os pescadores artesanais que compõem o quadro do grupo de Matinhos é considerado tradicional, de acordo com a autora do presente trabalho, por manterem em suas atividades diárias práticas que conservam há muitas gerações, ou seja, apesar de incorporarem novas tecnologias, se enquadram nos critérios apontados por Diegues (1983) à seguir:

- Populações que possuem um conhecimento adquirido e experimentado, através de gerações, para o uso e manejo de recursos naturais do território produtivo, bem como do espaço vivido e concebido social e culturalmente;
- Possuem uma forma específica de apropriação e relação entre grupos sociais e ambientes naturais;
- Seus conhecimentos se baseiam na transmissão oral, quer das formas produtivas quanto organizativas e culturais, como garantia da manutenção dos grupos sociais distintos;
- Fazem uso de tecnologia simples, reduzida acumulação de capital,

relações de produção definidas no âmbito da unidade familiar nuclear ou extensa, com reduzida divisão de trabalho;

De acordo com o autor nenhuma cultura tradicional se acha em estado puro, intocado, havendo uma contínua reestruturação social, cultural e econômica que depende de uma maior ou menor articulação e dependência do modo de produção capitalista e da capacidade de assimilação cultural de elementos culturais externos. Algumas tecnologias diferentes das usadas em tempos remotos já foram adotadas pelos pescadores estudados, mas são relativamente simples, de impacto limitado sobre o ecossistema, quando comparado à pesca industrial. Seriam tecnologias que foram incorporadas para facilitar o processo de pesca, visando diminuir o esforço físico e o tempo de pesca no mar, e não necessariamente visando se adequar a modernidade e o aumento do lucro.

### 3.2.2 Descrição socioeconômica dos pescadores

Os pescadores de Matinhos, entrevistados pela pesquisa da FUNDACENTRO, formam um total de 38 pessoas. Esse número não representa uma grande amostra diante de aproximadamente 300 pescadores que residem em Matinhos, mas, diante da impossibilidade de encontrar uma quantidade maior de dados, utilizou-se da amostra da FUNDACENTRO para representar a vida socioeconômica dos pescadores. Como já comentado nesse trabalho, além da literatura ser escassa nessa área, principalmente no Paraná, os dados também são, encontrando a pesquisadora bastante dificuldade nessa etapa do trabalho.

#### TABELA 9

Local de residência dos pescadores de Matinhos/PR - 2005

LOCALIDADE EM QUE RESIDEM	QUANTIDADE DE PESCADORES
Centro	23
Gaivotas	1
Bom Retiro	2
Rivieira I	4

<b>LOCALIDADE EM QUE RESIDEM</b>	<b>QUANTIDADE DE PESCADORES</b>
Rivieira II	2
Sertãozinho	2
Mangue Seco	1
Rio da Onça	3
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

Fonte: Dados FUNDACENTRO – 2005

Apesar da maioria deles residirem no centro do Município, as condições encontradas no local não são favoráveis como nas outras localidades do mesmo bairro. Moram em um bairro que é considerado nobre para o município, mas em um local concentrado perto da praia, como se fosse uma “vila”, com casas pequenas e ruas bem estreitas, sem asfaltamento e, muitas vezes, sem ao menos ter um muro para separar uma casa da outra. É um lugar de baixa renda que, de uma certa maneira, isola os pescadores e as demais famílias que lá habitam da parte nobre do Centro. A outra parte do Centro de Matinhos é onde se localizam os edifícios e o comércio, além de inúmeros restaurantes e bares noturnos. Contrastes como esses também são encontrados nos demais bairros que residem, mas não com tanta intensidade, já que se configuram em bairros periféricos e de baixa renda.

Em relação ao tipo de moradia em que os pescadores entrevistados residem, a tabela 10 indica que a maioria (25 pescadores) possuem residências de alvenaria, enquanto sete residem em casas de madeira e 6 em casas mistas, ou seja, de madeira e alvenaria. Observando o local de moradia dos pescadores da região, em pesquisa, observou-se que a maioria das casas em que residem, apesar de serem de alvenaria, têm condições precárias, seja pela infra-estrutura, seja pelas condições de higiene. Esses dados são importantes já que a região litorânea em geral, afeta a durabilidade e o conforto das casas de acordo com o material de construção utilizado.

#### **TABELA 10**

Tipo de moradia dos pescadores de Matinhos/PR - 2005

<b>TIPO DE MORADIA</b>	<b>QUANTIDADE DE PESCADORES</b>
Alvenaria	25
Madeira	7

TIPO DE MORADIA	QUANTIDADE DE PESCADORES
Mista	6
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

Fonte: Dados FUNDACENTRO – 2005

De acordo com os dados da FUNDACENTRO, a renda mensal dos pescadores entrevistados varia de R\$70,00 a R\$1.000,00. A maioria deles (29 pessoas) recebem uma renda mensal que varia de 300 a 599 reais, ressaltando que o salário mínimo na época da pesquisa era de 400 reais. Segundo entrevista com alguns pescadores, estes relatam que o que ganham não possibilita uma vida digna para a família, onde a palavra “digna” significa uma alimentação variada, vestuário, condições da infra-estrutura da residência e questões relacionadas a saúde e educação.

#### **TABELA 11**

Renda mensal média dos pescadores de Matinhos/PR – 2005

RENDA MENSAL	QUANTIDADE DE PESCADORES
Até 90 reais	1
De 100 a 299 reais	3
De 300 a 599 reais	29
De 600 a 899 reais	4
Acima de 900 reais	1
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

Fonte: Dados FUNDACENTRO – 2005

Por acreditarem que ganham pouco somente com a atividade pesqueira, muitos pescadores da região se utilizam de outras atividades para complementar a renda da família; até mesmo porque há períodos em que a pesca não é permitida (defeso) e outros em que não é favorecida pelo clima. Dos 38 pescadores contabilizados, 25 só sobrevive da pesca, enquanto 13 possuem outra profissão para complementar a renda, os “bicos” como já foi comentado anteriormente. As profissões extras citadas foram as de pedreiro (5), encanador e eletricitista (3), diretor do mercado de pesca (1), tesoureiro da colônia de pescadores (1), reparo de motores e conserto de redes de pesca (2) e artesanato em concha (1).

**TABELA 12**

Profissões que exercem além da pesca (pescadores de Matinhos/PR – 2005)

<b>Possuem outra profissão além da pesca?</b>	<b>Quantidade de pescadores</b>
Sim	13
Não	25
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

Fonte: Dados FUNDACENTRO – 2005

Em relação ao grau de instrução, os pescadores, em sua maioria (62,1%) não terminaram o Ensino Fundamental, mas sabem ler e escrever. Entre os 38 pescadores, nenhum diz ser analfabeto, enquanto 1 afirma ter começado a faculdade de Biologia e ter desistido logo no 1º ano. Os fatores que levam a essa baixa escolaridade podem ser analisados de duas formas, segundo Horochovski (2007), que também fez um estudo dos pescadores de Matinhos. Um dos fatores seria estrutural, já que a rede escolar da região se encontra ainda muita escassa, pouco desenvolvida. Os estabelecimentos que oferecem níveis de ensino mais elevados são poucos e, na maioria das vezes, inacessíveis aos pescadores, já que fazem parte da rede particular de ensino.

O segundo fator se deve, de acordo com depoimentos colhidos tanto na presente pesquisa como no trabalho de Horochovski (2007), ao pescador ser um indivíduo que possui uma família grande, a qual precisa sustentar e, conseqüentemente, não sobra tempo para estudar. Segundo o mesmo autor (p.122), “trata-se de declaração ao encontro de uma crença aparentemente arraigada nas camadas populares (e não só nelas) que concede à educação formal o monopólio do saber e da inteligência, o que não deixa de ser desempoderante.”

**TABELA 13**

Grau de instrução dos pescadores de Matinhos/PR - 2005

<b>Grau de instrução</b>	<b>Quantidade de pescadores</b>
Analfabeto	-
Ensino fundamental incompleto	24
Ensino fundamental completo	4

<b>Grau de instrução</b>	<b>Quantidade de pescadores</b>
Ensino médio incompleto	9
Ensino médio completo	-
Ensino Superior incompleto	1
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

Fonte: Dados FUNDACENTRO – 2005

Quando questionados sobre sua profissão (todos são pescadores profissionais com carteira), a maioria (20 pessoas) afirma que gosta de sua profissão e a exerce por prazer. Entre esses, 5 afirmaram que além de gostarem da profissão, adoram a natureza. Outra parte deles (13 pessoas), afirmam que são pescadores porque vem de família, ou seja, porque os pais, irmãos, tios, etc. também são pescadores. Quatro deles afirmam que estão na profissão por falta de opção e 1 pescador afirma que a pesca dá um retorno imediato, já que você pesca, vende, e ganha, na maioria das vezes, o dinheiro na hora.

#### **TABELA 14**

Por que são pescadores (Matinhos/PR – 2005)

<b>Por que são pescadores?</b>	<b>Quantidade de pescadores</b>
Porque gosta da profissão	20
Porque vem de família	13
Por falta de opção	4
Porque a profissão dá um retorno imediato	1
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

Fonte: Dados FUNDACENTRO – 2005

Percebe-se que a maioria dos pescadores afirma estar na profissão porque realmente se identifica com a atividade, apesar de, como veremos no próximo capítulo, acreditar que é uma profissão desgastante e perigosa.

### **3.2.3 O Mercado Municipal de Pescados e a Colônia de Pescadores**

A pesca, como visto, é uma das principais e mais tradicionais atividades

do município, com influências importantes na cultura, economia e até na política da cidade, estando o Mercado Municipal de Pescados e a Colônia de Pescadores entre seus pontos de referência.

### FIGURA 5

Mercado Municipal de Pescados



O Mercado Municipal de Pescados é ponto de referência do Município, para onde se dirigem moradores e turistas. Os pescadores artesanais, suas canoas e o Mercado Municipal de Pescados fazem parte do turismo do Município, uma vez que, não só pela paisagem que esses fatores proporcionam aos turistas, mas em termos econômicos e até mesmo ambientais, esses elementos fazem parte da história da região. Os pescadores muitas vezes participam desse turismo quando, principalmente, os turistas vão até as canoas que chegam do mar e os pescadores descrevem o tipo de peixe coletado, tirando dúvidas e encantando os turistas com sua sabedoria em relação aos seres do mar.

Outra forma de participação, mas usada por somente alguns pescadores, é o passeio que proporcionam aos turistas de canoa, onde cobrando uma pequena quantia os levam passear a mar aberto, mostrando as ilhas próximas da costa, além de levarem algumas pessoas interessadas a fazerem passeios para realização de pesca esportiva. O Mercado reúne, há várias gerações, um número expressivo de famílias. Segundo os pescadores entrevistados, principalmente os membros de famílias tradicionais têm profundas raízes locais e ligações fortes com outros segmentos da população. Além desses aspectos, Horochovski (2007) salienta a importância

econômica do Mercado de Pescados haja vista que a comercialização dos produtos gera trabalho e renda para grande número de famílias. As instalações do Mercado, onde também se situa a sede da Colônia, ocupam quase um quarteirão do centro de Matinhos, em frente a praia e onde ficam as canoas dos pescadores. Nas redondezas do Mercado ficam bares, lanchonetes, peixarias, restaurantes, o escritório da EMATER-PR, etc.

O pescado, no início do Município (déc.70) era vendido na praia e o que sobrava era salgado e secado ao sol; ainda não possuíam um lugar exclusivo para venda, que hoje é o Mercado Municipal de Pescados. O produto capturado, atualmente, é vendido em boa parte direto ao consumidor no Mercado de Pescados e o excedente é comercializado com atravessadores, ou são manipulados e vendidos para restaurantes e lanchonetes. O que mais facilita a venda ali mesmo é que boa parte dos pescadores dispõe de freezer para estoque de pescado.

As relações para divisão do pescado, assim como ainda prevalece hoje, eram feitas entre os pescadores envolvidos na pesca, de acordo com a importância da sua participação no mar. Quando um pescador, principalmente por motivo de doença, não podia sair ao mar, os outros pescadores participantes o entregavam uma parte do pescado, demonstrando que existia um grande espírito de solidariedade (Bigarella, 1991). Além disso, quando a quantidade do peixe era pequena, o então chamada “patrão da rede ou da canoa” abria mão de sua parte sobressalente e recebia igual aos outros tripulantes. Isso mostra que os pescadores da época possuíam também uma conduta de disciplina e, principalmente, cooperação. A retirada da rede com muitos peixes exigia um esforço muito grande e perigoso, principalmente porque essa situação era decisiva para evitar perda de pescado e das redes (Kraemer, 1978).

Ao lado do Mercado existe um outro local onde os pescadores se encontram e que faz parte da sua vida diária. É a Colônia de Pescadores de Matinhos (Z-4)<sup>29</sup>, que possui diretoria eleita pelos pescadores em Assembléia geral, sendo todos os membros desta diretoria pescadores. Conta com a

---

<sup>29</sup> Cada colônia de pescadores tem uma área de abrangência, quase sempre correspondente à área de um município e é normalmente designada pela letra Z seguida de um número ordinal em função de sua fundação dentro de cada Estado da Federação. (Horochovski, 2007)



participação ativa dos pescadores associados nas reuniões e faz a apresentação de contas necessária, controlada pelo Conselho Fiscal.

### FIGURA 6

Sede da Colônia de Pescadores Z-4



Esta colônia, assim como as demais, tem por objetivo maior auxiliar e dar base para os pescadores terem uma melhor qualidade de vida. O principal objetivo formal da Colônia é a “representação e a defesa dos direitos e interesses dos seus associados”, conforme o Art. 1º do estatuto. É regida por um estatuto, implantado no ano de 2005. Segundo Horochovski (2007, p.146),

Trata-se de um estatuto genérico, fornecido pela Confederação Nacional de Pescadores. (As colônias, no entanto, têm liberdade para acrescentar o que quiserem no documento, desde que respeitem os princípios da unicidade sindical e do sistema de representação da pesca profissional, ou seja, estejam subordinadas às respectivas federações estaduais de pescadores e à referida confederação). Na Cidade, além do estatuto, a atividade dos pescadores é organizada pelo “Regimento Interno do Mercado de Pescados de Matinhos”, que fixa as normas para comercialização do produto e garante, ao pescador artesanal, a exclusividade na ocupação das bancas de venda.

Uma das principais conquistas das colônias foi a possibilidade de gestão democrática, ou seja, ter sido autorizada a elas, por meio do Art. 8º do estatuto, a expansão dos princípios que regem os sindicatos, urbanos e rurais: não interferência do poder público, autonomia e unicidade sindical. Entretanto, as organizações de pescadores artesanais em questão não constituem sindicatos e sim associações civis, não compondo, portanto, a estrutura sindical brasileira, nela incluídas as centrais.

Promovem reuniões com órgãos superiores (IBAMA, IAP, EMATER)

para discutir problemas enfrentados pelos pescadores e suas famílias, além de proporcionarem atendimento de saúde e odontológico para os associados. Dos pescadores entrevistados, todos são associados da colônia, uma vez que, segundo eles, *“a colônia ajuda a gente no financiamento das canoas, prá conseguir por eles fica mais fácil, e também tem dentista que é bom, porque se fosse depender da prefeitura não dava”* (pescador P7-35 anos). Os pescadores pagam uma mensalidade de dez reais por mês para a colônia, para manter os gastos como água e luz e para colaborar com os serviços assistenciais, como apoio financeiro, mediante a intermediação de empréstimos a juros baixos (PRONAF) e programas de benefícios à atividade (Paraná 12 meses e Panela Cheia), documentação, acesso aos referidos benefícios, recebimento da aposentadoria especial do pescador e auxílio em caso de doenças.

Percebe-se que a Colônia de Matinhos é bem vista pelos pescadores associados, principalmente no que se refere a assistência que lhe proporcionam. Um dos pescadores entrevistados afirmou que *“sem a colônia não sei como seria, é como se a gente fosse reconhecido como pescador por causa dela, porque sem ela a gente não teria voz. Quando a gente se une lá para as reuniões, conseguimos chegar em uns acordos e o presidente faz com que o que a gente resolveu dê certo.”* (pescador P3-25 anos).

Ainda nas instalações do Mercado, mais especificamente ao lado, a EMATER-PR (Empresa paranaense de assistência técnica e extensão rural), antiga ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), possui uma unidade local.

A instituição atua no trabalho de extensão rural desde a década de 70. Atualmente, atende além de Matinhos o Município de Pontal, através de equipe formada por profissionais da agricultura, pesca e área social. Objetivando buscar ainda mais subsídios para a atuação, a EMATER desenvolveu em parceria com outras entidades, durante este último ano, reuniões, oficinas e seminários visando o desenvolvimento municipal dos diversos conselhos existentes, levando junto a população da região as principais dificuldades enfrentadas por estes. Entre elas, no que se refere a atividade pesqueira, está a diminuição dos peixes e camarões na baía, a destruição das redes dos pescadores artesanais pelas embarcações pesqueiras vindas de outros municípios e estados vizinhos e a falta de participação dos pescadores e

agricultores nas suas organizações (colônias, principalmente).

**FIGURA 7**  
Instalações da Emater de Matinhos-PR



No próximo capítulo iremos refletir de uma maneira mais ampla sobre as entrevistas realizadas na pesquisa empírica do presente estudo, tentando analisar como se dá a construção da identidade dos pescadores artesanais estudados, além de mostrar suas visões sobre a natureza e sua conservação e como ocorrem as relações no interior do grupo.

## **CAPÍTULO 4: A construção da identidade dos pescadores de Matinhos**

Quando falamos da identidade do pescador artesanal, usaremos a definição de Hall (1999), que acredita que existem três concepções diferentes de identidade atualmente. A primeira seria a da pessoa única, autônoma e auto-suficiente, sempre idêntica a si mesma e diferenciada das demais. É caracterizada pelo sujeito do iluminismo, visto que a identidade está, segundo o autor, no interior da pessoa.

A segunda concepção de identidade seria o sujeito sociológico, cuja identidade é construída na interação do eu com a sociedade. Aqui a ênfase recai naquilo que as pessoas têm em comum enquanto um grupo cultural, ou seja, a identidade está naquilo que a pessoa compartilha com o grupo. O sujeito pós-moderno descrito por Hall (1999), terceira concepção, caracteriza-se como aquela pessoa que não tem uma identidade grupal permanente, mas vivencia inúmeras identidades que são, muitas vezes, contraditórias entre si. É o sujeito que possui uma identidade fragmentada e expressa em várias identidades.

A concepção do sujeito sociológico foi a escolhida para discutirmos a questão da construção da identidade do pescador artesanal de Matinhos, uma vez que é mais relevante dentro da perspectiva de entendimento de que os pescadores estudados formam um grupo que compartilha um modo de vida muito semelhante; sendo assim, possuem costumes e valores bastante próximos. Segundo Hall (1999), o sujeito sociológico se forma nas relações com outras pessoas que mediam seus valores e sentidos.

Falar da construção da identidade dos pescadores estudados é descrever não o pescador como pessoa única, mas o grupo e o processo de formação dos pescadores, partindo de sua iniciação na pesca. Este processo conjuga conhecimento e trabalho, indissociáveis e construídos na trajetória desses pescadores. Inicia-se na maioria das vezes como um processo lúdico, que vai se constituindo e formando uma identidade própria: a identidade do pescador artesanal. Essa identidade, de acordo com a pesquisa realizada, começa a ser construída logo nos primeiros anos de vida, ou seja, por volta dos 6 anos de idade os meninos começam a se interessar pela pesca, ajudando nas atividades mais simples, como separar o pescado, desenrolar as redes,

etc. Como já comentado neste trabalho, me refiro a meninos (no masculino), porque realmente no grupo estudado a mulher exerce uma função complementar na pesca, ou seja, não participa da atividade principal – a pescaria –, mas limpa e no máximo comercializa o pescado. E com as crianças não é diferente, já que as meninas não são estimuladas a participarem da atividade e, além disso, não as encontramos na praia, entre as canoas, com a mesma frequência que os meninos.

Percebe-se, como já visto anteriormente, que a pesca é um universo exclusivamente masculino, desde muito cedo, com poucas exceções; exceções estas não encontradas no grupo estudado. Como já comentado anteriormente, a atividade pesqueira se caracteriza assim porque a mentalidade dos pescadores sobre a pescaria em si se faz de acordo com a dificuldade física do trabalho, ou seja, a atividade é muito árdua, exige muito esforço físico. E as mulheres, conseqüentemente, na opinião dos pescadores entrevistados, *“não estão preparadas para agüentar tanta força”* (pescador P8-29 anos), já que são mais *“frágeis”* fisicamente. Além do esforço físico, os pescadores ainda observam que há falta de um *“preparo”* para enfrentar as dificuldades que o próprio clima oferece, como chuva em alto mar, vento, etc. Sendo assim, elas mesmas não se interessam pela atividade, ou não são levadas a se interessar desde cedo, onde fica claro que na visão dos pescadores esse é um universo exclusivamente masculino. As mulheres se detêm então às atividades complementares da pesca, como limpeza e venda do pescado. Tais atividades, no grupo, também são consideradas importantes, já que são fundamentais para o aumento do rendimento da família.

De acordo com Bonin (1984), a relação cotidiana dos homens entre si e com a natureza vai gradativamente delineando um tipo de identidade social. Essa identidade do pescador passa a ser fruto de uma relação dialética entre o indivíduo e o meio natural e social que o circunda. Nas palavras da autora,

Para o pescador, a realidade por excelência é aquela partilhada com seus pares e o seu meio ambiente. O tipo de conhecimento que se produz entre eles pode ser confirmado na experiência, organizando-se como um saber bastante sistematizado. Daí a sua tendência (...) a confiar mais na experiência do que nos instrumentos, mesmo quando há uma mixagem de experiência e tecnologia (Bonin, 1984, p.105)

Os pescadores estudados afirmaram várias vezes que *“o que conta mesmo é a experiência”* (pescador P4-26 anos). Essa experiência, associada diretamente aos anos de pescaria e aos conhecimentos sobre o meio em que vivem, formam a identidade do pescador de Matinhos, que, como visto anteriormente, em sua maioria são pescadores porque gostam, mesmo encarando a profissão como desgastante. Para um dos pescadores entrevistados, *“a pesca é a melhor profissão que existe, estamos em contato direto com a natureza. Só que é puxado, a pesca é muito sacrificosa, mas se tiver disciplina a gente vive bem...”* (pescador P1-63 anos). Esse processo de construção do pescador se dá, em Matinhos, não somente pela obrigação de pescar, já que todos os homens da família pescam, mas pelo gosto da profissão. E, como percebemos em campo, esse fator se torna fundamental para ser considerado *“um bom profissional da pesca”* entre os companheiros, visto que, como em todas as profissões, quando a atividade é realizada com gosto se torna sinônimo de eficiência.

Analisaremos, então, como se dá esse processo de construção da identidade do pescador em Matinhos, além da relação entre eles e com o ambiente que o cerca: a natureza, da qual dependem diretamente para sobreviver em sua atividade profissional.

#### **4.1 Iniciação na pesca**

O início do processo de aprendizagem na pesca, de acordo com os dados coletados, começava bem cedo para os pescadores entrevistados. Os meninos, desde pequenos, acompanhavam o pai, o tio, ou muitas vezes os avós e irmãos mais velhos até a praia, para observá-los durante a saída e chegada do mar. Era através da observação que boa parte dos pescadores começaram a se apropriar dos conhecimentos da pesca, e esse processo de aprendizagem se desenvolvia de uma forma informal, ou seja, a experiência dos mais velhos sendo transmitida na prática aos iniciantes, como podemos observar no depoimento a seguir.

*Eu aprendi a pescar vendo, meu pai morreu de câncer, era*

*pescador, mas meu irmão já sabia pescar, quando meu pai morreu meu tio se sentiu na necessidade de vir pra cá acompanhar meu irmão. Dali pra frente eu vim aqui, com 8 anos 9 anos eu me obriguei a aprender a pescar, limpar peixe. Meu tio e meu irmão fazia e eu ficava só vendo, me metendo, até levava uns cascudo às vezes. Mas tarde aprendi a arrumar canoa, depois arrumar o motor, umas coisa. Meu irmão era muito bom mas não sabia nada desse tipo de coisa, ele era amarrado. Eu me obriguei a aprender, aí eu fui mexendo daqui, mexendo de lá, tive que aprender. (pescador P2-60 anos)*

Percebe-se que a observação direta está intrinsecamente relacionada com a aprendizagem, com a internalização dos saberes na pesca. Esses saberes, como Diegues (1995) comenta, são construídos com base em dados empíricos que advém de uma tentativa contínua da atividade pesqueira em si. Um dos pescadores entrevistados comenta que, além de ser fundamental ter alguém que o “apresente” a pescaria, é observando atentamente que se torna um profissional da pesca, como podemos verificar no depoimento a seguir:

*Aprendi com meu pai, meus tios, me ensinaram. Tudo que eu sei hoje foi através deles, do meu pai bastante, depois através do tempo a gente vai aprendendo também. Eu tinha uns 11, 12 anos mais ou menos. Eu comecei a ajudar. A gente vai aprendendo né, com o tempo, vai tendo mais experiência, vai pegando o jeito. Fui vendo meu pai, meu tio. Meu pai parou de pescar, aí meu tio foi levando a gente junto pro mar. E depois a gente foi também, depois com o tempo foi levando os irmão mais novo, aí a gente foi fazendo a mesma coisa que eles fizeram com a gente, com os nossos irmão mais novo. Eu pesquei com os meus outros irmão também e assim foi passando, vendo, aprendendo. Os mais velhos foram saindo, meu pai, meus tio, e a gente foi entrando. (pescador P5-32 anos)*

A internalização desses conhecimentos, inicialmente, como vimos nos depoimentos, se dá através da observação. Mas a prática se torna fundamental nesse processo, já que a comunicação utilizada pelos pescadores é a

oralidade, diferentemente do pensamento científico, que utiliza primordialmente a linguagem escrita. Enquanto na academia utilizam-se obras escritas para “comprovar” a aprendizagem, no universo da pesca essa comprovação se dá através da prática, ou seja, no trabalho diário do pescador. São esses conhecimentos, adquiridos com o tempo, que permitem aos pescadores se reproduzirem como tais, através principalmente da prática, da ação, onde experimentam, contrastam, atualizam e aprendem sempre novos saberes no meio em que atuam. Um dos pescadores de Matinhos comentou que *“quando o cara não tem experiência, tá começando, erra muito na pescaria. Tem que ser assim, ele erra, faz de novo, aí vai acertando. Aprende errando e ouvindo o conselho dos mais velhos, que aliás já erraram muito também...”* (pescador P3 – 25 anos)

Outro fator que nos leva a refletir sobre a iniciação na pesca dos pescadores de Matinhos é o abandono dos estudos, visto que a maioria (se não todos) pararam de estudar quando se iniciaram na atividade.

*Aprendi a pescar com o meu pai. Meu pai era pescador de Santa Catarina, depois ele veio pra cá. Aí quando eu ia fazer 8 anos de idade eu já comecei a ir com ele. Depois eu comecei a ir com o meu tio, com os outros companheiros do meu pai. Com 11 anos eu comprei uma canoazinha pequena pra mim e ali eu parei de estudar, foi uma coisa fácil pra mim mais que eu fiz errado de parar de estudar.* (pescador P1-63 anos)

No depoimento acima percebemos que os pescadores acreditam que o abandono dos estudos se configura como um fator que prejudica sua vida. Em conversa, observou-se que, apesar de não terem escolarização, possuem uma grande bagagem de conhecimentos sobre a pesca e a natureza<sup>30</sup>, mas mesmo assim não acreditam que estes saberes são importantes para o restante da sociedade, mas apenas para o grupo em que vivem. Esses saberes, adquiridos ao longo da vida no meio em que vivem diariamente, vão servir para confirmar ou modificar algumas crenças, possibilitando um contínuo aprendizado.

---

<sup>30</sup> Ver capítulo 2 do presente trabalho.



Aprendem a relacionar aspectos dos fenômenos naturais, o que, segundo Allut (2000), exige um saber-fazer sobre um meio (o mar) em constante movimento e transformação.

De acordo com as falas dos pescadores, percebe-se que no início a observação é essencial; todos os entrevistados afirmam que aprenderam dessa forma. Em campo percebeu-se que várias crianças correm quando as canoas chegam do mar, seja pela curiosidade de olhar o que vem dentro dela, seja para ajudar a empurrar a canoa até seu lugar. As crianças no grupo estudado freqüentam diariamente a escola, diferentemente dos pescadores entrevistados que, quando crianças, abandonaram os estudos para se dedicar (seja por necessidade ou por gosto) a atividade pesqueira. No turno em que não estão estudando, as crianças do grupo ajudam em atividades corriqueiras, ou seja, ajudam a tirar os peixes das redes, dobram as redes, ajudam a levar o pescado para dentro do mercado; algumas até limpam o peixe e descascam o camarão. Essas atividades, vistas como “ajuda”, se configuram como necessárias para a aprendizagem na pesca, já que o “bom” pescador, segundo os entrevistados, “*é aquele que sabe desde cedo a dobrar a rede, descascar o camarão e depois vai aprendendo até onde estão os cardumes*” (pescador P3-25 anos). Muitos pescadores, quando as crianças estão em volta, distribuem alguns peixes para elas, o que não deixa de ser um estímulo para que essa criança desenvolva, desde muito cedo, o gosto pela profissão. Para um dos pescadores, a pesca tem um papel muito importante na sua vida,

*...eu gosto de ser pescador, é meu sonho desde pequeno, desde moleque mesmo, eu via aquelas canoas saindo e chegando no final do dia e ficava imaginando o que eles faziam lá fora... queria tanto descobrir! Parecia uma aventura muito legal, e só fui descobrir quando cresci né... mas eu continuo adorando, é como se todos os dias que a gente sai é um mistério, sabe? (pescador P3-25 anos)*

Outro fator que deve ser analisado, uma vez que apareceu freqüentemente na fala dos entrevistados, é a importância das relações familiares na atividade pesqueira. A família representa a primeira inserção na pesca. As relações familiares se estendem para desenvolver o gosto da criança

pela pescaria, fazendo com que, nas horas de folga da escola formal, na qual praticamente todas as crianças estão inseridas, estas aprendam outras relações e lições, só que na escola da vida. A escolarização, como visto anteriormente, não é imprescindível para a iniciação na pescaria, já que boa parte dos pescadores entrevistados não terminaram nem sequer o ensino fundamental, mas o que acreditam é que a criança deve ter oportunidade de estudar para poder optar em ser pescador ou não. Embora acreditem que os estudos são importantes, como vimos, a maioria abandona a escola logo nos primeiros anos. Segundo eles, *“o estudo é importante, mas temos que escolher em se dedicar a pesca ou estudar. E estudar não dá dinheiro... pelo menos não agora. Mas a gente precisa sobreviver e ajudar a família, né?”* (pescador P8 – 29 anos). Apesar de começarem a transmitir seus conhecimentos tradicionais para as crianças desde bem pequenas, acreditam que é somente na prática que eles se configuram em um saber válido.

Refletindo sobre as mudanças ocorridas ao longo dos anos na pesca artesanal, um dos pescadores entrevistados observa que a vida mudou muito dos tempos em que ele iniciou na pesca dos tempos atuais. Para ele, os jovens e as crianças *“...nem se interessam mais pela pesca, são tudo preguiçoso, e aqui tem mais opção de trabalho, diferente daquela época que era pescar ou plantar, então não querem ficar suando com a mão cheia de calo e passando frio, são bobo né!”* (pescador P2-60 anos). Para outro pescador, com uma idade mais elevada assim como o pescador P2,

*...o jovem não quer fazer, quer ficar na moleza. E você pode ver que jovem nenhum dorme antes das onze da noite, e o certo é ir ensinando o filho desde cedo a trabalhar, se não vai ficar a vida toda aí na batalha. Eles não querem ficar no frio, no sol, fazendo força. Porque é uma profissão difícil filha, sofrida e bem perigosa. Mas vale a pena!* (pescador P1-63 anos)

Analisando essas duas falas, podemos perceber que realmente a iniciação na pesca vem mudando a cada nova geração, até mesmo pelo fator que um deles observa quando diz que *“naquela época era pescar ou plantar”*. Hoje encontramos uma variedade muito grande de empregos, o que acaba por

afastar muitos jovens filhos de pescadores desta profissão. Porque como o próprio pescador comenta, *“pra continuar na pesca a vida inteira tem que em primeiro lugar gostar muito, ser apaixonado mesmo pelo mar, senão não agüenta...”* . Talvez por terem mais opção, como um dos pescadores comentou, os filhos desses pescadores estão deixando de formar uma “identidade” de pescador artesanal. Enquanto, em uma mesma família de pescadores, alguns filhos desenvolvem a profissão de pescador, outros optam por outras atividades, principalmente o comércio, como observou-se em campo.

#### **4.2 Quem são os “mestres”**

No contexto em que se encaixa essa pesquisa, ou seja, no município de Matinhos, os “mestres” são muitas vezes chamados de “patrão da canoa”. Patrão porque realmente são os donos da embarcação e, geralmente, os donos possuem uma idade mais elevada, conseqüentemente, possuem, segundo os pescadores, mais conhecimentos na pesca. Durante a pesquisa foram entrevistados dois “patrões”, ou mestres para especificar sua colocação no grupo, já que existem exceções quanto a essa questão. Ou seja, alguns pescadores considerados mestres pelos demais não possuem uma canoa. Adotaremos aqui a nomenclatura de “mestre”.

Esses mestres guardam em si o conhecimento e a prática construídos ao longo de anos. O mestre já era chamado nos primórdios da pesca no litoral paranaense dessa forma; era obedecido pelos companheiros e cabia a ele a segurança no mar do resto da tripulação (Bigarella, 1991). Ainda hoje, segundo o pescador P3 (25 anos), ele *“sabe mais, ele cuida de tudo na hora de sair, sabe a posição do peixe, da canoa”*. Na compreensão de Diegues (1983, p.199), “o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar decisões relativas às capturas”. Um dos pescadores entrevistados, comenta que:

*...o cara é dono, ele que manda. O mestre é o que fica na proa, o encarregado, é o manda-chuva. Hoje o cara trabalha em tudo, na*

*proa, na popa, puxa as rede, então aí é que ta o negócio. Um mestre de barco grande aí tem uns ganho, é tipo o engenheiro da obra, aqui não, dividimo tudo igual. Então se caso o cara é bom, de confiança, eu pego ele e digo 'ó, você trabalha na minha canoa aí eu te dou tanto por fora'. Ganha por fora de mim, não do peixe que pescou. Então ele ganha 10%, aí eu ganho 100 reais e dou 10 prá ele...*  
(pescador P3-25 anos)

Percebe-se neste depoimento que a figura do mestre mudou bastante em relação a hierarquia, ou seja, antigamente o mestre além de ser dono da embarcação, ainda era quem fazia a rota e dava as ordens na hora da saída ao mar. Em conversa, percebeu-se que esse fato se dava porque toda confiança nele era depositada, já que “ele sabia tudo”, então, conseqüentemente, era seguro sair com ele para a pesca. Atualmente observou-se que a visão que os demais pescadores possuem dos mestres ainda é de profundo respeito, visto que para um dos pescadores,

*Pra ser considerado um mestre mesmo tem que saber tudo da pesca, desde arrumá canoa e rede até saber quando tá bom pra sair pro mar, a lua boa, onde estão os cardumes de peixe, essas coisas. Porque isso a gente só aprende vivendo mesmo. Tem uns cara aqui que já passaram por muita coisa, até já ficaram afundados lá fora e sobreviveram. Então eles sabem o rumo que tem que tomá, que tipo de peixe vai encontrar...eles sabem tudo porque já viveram tudo.*  
(pescador P11 – 30 anos)

Os mestres, por serem em sua maioria pessoas mais experientes, tanto na idade como nos anos de profissão, são bastante respeitados pelos demais pescadores. Outros pescadores que possuem canoas não são considerados mestres, porque somente compraram a canoa mas não entendem muito das técnicas da pesca e ciclos da natureza. Segundo eles, os mestres têm um conhecimento profundo sobre as marés, a lua, a posição dos peixes, época do ano, etc. Percebe-se pela fala destes pescadores que seu conhecimento realmente tem muita importância para os demais, e eles se sentem honrados

de poderem passar isso para os que estão aprendendo.

A figura do mestre aparece como uma mistura de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, assim como uma postura de disciplina, responsabilidade e empenho entre os pescadores mais jovens. É um misto de teoria e prática, é um olhar sábio, atencioso, que, segundo Maldonado (1986), é um ideal social para as comunidades pesqueiras.

Quando questionados como se dá o processo de passagem de pescadores comuns a mestres, um deles afirma que *“não existe um momento certo para virar um mestre, você só considera o cara um mestre mesmo quando o que ele te ensina funciona, tipo ele diz para não sair que vem tempestade forte ou que num certo local tem peixe; você vai e confirma.”* (pescador P11-30 anos). Observou-se que os pescadores confiam nos mais velhos, e essa passagem de pescador para mestre se dá naturalmente, sem um ritual e sem nenhuma formalidade. Passam a considerar o pescador um “mestre” a partir do momento que passam a ter confiança em suas decisões e percebem na prática que ele realmente está certo na hora de encontrar cardumes, jogar as redes, etc., ou seja, de acordo com os conhecimentos que possui.

Dois dos pescadores entrevistados são considerados, pelo grupo, mestres, uma vez que se encaixam nas características descritas até aqui.

O pescador P2, 60 anos, fazia canoas desde novo e até hoje arruma redes. Mora em uma casa de madeira bem simples na areia da praia, a única que sobrou (uma vez que todas as outras foram tiradas pela prefeitura da cidade), ao lado do Mercado Municipal de Pescados. Diz que só sai de lá quando morrer, que ninguém nunca conseguiu tirar ele de lá e nunca vai conseguir, *“só para levar pro cemitério”*. Está parado porque amputou os dedos do pé por causa da diabete, há cinco anos.

**FIGURA 8**

Ultima casa de pescador na areia



Por ser um dos pescadores mais antigos da região, é tratado com bastante respeito pelos demais, é muitas vezes consultado pelos mais novos para saber se o dia está apropriado ou não para a pescaria e arruma as redes até hoje. Percebeu-se claramente esse respeito, uma vez que, durante a entrevista, vários pescadores bateram em sua casa para pedir algum instrumento de pesca emprestado, perguntar o que fazer com o motor do barco que parou, etc.

Esse pescador iniciou-se na pesca em 1956, aos 9 anos, e segundo ele a vida era muito mais difícil que hoje, como se pode perceber no depoimento a seguir.

*...trabalhava na roça, tirava palmito, quando meu pai morreu ele se sentiu na necessidade de vim pra cá pra acompanhar meu irmão. Tinha três dias que nós não pescava porque não vendia, que era o dia de finados, era o dia de ano novo e às vezes o dia de natal, que era ruim de vender o peixe porque era ruim da gente gelá, nós não tinha gelo, então era ruim, não vendia na praia. Então se a gente matasse peixe, era pescada branca<sup>31</sup>, só de linha de mão, matava 50, 60 de linha de mão só de pescada branca essa que chama de perna de moça. A gente matava aquele peixe tudo de linha, fresquinho, não tinha o que fazer com ele, hoje o cara industrializa,*

---

<sup>31</sup> Espécie de peixe com o maior valor econômico para os pescadores.

*vende. Quando eu era guri a gente não tinha nada em casa, nós não tinha televisão, não tinha água, não tinha roupa. Naquela época isso aqui era um lugar muito pobre, de roupa, comida, remédio. Tudo era difícil, até ficar doente, o cara morria de dor, porque não tinha recurso. Hoje tem recurso, só que todo mundo era honesto, se ajudava, era uma família grandona, todo mundo morava aqui na areia, pertinho um do outro.*

Para esse mestre, a vida dos jovens de hoje é muito mais fácil do que no tempo em que ele estava iniciando na pesca. Afirma que no tempo em que iniciou se ouvia muito mais o que os mais velhos tinham a dizer, o respeito era maior, e, segundo ele, esse fator influenciava diretamente a pesca, já que não se ouve o que os mais experientes têm a ensinar, o que pode prejudicar quando eles saem para pescar. *“...o pescador é teimoso. Mesmo quando você tem mais experiência, conhecimento que teu companheiro, você fala, aconselha, mas ele não ouve, tem que aprender quebrando a cara mesmo, depois volta com as orelhas baixa.”*

Outro pescador considerado pelos demais como um mestre, chamado aqui de pescador P1 (63 anos), iniciou na pesca aproximadamente no ano de 1952. Não mora mais na beira da praia, mas não passa um dia sequer, segundo ele, sem vir até o Mercado, seja para trabalhar ou, quando o dia não está apropriado, para conversar.

*...aos treze anos eu fui embora aqui de Matinhos pra Santos, trabalhar pra lá. Fui e fiquei, conheci muitos lugares, quase todo o litoral aqui do Brasil. Não estudei mais tenho uma visão muito ampla de tudo...Eu fui formado pela escola da vida, eu conheço muito o mar, posso afirmar, eu tive muitas aventuras no mar, naufrágio, me virei aqui diversas vezes, quebrei canoa, perdi canoa, vi tantos tipos de peixe que não saberia contar, passei muito medo, aperto, achei que ia morrer, mas nunca desisti, porque ia ganhando experiência, e hoje eu sei muito sobre a pesca. Voltei pra Matinhos com 26 anos e aqui estou até hoje, agora ensinando um pouco do que eu aprendi para os pescadores que estão começando...*

Para ele, a vida do pescador melhorou significativamente com as novas tecnologias, como o motor nos barcos, já que não precisam mais passar dias em alto mar. Esse fator tem muita influência nas relações familiares, de acordo com seu depoimento:

*Voltei para Matinhos, depois eu casei... prá quem era solteiro a pesca era muito boa, mas para quem era casado era difícil demais... era muito amarrado. A gente ficava muito tempo no mar, passava dias lá fora, e não tinha tempo para a esposa, para os filhos. O primeiro filho meu eu tava no mar e nem vi nascer. Cheguei em casa já com seis dias que ele tinha nascido. E a esposa quase me bateu...mas como é que eu ia adivinhar? Tinha que trabalhar para sustentar a família!*

Ser um mestre da pesca ou mesmo um pescador na época descrita pelo pescador acima (aproximadamente na década de 60, quando os barcos não possuíam motor) significava, muitas vezes, abandonar a família, sacrificando momentos importantes como o citado por ele.

O mestre, como comentam os pescadores, é quem “guia” o barco pelo mar. Esse guiar simboliza o ato de conduzir homens na direção de seus caminhos de sobrevivência em um espaço marítimo marcado por riscos e incertezas, onde o restante da tripulação se deixam mover pela confiança e segurança depositadas no depositário dos saberes tradicionais pesqueiros. O mestre, de acordo com Maldonado (1986), sempre foi o portador de toda uma tradição pesqueira e esta tradição não poderia existir sem a sua presença e seu conhecimento. A continuidade dessa tradição no universo da pesca artesanal tem muita relação com a recriação da mestrança ao longo de gerações, como se observou em campo.

### **4.3 Relações entre os pescadores**

As relações entre os pescadores foram observadas não somente



durante as entrevistas e visitas informais, como também na saída de barco que a pesquisadora teve oportunidade de participar. A organização social do grupo pesquisado está assentada tanto nas relações de parentesco existentes entre as unidades familiares, sejam elas nucleares (pais e filhos) ou extensas (envolvendo avós, tios, primos, etc.), como nas relações de compadrio, de amizade, ou até mesmo meramente profissionais.

Na produção as relações entre a tripulação configuram-se num elemento fundamental para a organização do trabalho. As capturas são coletivas, envolvendo dois ou três pescadores "camaradas", ou seja, os companheiros de pesca. Na saída de barco que foi oportunizada para a pesquisadora, o mestre estava presente, então, como de costume, este ficava na popa, ou seja, controlando o motor da embarcação. É ele quem guia a canoa para o lugar que acredita que estão os cardumes; percebeu-se que até aceita sugestões, mas os demais pescadores (dois, na ocasião) possuem um respeito muito grande por ele, então evitam dar suas opiniões.

### FIGURA 9

Pescadores saindo ao mar para pescaria



Durante a trajetória até o local onde largariam as redes, que durou aproximadamente meia hora, o silêncio era total. Quando chegamos ao local apropriado segundo o mestre, prepararam e jogaram as redes. Em seguida ficaram esperando para puxá-la novamente. Esse período de espera durou aproximadamente uma hora. O tempo para puxar a rede foi mais curto (aproximadamente vinte minutos), mas de grande esforço físico para os pescadores. Percebia-se claramente o cansaço deles; suavam e diversas vezes comentavam que a rede estava pesada, e isso, pelo semblante, era bom. Obviamente a rede estava cheia de pescado. Quando a rede já estava dentro da canoa, começaram a desenrolar os peixes e colocá-los dentro de uma caixa de isopor que estava ao lado. Enquanto isso o mestre já estava ligando o motor da canoa e retornando a praia.

#### **FIGURA 10**

Pescadores retirando o pescado da canoa



A partir dessa experiência, pode-se perceber claramente que, enquanto o mais experiente entre a tripulação está presente, todos respeitam sua opinião. Mas quando não está, os camaradas precisam chegar a um acordo para não terem problemas, como demonstra o depoimento abaixo.

*É difícil quando saímos sem o mestre. Um quer saber mais que o outro, mas a gente entra em um acordo, porque se você já sabe que não vai muito com a idéia do cara, já nem sai com ele, prá evitar*

*confusão. O cara fala que você tem que ir prá um lado, e você vai pro outro, aí já viu... encrensa na certa. O negócio é se dar bem e fazer um acordo bem certo antes de sair. (pescador P4-26 anos)*

Podemos perceber que a figura do mestre é bastante importante na saída ao mar, mas não indispensável. Ou seja, a tripulação pode sair para a pesca sem o mestre, mas precisam fazer um esforço de entendimento muito mais intenso, já que quando o patrão está entre a tripulação é ele quem dá as coordenadas, sem dar oportunidade para sugestões dos demais. Outro pescador comenta que:

*A gente já tem mais ou menos a tripulação certa. Os camaradas que a gente sempre gosta de trabalhar a gente prefere, mas quando não dá, tá doente, tem que fazer uma coisa séria, a gente pega uns de fora. Mas tem que ser um que trabalhe, porque levar o cara pra ficar olhando e ganhar como a gente não dá, né? (pescador P3-25 anos)*

Quando se trata da divisão do pescado, o acordo é bastante claro para os pescadores, que não reclamam porque já é intrínseco ao grupo, ou seja, não está escrito, não é uma lei, mas todos cumprem como se fossem punidos se assim não fizessem.

*De 100% tira 25% pro camarada, que é um pescador, tipo assim, um auxiliar no caso e ajuda a puxar a rede, escolher o camarão, essas coisas tudo daí é ele que ajuda. E o resto fica pro patrão da canoa. Tipo, pesca o dono e o camarada dele, daí ele ganha 25% e 75% fica 25% pro dono e 50% é da embarcação. Quando o dono da canoa não vai é 50% pra embarcação só e 50% pros camaradas.(pescador P10-45 anos)*

A segunda relação a ser discutida é a relação do pescador com o atravessador<sup>32</sup> (comerciante). O pescador, talvez por comodidade, falta de

---

<sup>32</sup> A figura do atravessador já foi descrita no capítulo 1 do presente trabalho.

tempo ou até mesmo por não conhecer as “fontes” de venda, repassa o pescado, que foi difícil de capturar, numa situação muitas vezes de risco e bastante árdua, para o atravessador que, segundo os pescadores, *“não faz nada, fica na sombrinha, esperando a gente chegar do mar”* (pescador P11-30 anos).

Observou-se em campo que há uma diversidade grande de tipos de comercialização, visto que muitos pescadores repassam, já quando chegam do mar, o pescado capturado aos atravessadores, mas muitos deles comercializam no próprio Mercado Municipal. Os que comercializam (eles mesmos ou suas esposas) possuem uma banca no Mercado, mas, quando a quantidade de pescado capturada é grande, passam uma parte para os atravessadores venderem. Apesar de terem que pagar uma quantia por mês para garantir sua banca, segundo os pescadores, passar o produto aos atravessadores é uma forma de garantir que não sobrar o produto. Outros deles, que possuem freezer em sua banca, estocam o pescado e vendem posteriormente. Essa última situação é, de acordo com os pescadores, a ideal para garantir um “lucro” maior na atividade. Mas, ao mesmo tempo, os que possuem o freezer ainda são a minoria, já que o investimento é alto.

Segundo um dos pescadores,

*Pra vender tem vários jeitos, tem uns que guardam, tem uns que chega aqui e vende ali no mercado fiado né, às vezes recebe mais de pingo em pingo, 10, 20, 30. Tem bastante atravessador também, tipo, eles chegam com 1000 quilo de peixe, o cara compra, pega aqui e já vende ali pro outro cidadão a cinqüenta, um real por quilo né, 1000 quilos o cara já ganha o dia dele né. Ele só faz isso, só vende.*(pescador P7-35 anos)

Outro pescador comenta que,

*... tem muito atravessador, eles não são pescador, só vendem, mas não tem dinheiro. Agora se entregasse pra uma empresa que ele sabe que daqui a 15 dias vai receber, mas aqui não tem. Agora aqui*

*às vezes você tem 700 reais pra receber e não recebe, o atravessador não tem dinheiro pra pagar. E como nós ficamos?*  
(pescador P3-25 anos)

Em pesquisa observou-se, realmente, que vários homens ficam sentados na frente do Mercado de Pescados esperando as canoas chegarem do mar. Quando estas chegam, eles se dirigem até elas e *“pegam um peixe de uma canoa, outro de outra daí faz o cambio que a turma chama e sobrevive disso. Câmbio é assim: ele pega o peixe, limpa o peixe e daí vende”* (pescador P5-32 anos). Sendo assim, esse é um problema que muitos pescadores reclamam, uma vez que os atravessadores não pescam, *“eles não querem ficar no frio, no sol, fazendo força”*, mas apenas comercializar o pescado. Mas, como eles próprios comentam, os pescadores se submetem a isso, eles muitas vezes preferem fazer essa negociação do que, além de pescar, ainda ter outro desgaste que seria a comercialização. No pensamento de alguns pescadores, *“o pescador não pode vender, tem um guri que saiu de manhã e não chegou ainda. Como é que ele vai pra banca vender peixe? Ele entrega então pra outro.”* (pescador P3-25 anos)

Esses atravessadores geralmente, no grupo estudado, são oriundos da própria comunidade de Matinhos, mas não possuem as “habilidades” necessárias para a pescaria e, em alguns casos, são pescadores que não praticam mais a atividade porque se machucaram ou perderam a embarcação. A maioria deles, como se pode observar, não possuem condições econômicas favorecidas; utilizam o “câmbio” como uma atividade para complementar a renda. Renda oriunda de atividades diversas, como a profissão de pedreiro, jardineiro, caseiro, etc. Em conversa, os atravessadores comentam que não possuem infra-estrutura adequada para armazenar um grande número de pescados, mas a “vantagem” na venda estaria realmente no lucro em cima do preço da mercadoria que compram e nos contatos que mantém com os comerciantes (em sua maioria donos de peixarias). O tempo deles estaria restrito então a venda; não saem para pescar e, portanto, tem mais tempo para fazer a negociação. Notou-se claramente que esses atravessadores percebem essa “sociedade” que mantém com os pescadores, vantajosa para ambas as partes, já que o pescador não precisa se incomodar com a parte da venda,

diferentemente dos pescadores, que vêem essa relação como prejudicial (como já visto nos depoimentos). Mas, o que pode notar-se é que, apesar de encararem essa relação assim, não fazem nada para mudar a situação.

Em época de veraneio ou até mesmo feriados, os pescadores comentam que é o período onde eles podem tirar realmente um melhor rendimento da venda, não só por aumentar a demanda de pescados, mas por terem a oportunidade de negociar direto com o consumidor. Somente repassam o pescado ao atravessador quando a quantidade coletada é muito maior do que a capacidade de armazenamento.

As relações entre pescadores e comerciantes são ao mesmo tempo conflituosas, mas também amistosas. Notou-se que o pescador percebe com clareza a exploração a que está submetido no “câmbio” (intermediação) que o comerciante faz entre seu produto e o mercado, entretanto depende muitas vezes do atravessador para a comercialização do seu produto, principalmente, como comentado acima, em períodos de grande demanda de pescado.

Essa relação se traduz, algumas vezes, em uma relação de fidelidade, pois assim como o atravessador conta com a produção, o pescador pode contar com a cooperação deste nos períodos mais difíceis, onde a demanda está escassa. Assim, ao mesmo tempo em que essa relação entre pescador e atravessador os incomoda, acaba por vezes deixando-os aliviados, como relata o pescador:

*Eles não fazem nada mesmo, nada não, mas eles não penam no sol que nem nós, o dia todo puxando rede, fazendo força. Mas até que na hora que a gente chega e já vê eles fica feliz, já que não precisamos nos preocupar em vender o peixe e o camarão né. Sei que se eu vendesse, estocasse, ia ganhar mais, podia até ficar bem na vida, mas é muita coisa prá uma pessoa só... (pescador P8-29 anos)*

O grupo de pescadores estudado, como se pôde notar através de observação direta, tem uma relação bastante amigável e principalmente solidária. Os homens saem para pescar pela manhã, bem cedo, aproximadamente às cinco horas da manhã, retornando no final da manhã ou

início da tarde. Após a refeição, feita por lá mesmo, em uma pequena lanchonete ao lado do mercado, e o descanso, vão preparar a saída para o dia seguinte, remendar as redes, consertar as embarcações, enfim preparar os apetrechos, além de repassarem o pescado para os comerciantes. Quando encerram as atividades ligadas à pesca, reservam algum espaço de seu dia para o relaxamento. Em Matinhos, o comércio (Mercado de Pescados) é um dos principais espaços de sociabilidade do grupo de pescadores estudado. Lá estes se encontram para conversar, contar "causos" e histórias e se divertir, até mesmo jogando cartas.

### FIGURA 11

Locais onde confraternizam, guardam seus instrumentos de trabalho e suas canoas



Poderíamos resumir esse espaço de sociabilidade como o principal local da vida desses pescadores, já que até a família da maioria deles permanece a maior parte de seu tempo por lá. Além de, depois de um longo dia de trabalho, relaxarem tomando uma cerveja na lanchonete, ainda encontram espaço para

namorar, assistir uma partida de futebol juntos e até mesmo jogarem na prática a famosa “pelada na areia”, não só no tempo livre como também quando as condições do mar não estão propícias para a saída para a pescaria. Encaram esse espaço como necessário para suas sobrevivências como pescadores, apesar de não mais residirem no local, já que a maioria deles precisou sair das suas casas que eram na areia da praia por questões de segurança. Segundo dados da EMATER, realmente o local onde eram concentradas as residências dos pescadores estava comprometida, devido ao avanço do mar e as ressacas constantes no local; esse é o principal motivo do deslocamento dos pescadores para outras regiões do município.

#### **4.4 Relações de gênero**

Historicamente, segundo Horochovski (2007), pela divisão sexual do trabalho da pesca, a coleta do pescado é praticamente um privilégio masculino. As mulheres exercem diversas atividades na pesca, a maior parte das quais relacionadas ao beneficiamento primário do pescado, como descascar e limpar camarões e peixes, além de vender os produtos em bancas nos mercados de peixe. Pelo fato de as mulheres se inserirem no setor pesqueiro, suas atividades acabam por vincular-se à pesca, ou seja, elas acabam se detendo dessas atividades que advém da pescaria. Segundo Maneschy (2000), por esse motivo o número de pescadoras mulheres, que realmente saem para a pesca em alto mar, é relativamente muito mais baixa do que os pescadores homens no Brasil.

Na comunidade pesquisada, as mulheres também ficam de fora da atividade da pesca em si, mas participam da venda, seleção e limpeza do pescado. Muitas mulheres cuidam da venda no Mercado Municipal de Pescados, fazendo toda a parte de limpeza e negociação.

As mulheres não pescam, segundo os dados coletados nas entrevistas, porque essa profissão exige um “esforço físico muito grande”, além de um “preparo” para enfrentar as dificuldades que o próprio clima oferece, tais como chuva em alto mar, vento, etc. Elas mesmas não se interessam – ou talvez não sejam estimuladas a se interessar desde pequenas - uma vez que “vêem o



*quanto os pescadores sofrem, é uma profissão difícil, penosa, você precisa trabalhar sol a sol, chuva a chuva, e a gente não agüentaria. Para puxar uma rede às vezes dois homens não agüentam, imagine uma mulher então! E pra puxar a canoa então?* (mulher de pescador–32 anos). Em entrevista com as mulheres e os pescadores da comunidade, percebeu-se que o principal fator que influencia a não participação da mulher na pesca (isto é, a saída para o mar) é o esforço físico, ou seja, *“elas não tem estrutura, corpo, força mesmo para pescar, é muito perigoso e desgastante pra elas”* (pescador P8-29 anos)

Segundo Maneschy (2000), as mulheres nas comunidades pesqueiras são mantidas à sombra da sociedade que estruturou a desigualdade entre os sexos. Percebe-se que as mulheres na pesca nos países do Sul enfrentam problemas muito semelhantes conforme relatam os casos. Vemos que existe um pré-conceito sexista que discrimina as mulheres na atividade da pesca propriamente dita nos países de cultura mais machista. O “pré-conceito” cultural em muito destes países considera que a pesca de proximidade, e principalmente quando se destina ao autoconsumo, como não-pesca e sim uma extensão dos afazeres domésticos feitas pelas mulheres.

A percepção generalizada é de que as atividades vinculadas à pesca realizadas pelas mulheres, como tecer rede, o processamento e a venda de pescados, não as qualificam como pescadoras e sim como colaboradoras. O trabalho da mulher por se dar às voltas da casa se torna invisível. As atividades produtivas femininas, em sua maior partes, são descontínuas e nem sempre se traduzem em renda monetária, o que contribui para reforçar sua invisibilidade e dificulta o surgimento de uma “consciência profissional” e individualização das trabalhadoras da pesca. Ao contrário, persiste seu vínculo primordial com às exigências da reprodução familiar. Nota-se, inclusive, a pouca importância que as próprias mulheres atribuem ao próprio trabalho na pesca em sua representação, visto como “ajuda”. Tal percepção do trabalho como ajuda, interiorizada e expressa nas práticas cotidianas, incide no estatuto social da mulher pescadora, que permanece pouco reconhecida pelas instituições. Portanto, apesar de seus múltiplos trabalhos, não se configuram para elas como carreira profissional (Maneschy, 2000).

#### 4.5 A relação pescador-natureza e os conhecimentos tradicionais

Uma das questões abordadas na entrevista foi o significado da natureza para eles, para que percebêssemos qual a visão que o grupo possui dela e qual a relação estabelecida entre ambos, para posteriormente analisarmos qual a importância dos saberes tradicionais que carregam com si. A maioria, como já se esperava, associou-a ao mar, uma vez que dependem das boas condições deste para sua própria sobrevivência. Um dos pescadores, diz que a natureza *“pra mim inclui o mar no caso, o meio ambiente todo, tipo assim, o morro, a serra. Mas a nossa natureza é o mar mesmo, a areia, a lua. É muito complicado definir a natureza em poucas palavras...”* (pescador P11-30 anos)

Para outro pescador, a natureza tem um papel importante em seu dia-a-dia, *“...eu entendo por natureza o nosso mar imenso, tudo o que a gente tira dele, peixe, camarão, marisco, ostra. Então quando a natureza tá de bem com nós, que é o vento, maré, a pesca vai bem. Quando ela tá de mau humor, nada dá certo... então, ela é tudo, não é?”* (pescador P7-35 anos). Percebe-se claramente na visão desses pescadores que, apesar de não se considerarem muito conservadores da natureza (discutiremos adiante), dão muito valor para a natureza, uma vez que são conscientes do papel desta em suas vidas.

*Natureza prá mim é o mar, uma planta, o ar que a gente respira... é o que tem de mais importante na vida, principalmente da nossa de pescador.* (pescador P3-25 anos)

*A natureza é a nossa vida, a gente vive dela e pra ela, já que todo dia a gente tem contato com o mar, a areia, o céu...* (pescador P7-35 anos)

*A natureza prá mim? Fica complicado definir assim, sei lá, ela é tão junta de nós que nem sei explicar... é tudo isso aí que você tá vendo, até a areia que tamo pisando, o céu que tamo vendo, esse mar enorme, esses peixes que tão nele... se não fosse ela, nem sei o que seria de nós... já pensou se não existisse o mar?* (pescador P4-26 anos)

Definições como as colocadas acima são fundamentais para entendermos a visão de natureza que esses pescadores possuem, procurando fazer uma relação com o modo de vida que levam. Dependem diretamente dela, e relacionam o mar a sua sobrevivência direta. Dessa forma, observam diariamente a natureza que os rodeia, possuindo, como já comentado, um conhecimento aprofundado sobre ela e seus ciclos, que pode ser evidenciado no depoimento de dois pescadores:

*É tudo, prá nós a natureza é tudo. Sem a natureza nada dá certo. Desde a plantação, do nascer de uma família, a gestação, o corte de uma árvore, tem que esperar a lua certa. Nós se baseamos muito pela natureza. Quando tá pra dar um vento ou então tá pra ventar de um lado a própria natureza avisa. As estrelas quando tão longe elas começam a oscilar, não sei se você já viu, parece que tão se mexendo. Então daquele lado que ela tá oscilando vem o vento. Quanto mais oscilação tá vento mais forte. Então quando a gente tá no meio do mar, não tem um instrumento de navegação, uma bússola, nada, então como a gente se guia, se baseia? Pela natureza. Se a gente tá numa ilha, os próprios passarinhos avisam se vai dar tempestade. É só prestando atenção na natureza que a gente vai saber definir o que é e o que não é. Tem um passarinho na ilha que se chama massarico, se ele sair gritando, quando a gente chega e der duas voltas na ilha e sentar, pode correr que vem tempestade. A nossa praia aqui, se ela amolecer de repente, pode se precaver que vem maré alta, vem vento, vem tudo. A gente presta muita atenção na natureza pra não quebrar a cara. A gente tá arrastando lá fora de repente a gente começa a encalhar, aí a gente briga, pô, mas é um aviso da natureza, que vem tempestade na frente. (pescador P1-63 anos)*

Analisando esses discursos, nota-se que o pescador percebe-se como um elemento da natureza, ou seja, ele também faz parte dela. Segundo Leff (2002), esse é um dos objetivos na elaboração do saber ambiental, ou seja,

encarar o homem e a sociedade como seres constitutivos da natureza. O saber ambiental preconiza um novo modelo de conhecimento, no qual a razão aberta, crítica e criativa, livre de certezas insustentáveis, faz-se presente. “É um saber identitário”, diz ele, “conformado por e arraigado em identidades coletivas que dão sentido a racionalidades e práticas culturais diferenciadas” (p.185). Esse saber problematiza as ciências para transformar seus “paradigmas tradicionais” e internalizar uma nova dimensão de caráter complexo. Segundo o autor, a internalização do saber ambiental é o primeiro passo para que ocorra um diálogo entre os saberes tradicionais e acadêmicos, ocorrendo, assim, uma valorização dos saberes, por exemplo, dos pescadores artesanais, baseados na observação direta e diária da natureza, como podemos perceber no depoimento abaixo.

*A gente sabe muita coisa sobre a maré, lua. Ó, a lua nova é amanhã. Então a partir de depois de amanhã em diante é um perigo a maré, o mar. Daí já vai ir pra crescente. Hoje, no caso, se der tempo ruim não vai longe a maré, vai tá na força da minguante. Pode ver que se hoje for nascer um bocado de pintinho no ovo tem que quebrar a casca, até o ser humano mesmo. Então maré, a lua, se tiver na força da minguante a maré não cresce. Quarto minguante, aí vai pra quarto crescente em diante, cresce um pouco, na nova cresce mais a maré. Vamo dize, o vento. O vento sul a maré cresce, o leste a maré não cresce. Daí cai aquela chuva de rachá, enche tudo mas a maré não cresce, vento leste né. A força de água também, porque o mar é o seguinte, o mar você não tem uma visão de que jeito que a maré, a água ta puxando. Conforme a maré a água puxa pra um lado. Se você for no Rio ali na barra de Guaratuba, se a maré tiver vazando a água puxa prá fora, sai mar a fora, mar aberto. Se a maré tiver enchendo, entra rio adentro. Então isso é uns macete que tem que aprende, e agente só aprende vivendo, com o tempo né! (pescador P2-60 anos)*

Fica claro que os pescadores possuem um amplo e especializado conhecimento sobre o ambiente em que trabalham, a identificação dos

pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca, as condições da maré, o clima, etc., que, segundo Diegues (1995, p.97), formam a “essência” da pesca artesanal. Para o autor, “este conjunto de conhecimentos” explicados anteriormente nesse trabalho “faz parte dos meios de produção dos pescadores artesanais”, uma vez que é através desses saberes que se configuram em profissionais da pesca.

Os pescadores com mais anos de experiência possuem mais conhecimentos realmente que os pescadores que estão iniciando, conhecimentos esses que adquiriram *“quebrando a cabeça, no muque mesmo, na força bruta, que assim, na força, a gente aprende mesmo, não esquece”* (pescador P1-63 anos). Mas os pescadores mais novos, quando questionados sobre o que precisam saber para serem bons pescadores, foram unânimes em afirmar que é somente através da experiência que se aprende, como se evidencia no depoimento abaixo.

*Experiência. Não adianta ir lá fazer carteira de pescador, é a mesma coisa que carro, você vai lá passa no exame teórico e chega na prática e dança. Chega na hora não sabe pescar. É só pescando que a gente aprende, não tem como.* (pescador P5-32 anos)

Quando se perguntou, em entrevista, sobre o valor de seus conhecimentos para a ciência, todos foram unânimes em afirmar que não são valorizados, já que quando os órgãos governamentais ou mesmo pesquisadores das universidades fazem alguma ação na praia (seja na areia ou no mar), não contam com a opinião dos pescadores que lá passam a maioria dos seus dias. Para um dos pescadores entrevistados, seus conhecimentos

*...não tem valor nenhum, porque se os caras do IBAMA ou do IAP vem fazer alguma coisa aqui eles nunca vieram perguntar pro pescador, quando eles vão mexer na praia eles não chamam o pescador velho que entende de lua, de maré, chegam e vão fazer. Eles acham que é daquele jeito ali, do jeito deles e pronto. Eles tinham que ter uma parceria com o pescador, não sei se tem medo de conversar com nós, ver o que a gente acha de por uma areia ali,*

*jogar uma pedra lá pra acabar com a puxa de água, o que a gente acha. (pescador P5-32 anos)*

Pôde-se perceber que essas atitudes, principalmente dos órgãos governamentais, indignam muitos dos pescadores, já que acreditam que a parceria deveria ser uma ação rotineira entre eles, uma vez que “eles mexem em um bem que a gente usa pra sobreviver”. Sendo assim, os pescadores entrevistados acreditam que seria primordial que esses órgãos estabelecessem um diálogo mais intenso com a comunidade. Outro pescador, quando abordado nessa mesma questão, conta que,

*Esses dias veio um pessoal da Universidade Federal e fez uma reuniãozinha com o pessoal aqui, e perguntou como deveria ser feito, gostei daquilo ali sabe, fizeram uns projeto certinho e vieram perguntar se era bom o que que a gente achava. Tem alguns pescadores que acham que é bom que os caras perguntem, outros que acham que não, nunca entra num bom senso todo mundo sabe, se pensasse igual não tinha briga. (pescador P11-30 anos)*

Conhecimentos sobre os peixes, os cardumes, a maré, as fases da lua, enfim, sobre os ciclos da natureza são fundamentais para ser pescador, principalmente para ser pescador *artesanal*, já que não utilizam equipamentos de navegação modernos, como o radar, o GPS, etc. Toda a confiança na hora de sair para o alto mar vem dos conhecimentos que possuem, sendo assim, se não adquirem esses saberes, chamados de tradicionais porque são passados de geração a geração, podem sofrer conseqüências sérias na pescaria. Allut (2000), referindo-se ao conhecimento dos pescadores artesanais, defende que “o saber de certas profissões e ofícios constitui um corpo de conhecimentos que transcende ao que geralmente entendemos por conhecimento vulgar ou leigo”. Percebe-se claramente na visão dos pescadores entrevistados, a importância desses conhecimentos adquiridos na prática, através da luta diária, da experiência, dos desafios. Esses saberes possuem características marcantes, uma vez que se configuram na observação contínua e vivida lado a lado com a natureza.

#### 4.6 Alguns aspectos sobre o conservacionismo dos pescadores

Quando abordamos o tema da conservação da natureza, a questão central desse estudo, percebeu-se que há uma ambigüidade nas afirmações. Ao mesmo tempo em que os pescadores entrevistados não consideram os pescadores artesanais em geral conservacionistas, acreditam que eles próprios são, como se não fizessem parte da categoria. Como se considerássemos que os homens em geral são destruidores da natureza, mas nós mesmos não fôssemos. Podemos perceber essa ambigüidade no depoimento a seguir:

*Eu conservo o meio ambiente, mas a maioria não tanto assim, porque às vezes tem uns pescadores aqui que jogam o óleo na praia de qualquer jeito, não tão nem aí. Eles não têm conhecimento, eles acham que aquele óleo que vai cair ali vai afundar na areia, vai afundar e não vai causar nada. Que nem esses dias atrás que deu aquela maré grande, a gente sentiu o cheiro do óleo que tava aqui, tudo óleo que jogaram na praia sabe, na maré vem, bate o vento e o cheiro vem, veio a tona aquele cheiro. Então é assim, eles não tem conhecimento do que vai acontecer, do que não vai. Já o lixo eles não jogam, eles cuidam mais, tem bastante latão aqui e tal.*  
(pescador P4-26 anos)

No depoimento acima o pescador comenta sobre a questão do óleo velho do motor, que não tem mais condições de ser reutilizado. Esse problema apareceu na fala de vários pescadores, indicando um risco ao ecossistema aquático, já que esse óleo jogado na areia é absorvido por ela e conseqüentemente se mistura a água do mar. Mas como o pescador afirmou, eles tomam essa atitude porque não tem informação, na visão deles.

Outro pescador entrevistado acredita que conserva a natureza, mas os pescadores em geral não, já que, segundo ele, “*tem muitos pescadores que pegam plástico e jogam no mar, abre uma garrafa de óleo, põem no motor e jogam a garrafa no mar, a prova tá aqui ó, na minha canoa, olha quantos galões eu guardo prá jogar no lugar certo.*” (pescador P1-63 anos). Esse é um

outro aspecto a ser considerado quando tratamos da conservação da natureza. O mar é um lugar de produção para os pescadores, portanto, se configura em uma fonte de remuneração. Sendo assim, o principal instrumento para eles é a natureza, seu local de vida e produção. A conservação, neste caso, deveria ser intrínseca em suas vidas, natural, espontânea. Segundo Maldonado (1986), o respeito pela natureza das comunidades que dependem dela para sobreviver é natural, como se ocorresse um processo de interiorização a partir do momento que nascem e crescem nesse meio. Mas, no grupo estudado, em vários momentos percebeu-se que a percepção que possuem sobre a natureza é a de que, apesar de fazerem parte dela e agirem sobre ela, possuem atitudes que ora condizem com práticas de conservação, ora não, como veremos a seguir.

A maioria dos pescadores estudados, apesar de se considerarem conservacionistas, possuem práticas que vão contra o que discursam, como foi possível observar em campo. Muitos largam as redes, estragadas pelo mar, na areia ou até mesmo diretamente no mar. Essas redes, que atualmente são confeccionadas em náilon<sup>33</sup>, têm uma durabilidade maior, e assim demoram muito mais tempo para se decomporem. Em conversa informal, um dos pescadores admitiu que jogam muitas vezes sacos plásticos no mar, o que acaba por matar alguns peixes quando ingeridos por eles. Diegues (1995), afirma em seus estudos sobre a pesca, que após a Segunda Guerra Mundial a atividade pesqueira sofreu alterações significativas, como a introdução das redes de nylon, do gelo e do motor, isto é, insumos não mais fabricados pelos pescadores manualmente. Nesse contexto, o autor ressalta nesse mesmo período o surgimento das primeiras empresas industriais de beneficiamento e captura de pescado, o que alterou e muito o modo de vida dos pescadores artesanais, que até então não possuíam uma competição significativa em sua atividade. Nas falas abaixo podemos perceber mais uma vez a dualidade dos pescadores entrevistados, uma vez que apesar de admitirem que poluem a natureza com o óleo dos barcos jogado na areia, acreditam que seu tipo de pesca (artesanal) causa um impacto muito baixo ao meio ambiente, enquanto afirmam que a pesca industrial, além de poluir o mar com óleo e lixo, ainda “mata” os peixes pequenos que os pescadores artesanais poderiam

---

<sup>33</sup> Ver tabela 8 – decomposição de materiais.



comercializar.

*Você vê, não tem nada que estrague o meio ambiente aqui, a gente pesca pouco, já a pesca industrial é diferente, eles trocam óleo aí pra fora às vezes a gente encontra galão daqueles preto assim cheio de óleo, óleo queimado que eles tiram do motor e jogam em alto mar. Imagino se um galão desses estoura, quantos quilômetros de óleo vai ficar espalhado no mar. Eles prejudicam a gente, o peixe que a gente mata é de um quilo pra cima, eles não, já começam a matar desde o filhotinho até o adulto. Aí os pequenos eles matam e jogam fora, não aproveitam nada que a gente podia vender, comer. Acho que isso que é destruir o meio ambiente né. (pescador P8-29 anos)*

*Eu conservo sim, tipo, a maioria da gente não faz nada que destrua o meio ambiente, pesca pouco, não suja, não acabamos com os peixes, se todo mundo pescasse que nem a gente não seria assim com é, destruindo tudo. (pescador P7-35 anos)*

Neste depoimento fica clara a visão que possuem de si mesmos, ou seja, da categoria de pescadores artesanais. Eles acreditam que não degradam a natureza porque a quantidade de pescado que capturam é pequena, ao contrário da pesca industrial que, segundo Pimenta (2001), realmente não dá chance para a natureza repor as espécies capturadas. Os relatos dos pescadores retratam um cenário antigamente de abundância de peixes nas proximidades da comunidade. Para pescar, naquele tempo, bastava possuir os instrumentos necessários e dominar as técnicas de trabalho. Segundo informações obtidas dos entrevistados, não era necessário remar muito para poder pescar camarão, pescada, tainha, robalo ou sardinha. *“Tinha peixe por aqui tudo, por aqui em volta tudo dava”* (pescador P1-63 anos).

As mudanças na base técnica da produção pesqueira artesanal com a introdução do motor nas canoas, a substituição do fio de algodão pelo fio sintético de nylon para a confecção das redes e a introdução da tarrafinha para a pesca do camarão representaram impactos tecnológicos que tiveram fortes

reflexos sobre os estoques das diversas espécies (Diegues,1983). As alterações técnicas no processo de trabalho da pesca artesanal contribuíram para o esgotamento das espécies de pescado. Segundo Maldonado (1986), em todo o litoral brasileiro, entretanto, fica a questão: qual o tamanho do impacto produzido na degradação das espécies promovido pela pesca artesanal se comparado com o impacto causado pelas embarcações grandes da pesca industrial?

Deve-se admitir que os atuais apetrechos de trabalho da pesca artesanal possuem uma capacidade de degradação ambiental relativamente menor do que a tecnologia empregada pela pesca industrial e utilizam, dentre outros equipamentos o sonar para localizar os cardumes, que são capturados com o auxílio de grandes redes de pesca nem sempre adequadas e predatórias. Os próprios entrevistados admitem que para pescador capturar o pescado atualmente, apesar do barco no motor ter facilitado e muito suas vidas, precisa navegar de uma a três horas para encontrar os peixes e camarões. Um dos pescadores observa que o pescado está claramente mais escasso,

*Claro que hoje o peixe tá mais escasso, então fica pior de sabe onde ele tá. Primeiro quando vinha tainha, às vezes não tinha nada, daí vinha um cardume bem grande e ficava pra lá de Praia de Leste, ficava uns 3, 4, 5, 6 dias parado ali, ali ninguém mexia nele, nem tinha rede boa pra jogar, mas dava pra ver. Cação vinha aqui no seco, camarão pistola, um monte. Hoje não tem nada. Como diz a turma: nos fomo na granja pega tudo as galinha e comemo tudo. A moral da história é essa mesmo. Eu em 40 anos não criei nenhum, só matei né. (pescador P2-60 anos)*

Em todos os depoimentos, quando abordados sobre a questão da conservação ambiental, os entrevistados comentaram sobre a influência da pesca industrial na destruição da natureza. O depoimento abaixo se torna crucial para entender a visão destes pescadores sobre a pesca industrial, ou pelo menos o que afirmam, em suas falas, a maioria deles.

*O que acaba com o peixe é a exploração. Por quê? Porque tudo que*

*eu matei na minha vida inteira de peixe, em 40 anos de pesca, os cara matam numa noite, 80 toneladas, 150. Levam 150 toneladas e abrem a rede e vão embora, deixam os peixe pequeno porque não tem o que fazer com ele, o peixe sai morto já da rede. Eles se fazem de bobo, porque os sardinheiro trabalham dentro da lei, eles alegam que só pegam peixe grande e vivo, então aquela quantidade enorme de peixe acabou assim, pela exploração, não da poluição. (pescador P2-60 anos)*

Os pescadores estudados, em sua maioria, comentam que o fator que causou a diminuição do pescado foi a exploração das grandes embarcações. Segundo Pimenta (2001), a quantidade de peixes capturada pela pesca industrial realmente é muito maior do que a artesanal. Os pescadores artesanais, de acordo com Diegues (1983), estão acostumados com a pequena produção, portanto já se caracterizam como “pequenos produtores”. Não aceitam a pesca industrial porque além de serem diretamente prejudicados por ela, como afirmam nos depoimentos, acreditam que esta depreda constantemente a natureza de uma forma violenta. Percebe-se que eles são conscientes de que esse tipo de pesca tem um impacto alto sobre o ecossistema. Acreditam que a pesca, em geral, além de ser considerada uma atividade arriscada, é também bastante competitiva, o que, segundo Maldonado (1986) se deve ao fato do mar ser considerado patrimônio comum. Um dos pescadores, quando abordado sobre as técnicas da pesca industrial, comenta que suas redes

*(...) é muito pequena demais sabe, a malha deles não passa um dedo. Olha a nossa aqui, é malha doze mais ou menos, assim, a gente mede de ponta a ponta. Na malha deles não passa uma pontinha de dedo, então mata tudo, desde os pequenininho até os grandão. E assim tão acabando com o peixe, porque onde eles cercam é cardume de peixe e o peixe encarduma pra desovar. Então eu acho que a grande destruição do peixe tá nos barcos industrial. (pescador P5-32 anos)*

A pesca realizada pelo ser humano, uma vez considerado o pescado um recurso natural renovável, passa a ter a necessidade de ser controlada, já que, segundo Abdallah (1998), desequilibra o estoque desse recurso. Esse controle se materializa através de regulamentações (voltadas para a exploração racional dos recursos pesqueiros) da atividade pesqueira. De acordo com a autora, “como a intensidade da pesca é um fator importante para definir o estoque de pescado (podendo, inclusive, tornar questionável o caráter renovável deste recurso), surge como aspecto relevante o gerenciamento da exploração dos recursos pesqueiros para viabilizar a obtenção do melhor proveito possível dessa atividade sem, contudo, comprometer o estoque de peixes.” (p.38).

A legislação pesqueira brasileira possui variadas leis, decretos e instruções normativas que proíbem a pesca até uma distância (em milhas) da costa, assim como normas que proíbem a captura de determinadas espécies de pescado. Há, de acordo com Abdallah (1998), várias categorias da legislação da pesca no Brasil, que podem, no contexto da presente pesquisa, serem alocadas em três grupos:

- *Limitar a pesca por tempo*: Estabelece estações do ano em que se permite a pesca. A idéia é limitar os dias liberados para pescar e, assim, manter o estoque reprodutivo de peixes,
- *Licenças de pesca*: Este instrumento implica emitir licenças de pesca em número limitado. Dessa forma, restringe-se o número de barcos autorizados a pescar. O propósito dessa regulamentação é controlar o esforço de pesca.
- *Restringir tipos de insumos utilizados na pesca*: O controle de insumos (instrumentos) utilizados na atividade pesqueira pode ser feito limitando o tamanho do barco de pesca, limitando sua capacidade para estocar e refrigerar o pescado, restringindo ou proibindo o uso de aparelhos para localizar cardumes, entre outras formas.

Torna-se óbvio, então, que para administrar a exploração dos recursos pesqueiros de forma racional, faz-se necessário regulamentar a atividade pesqueira (isto é, captura e venda do pescado). Em Matinhos, o período de defeso do camarão que compreende a cada ano três meses aproximadamente, é a principal preocupação dos pescadores estudados em relação a legislação.

Nesse período os pescadores (tanto artesanais como industriais) ficam proibidos de capturarem o camarão branco, por ser a época de reprodução dos mesmos, ficando sujeitos a punição e multas caso realizem a atividade. O Governo então concede um salário para os pescadores cadastrados que compreende todo o período de defeso. Em relação a esta questão, um dos pescadores comenta que,

*Esse ano não teve defeso, a gente trabalha no defeso. Pra nós é bom, a gente dá uma fugidinha de vez em quando, aí os barcos grandes não e sobra mais pra gente. Se eles pagassem o salário certinho nessa época aí sim a gente não ia, mas eles não pagam, atrasam e como que a gente vai pagar as contas, comer. Às vezes fecha a caçada no dia primeiro de março e você vai receber só em junho, julho. E a água, a luz, ninguém come, ninguém bebe, isso é um problema aqui pra nós. Se eles pegarem multa, prendem a embarcação e fica preso na polícia federal. Perde rede e tem que pagar uma multa de seis mil reais ainda. E a canoa fica presa uns 3, 4 dias. (pescador P2-60 anos)*

Percebe-se nesse depoimento que os pescadores artesanais de Matinhos raramente respeitam o defeso, mesmo sabendo das conseqüências que essa atitude pode trazer ao equilíbrio da natureza. Em conversa, nota-se que os pescadores justificam suas atitudes através da pesca industrial, dizendo que nesse período as grandes embarcações não pescam e o salário atrasa. Este se refere ao salário desemprego que os pescadores recebem do Governo em períodos de defeso. Eles sabem do risco que correm se a fiscalização (IBAMA e IAP) pegá-los, mas mesmo assim correm o risco.

A atividade de fiscalização do IBAMA objetiva garantir que os recursos naturais do país sejam explorados racionalmente, em consonância com as normas e regimentos estabelecidos para a sua sustentabilidade, visando diminuir a ação predatória do homem sobre a natureza, buscando, segundo o IBAMA também a implementação de uma política de fiscalização mais educativa e menos punitiva. Com relação à pesca, o IBAMA atua no combate à pesca predatória, principalmente nos períodos dos defesos das espécies

controladas, piracema e pesca predatória, através da presença permanente dos Agentes de Defesa Ambiental, nos locais de captura, desembarque e comércio de pescado, além de fazer a fiscalização e combate à atividade pesqueira da frota marginal (sem autorização e/ou registro).

No caso dos pescadores artesanais, a embarcação deve estar cadastrada junto a Capitania dos Portos de Paranaguá, assim como todos os pescadores da embarcação devem possuir carteira de pescador profissional, tirada também na Capitania. Segundo um pescador é necessário, para fazer a carteira, *“pegar autorização da Colônia, uma assinatura do presidente, o Seu Mário, e depois ir lá em Paranaguá. Todo mundo tem que ter a carteira, se não tiver leva multa do IBAMA, da Capitania”* (pescador P5-32 anos). A maioria dos pescadores entrevistados afirmam possuir a carteira, com exceção de dois, mais novos, que dizem que ainda não tiveram tempo de ver essa questão.

Três dos pescadores entrevistados relataram que os órgãos governamentais que cuidam da parte ambiental (em especial o IBAMA e IAP), deixam a desejar no que se refere a proteção ambiental, já que não fazem palestras, cursos ou até mesmo orientações para eles, de como cuidarem da natureza. Os pescadores afirmam que muitos deles não cuidam da natureza porque não tem conhecimento, *“não sabem como cuidar”*, como podemos perceber nos depoimentos a seguir.

*Falam que precisa tirar o óleo em uma latinha e guardar pra devolver depois mas os cara pensam que é besteira. Que nem os anzóis, os prego, deixam tudo na areia, soltam no mar. Tem uma grande parte que cuida, hoje nós até não vemos piche na praia. Mas os caras não sabem o que fazer, não acreditam só na nossa palavra, e os cara do meio ambiente não ensinam eles como deve fazer, o que pode acontecer.* (pescador P10-45 anos)

*É falta de ter alguma coisa educativa. Uma vez só tivemos uma reunião, os cara do Meio ambiente diziam que quando você troca de óleo do motor tem que jogar numa latinha. Mas não explicam o porquê, o que pode acontecer... Então esse é o tipo de coisa que precisava.* (pescador P8-29 anos)

Percebeu-se, em várias falas, que realmente os pescadores estudados são conscientes de há uma falta generalizada de informação sobre as questões ambientais, salientando diversas vezes que não entendem como a ação que exercem sobre a natureza pode prejudicá-la.

Apesar de todos os depoimentos aqui relatados, a grande questão é: afinal, os pescadores artesanais são conservacionistas ou não? Pôde-se perceber que, apesar de causarem algum impacto ambiental, assim como todo o resto da sociedade, este ainda é muito baixo, quando comparados com a pesca industrial. A adoção de técnicas de captura tem maior seletividade e menor escala de predação, podendo considerá-la, então, menos impactante ao ambiente explorado, no caso, o mar. Segundo Cardoso (2001), os pescadores artesanais teriam entre suas preocupações, a continuidade e reprodução das pescarias, advindo uma maior necessidade de conservação dos recursos pesqueiros.

De acordo com a pesquisa realizada, certamente a visão desses pescadores é bastante diferenciada daquelas trazidas por outros setores sociais, já que o ambiente está intimamente ligado, de forma direta, nas relações do pescador artesanal com seu objeto de trabalho, como se fosse aquela natureza pouco mediada pelo trabalho humano (Tozoni-Reis, 2004).

Não cabe aqui, entretanto, criar uma imagem “ideal” do pescador artesanal como sendo ecologicamente correto. Afinal, ele não deixa de ser um produtor em busca de sua reprodução social e, por vezes, desrespeita os ciclos de reprodução do pescado. No entanto, os pescadores artesanais estudados possuem uma percepção de que a queda da produtividade na pesca afeta diretamente o seu modo de vida, além de que a degradação do seu ambiente de trabalho os afeta diretamente. Sendo assim, uma de suas maiores preocupações está no esgotamento do pescado.

Apesar dos pescadores estudados não possuírem práticas diárias de conservação da natureza, possuem ainda assim formas conservacionistas, já que, segundo Cunha (2004), a observação sistemática da natureza, de acordo com suas leis e movimentos internos, até mitos e crenças, constituem em si atitudes de conservação da natureza.

## REFLEXÕES FINAIS

Para que possamos ter uma visão mais abrangente do presente trabalho e subsidiar algumas considerações, faremos agora uma síntese dos principais aspectos abordados no texto. No primeiro capítulo abordamos o tema da pesca e sua organização para retratarmos como se configura a pesca artesanal no Brasil e mais especificamente na história do litoral paranaense. Percebemos que os pescadores de que trata essa pesquisa se enquadram nos moldes da pequena produção mercantil (Diegues, 1983), uma vez que possuem práticas de manejo e modos de vida que estão de acordo com os ritmos da natureza, além de possuírem um baixo impacto sobre o meio ambiente quando comparados a pesca industrial.

Analisando a questão da atividade pesqueira, a opinião de Diegues (1995) é importante para entendermos que os pescadores artesanais possuem percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos, se associando a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há uma grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Segundo Bonin (1984), o que diferencia o pescador artesanal do agricultor, por exemplo, é a questão do processo produtivo “terra” e “mar”, ou seja, o objeto de trabalho de um e de outro, já que o dos agricultores se configura em torno de um bem, a terra privada – portanto mercadoria -, e o dos pescadores é um bem comum. Segundo a autora, é a mediação do mar que vai dar conteúdos específicos ao processo de trabalho na pesca, uma vez que esse representa a relação prática entre o homem e a natureza como determinado pela fase específica do desenvolvimento das forças produtivas.

É essa mediação do mar que dá especificidade ao trabalho do pescador artesanal. É a partir daí que se manifesta a identidade social e a representação que o pescador faz do seu objeto de trabalho – o mar – e de si mesmo. Assim sendo, como pudemos observar na pesquisa de campo, a relação dos pescadores com o mar se torna muito forte e conseqüentemente, muito importante em seus cotidianos.



Em um segundo momento procuramos discutir sobre os conhecimentos tradicionais que os pescadores trazem em sua bagagem profissional, os quais, pelo menos no universo pesquisado, são muito importantes sob o ponto de vista da contribuição para a conservação da natureza, uma vez que esses saberes são construídos pela observação constante do meio ambiente em que vivem.

Tratar da modernidade dentro da perspectiva da importância do resgate da tradição, nas proporções que assumem atualmente nossos problemas socioambientais, demonstram o quanto é necessário o surgimento de um novo caminho para a sociedade em geral. Caminho esse que deve ser compreendido à luz de uma nova sensibilidade e de uma nova racionalidade acerca da natureza. No caso estudado, ou seja, os pescadores artesanais de Matinhos, uma das conclusões gerais aponta para a necessidade do diálogo entre o conhecimento científico e os conhecimentos tradicionais. Como comenta Diegues (1995), esse fator aparece como um elemento essencial para a produção de novos conhecimentos e transformação das práticas científicas e políticas de conservação; ao contrário do que pensam alguns conservacionistas, trata-se muito mais de administrar visões e interesses humanos, muitas vezes opostos, do que manejar processos naturais. Esse diálogo entre os saberes pressupõe diálogo entre os homens em geral, e o reconhecimento de que estas comunidades que possuem modos de vida e trabalho tradicionais apresentam peculiaridades em sua forma de ver o mundo.

A idéia de que a construção de novas formas de conservação da natureza envolve um amplo diálogo entre tradição e modernidade, ou seja, uma nova relação entre o homem e a natureza, implica, primeiramente, em um olhar sábio para frente e para trás. Ou seja, como Leff (2000) comenta, a tradição precisa ser ressignificada, e os modos de vida dos pescadores estudados têm uma grande contribuição nessa discussão, visto que a compreensão da pesca artesanal enquanto tradicional nos leva a pensar em um resgate dos valores em relação à natureza.

Através da hipótese primeira dessa pesquisa, pudemos avançar muito no que se refere a questão ambiental em geral, uma vez que os resultados e análises da pesquisa empírica permitem responder não somente se os pescadores artesanais possuem práticas conservacionistas, mas também a

complexidade da atividade profissional como sendo a grande mediadora da relação homem-natureza. Para os pescadores estudados, em primeiro lugar a profissão é a sua essência, um saber-fazer específico, construindo assim a identidade social do grupo. É principalmente nesse aspecto que a presente pesquisa se torna relevante sob os pontos de vista científico e social.

Trabalhar com a construção da identidade dos pescadores de Matinhos foi relevante não somente por essa ser uma questão primordial no resgate da valorização das formas tradicionais de produção, mas também para entendermos a complexidade de modos de vida diferenciados do urbano dominante. Os pescadores estudados constroem suas identidades antes mesmo de saberem que profissão irão seguir. Crescem em um meio que valoriza a proximidade com o mar, com os ciclos naturais; percebem os ventos, as marés, o voar dos pássaros, as nuvens... e essa diferença nos leva a concluir que esses pescadores valorizam os tempos da natureza, e esse fator não deixa de ser uma prática conservacionista. Prática essa que se torna, quando adultos, um valor ambiental, criando uma racionalidade que, apesar da implantação de novas tecnologias no setor pesqueiro<sup>34</sup>, deixa que transpareça a sustentabilidade dos recursos utilizados para sua atividade profissional. Concluimos que é o tipo de pesca que praticam – artesanal – e não somente ações secundárias que exercem em seus cotidianos<sup>35</sup> que justificam o fato de suas práticas não degradarem a natureza, ou, mais especificamente, não colocarem em risco a reprodução dos recursos pesqueiros.

Em contraposição, como observamos no texto apresentado, surge a necessidade de refletirmos sobre as práticas utilizadas pela pesca industrial. Pudemos perceber, não somente através das entrevistas e das conversas informais com os pescadores de Matinhos, mas também através da bibliografia utilizada, que os pescadores industriais possuem práticas que dificultam a recomposição dos recursos pesqueiros. E esse fato interfere diretamente no trabalho dos pescadores artesanais, colocando muitas vezes, segundo eles, em risco o estoque de pescados. Uma das falas, já comentadas no corpo deste trabalho, mas que nos chama muito a atenção, leva-nos a refletir sobre essa questão: “...*tudo que eu matei na minha vida inteira de peixe, em 40 anos de*

---

<sup>34</sup> Canoas de fibra de vidro, motor nos barcos, redes de náilon, etc.

<sup>35</sup> Jogar óleo do motor dos barcos na areia, por exemplo.

*pesca, os cara* (pescadores industriais<sup>36</sup>) *matam numa noite*” (pescador P2 – 60 anos). Reclamam, ainda, da inclusão da pesca artesanal nos períodos de defeso, alegando que o baixo impacto ambiental de sua atividade, quando comparado à pesca industrial, justificaria a permissão de pesca para o ano inteiro. Aqui chegamos a mais uma conclusão importante dentro do contexto pesquisado: criar mecanismos eficientes de fiscalização da exploração do recurso pesqueiro é crucial à implementação de quaisquer medidas de conservação e exploração racional do recurso pesqueiro, evitando-se, com isso, que o estoque seja explorado além de sua capacidade de sustentação.

Para os pescadores de Matinhos, tornar-se pescador artesanal costuma ser uma herança familiar. A maioria dos entrevistados, como observamos, iniciam na pesca já na infância, num processo de constante socialização. Quando crianças seus trabalhos são vistos como “ajuda”, são executados de uma maneira lúdica. Com o passar do tempo essa “ajuda” é substituída, aos poucos, por obrigações cada vez mais concentradas na atividade. Em conversa, um dos pescadores entrevistados comentou que antigamente as crianças ajudavam mais na pesca, mas, por conta da legislação, a atuação dos Conselhos Tutelares vedou este tipo de trabalho, considerado como trabalho infantil. Como pudemos perceber, os mais jovens iniciam-se como aprendizes, saindo ao mar com pescadores mais experientes e essa é uma das etapas obrigatórias para se tornar um pescador profissional.

Analisando a situação atual do grupo pesquisado, a profissão continua a ter atratividade entre os jovens das famílias envolvidas com a pesca, mas, no entanto, a variedade de setores econômicos cresceu consideravelmente, o que leva muitos jovens do grupo a optarem por outras profissões. Alguns dos entrevistados comentaram que ainda continuam na pesca porque não conseguiram “nada melhor”. Isso nos leva a pensar nos riscos que a atividade pesqueira proporciona, tanto em questões financeiras como em questões de saúde<sup>37</sup>. Essa falta de interesse dos jovens, oriundos de famílias de pescadores, pela atividade pesqueira, se dá por essas questões ou estes já não compartilham mais com uma identidade de pescador artesanal? Estas são questões para as quais ainda não temos respostas, temos apenas

---

<sup>36</sup> Grifó meu.

<sup>37</sup> Ver capítulo 1, item 1.1 do presente trabalho.

inquietações, visto que é difícil prever como caminhará a realidade desses jovens daqui para frente. Mas, a partir da pesquisa, pudemos perceber que os jovens estão deixando de se interessar pela atividade, e isso pode acarretar em uma quebra da identidade de pescador artesanal de Matinhos e sua não reprodução social.

Analisando o papel dos mestres, depositários dos saberes tradicionais da pesca, percebemos que, apesar de não serem nos dias atuais indispensáveis para a saída ao mar, ainda representam um “porto seguro” aos demais pescadores estudados. São, portanto, figuras essenciais para a valorização não somente do grupo em si, mas dos conhecimentos que possuem sobre a natureza que os rodeia. Ainda hoje percebemos que os pescadores mais jovens pedem conselhos aos mestres na hora de sair para a pescaria e isso representa a confiança neles depositada.

Uma questão não abordada nas entrevistas mas que acredito ser bastante relevante para refletirmos sobre a conservação da natureza são os comentários feitos pelos próprios pescadores, em conversas informais, sobre a importância de terem “*alguma coisa educativa*”, deixando claro que há uma falta de programas de educação ambiental<sup>38</sup> na comunidade e justificando suas atitudes frente ao meio ambiente pela falta destes. É necessário que esses programas viabilizem uma ampliação da consciência ambiental desses pescadores, oportunizando assim possibilidades maiores de participação nas decisões de mudanças em seu ambiente de trabalho e principalmente como um meio de perceberem-se como “fiscais” e, ao mesmo tempo, responsáveis pela conservação da natureza. A educação ambiental, tão crucial para desenvolvermos uma nova racionalidade ambiental, entra aqui como uma sugestão para trabalhos futuros, que venham a complementar não somente essa pesquisa, mas um universo muito mais amplo que engloba as formas tradicionais de vida e sua valorização.

Todas essas questões foram abordadas neste trabalho. Tiveram o objetivo de buscar caminhos para, se não a valorização dos saberes tradicionais, pelo menos a possibilidade de refletirmos sobre o papel da ciência em relação à conservação da natureza, na medida em que o conhecimento

---

<sup>38</sup> Ver capítulo 2, item 2.2 do presente trabalho.

científico tem autorizado a adoção de práticas de conservação que não estão alcançando os objetivos propostos.

De uma forma geral, acredito que as contribuições deste trabalho constituem-se na demonstração de que outros tipos de conservação devem ser priorizados, além de ressaltar a importância de nos voltarmos para a natureza encarando-a como aliada, como essencial a nossa sobrevivência, e a forma como os pescadores estudados lidam com as questões ambientais, de uma forma geral, nos leva a crer que o modelo econômico vigente ainda é – senão o principal – um dos maiores obstáculos para a perda dos valores relacionados à natureza.

Nossa investigação procurou apresentar também uma contribuição para pensarmos em práticas de conservação ambiental atreladas a modos de vida tradicionais ou, de alguma forma, que diferem das formas de vida urbanas, uma vez que seu contato e dependência da natureza é muito mais intensa. Nós, que vivemos em cidades onde muitas vezes não podemos (ou não temos o hábito) observar o meio ambiente que nos rodeia, precisamos valorizar as práticas – talvez inconscientes – dos pescadores artesanais, visto que, como Diegues (1995) coloca, a relação que possuem com a natureza é de total dependência e vem se construindo há muitas gerações. Além disso, precisam se adaptar com um tempo diferente do urbano-industrial, já que seguem os ritmos da natureza e não o tempo ditado pelo relógio.

Observar o dia-a-dia do grupo foi uma experiência bastante rica no sentido de acreditar que podemos, se não resolver, pelo menos amenizar os problemas ambientais através de um diálogo constante com povos que carregam com si o respeito pela natureza. São essas reflexões que nos permitem também, assim como Maldonado (1986) coloca, pensar que esses pescadores conhecem os limites da coleta de pescado de acordo com o ritmo da natureza, tendo assim, como condição primordial de sua reprodução social, a manutenção – ou pelo menos a tentativa - do equilíbrio ambiental.

Para finalizar, gostaria de voltar rapidamente a meu ponto de partida, ou seja, a grande inquietação de investigar se os pescadores possuem práticas de conservação da natureza. Sobre essa questão, depois de percorrer um longo caminho em busca de uma resposta adequada, posso concluir que, pelo menos o grupo estudado, possui sim práticas de conservação da natureza,

uma vez que estas estão implícitas em seu dia-a-dia, convivem em consonância com os ciclos naturais, e, acima de tudo, gostaria de ressaltar que é o modo de vida que levam que me fez chegar a essa consideração. O conjunto de conhecimentos teóricos e também práticos que os pescadores artesanais apresentam sobre o comportamento, reprodução e até mesmo hábitos dos peixes, assim como os ciclos naturais oferece uma rica fonte de informações de como manejar, conservar e utilizar os recursos pesqueiros de uma maneira sustentável. Uma nova concepção de conservação da natureza precisa ser concebida em parâmetros mais complexos dos que tem sido até agora adotados e esses novos parâmetros incluem a conservação não só dos recursos naturais, mas também a conservação da sócio-diversidade, isto é, da diversidade social e cultural das populações locais (Diegues, 2000).

Finalizando essa pesquisa, queremos ressaltar que essas considerações não pretendem esgotar o assunto, mas apenas contribuir para a discussão do tema e apontar caminhos para outras pesquisas na área.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, P.R. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução.** Tese de Doutorado em Economia. Piracicaba: USP, 1998.

ALLUT, A. G. **O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas públicas.** In: DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.* 2ed. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo: Hucitec, 2000.

ANDREOLI, V. M. **Compartilhando saberes: os conhecimentos tradicionais e a educação ambiental.** Monografia de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2005.

\_\_\_\_\_, ANACLETO, A. **A sustentabilidade do turismo no litoral do Paraná, através da educação ambiental.** Artigo apresentado no IV EPEA (Encontro paranaense de Educação Ambiental). Guarapuava, 2006.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil.** Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os sistemas de produção pesqueira.** In: *Desenvolvimento no litoral do Paraná: subsídios à ação.* LIMA, R. E. & NEGRELLE, R. B. Curitiba: NIMAD-UFPR, 2002.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: Homem e Terra: reminiscências.** Matinhos: Prefeitura Municipal de Matinhos/ADEA, 1991.

BOFFO, M. S., REIS, G. E. **Atividade pesqueira da frota de média escala no extremo sul do Brasil.** FURG – Departamento de Oceanografia Laboratório de Recursos Pesqueiros Artesanais. Rio Grande do Sul: FURG, 1992.

BONIN, A. A. **A pesca e seus trajetos: um estudo dos pescadores artesanais do canto da praia de Itapema-Sc.** Tese de doutorado – PUC-SP: São Paulo, 1984.

BORNHEIM, G. **O Conceito de Tradição.** In: Tradição e Contradição. Jorge Zahar Editor/Funarte: Rio de Janeiro, 1987.

CARDOSO, E. Se. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social.** Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2001.

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais.** In: DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.* 2ed. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo: Hucitec, 2000.

CHAVES, P. T.; ROBERT, M. C. **Embarcações, artes e procedimentos da pesca artesanal no litoral sul do Estado do Paraná.** Rio Grande do Sul:

Atlântica, 2003.

COSTA, M.C.C. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1987.

CUNHA, L. H. O. **Tradição e Modernidade: Imagem, Natureza e Movimento**, In: Ensaio de Elaboração da Tese de Doutorado. Apresentado a PUC/SP. São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **Saberes patrimoniais pesqueiros**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.7. Curitiba: UFPR, 2004.

DIEGUES, A. C. **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ed. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERREIRA, A. P. **Inspeção microbiológica para avaliação da qualidade das águas ambientais**. Revista Brasileira de Farmácia. n. 84(2), 2003.

FLORIANI, D. **Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: um breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.1. Curitiba: UFPR, 2000.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: UNICAMP, 2001.

FRANCO, A. C. N. P. **Caracterização da comunidade pesqueira de Antonina, Paraná**. Monografia de conclusão do curso de Oceanografia. Pontal do Paraná: UFPR, 2004.

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <[www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br)> Acessado em 11/12/2006.

GARCEZ, D.S. & SÁNCHEZ-BOTERO, J.I. **Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Rio Grande: Atlântica, 2005.

GEHLEN, I. **Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social**. In: FERREIRA, A.D., BRANDENBURG, A.(orgs). *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.

GIDDENS, A. **Para além da Esquerda e da Direita**. Tradução de Álvaro



Hattner. São Paulo: UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade Pessoal**. Tradução: Miguel Vale de Almeida. 2ed. São Paulo: Celta Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papyrus, 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOROCHOVSKI, R.R. **Desatando nós: associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos, Paraná**. Tese de Doutorado – UFSC: Florianópolis, 2007.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)> Acessado de agosto a julho/2007.

IBGE. **Censo Demográfico e Resultados Preliminares do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO AQUALUNG. Disponível em: <[www.institutoaqualung.com.br](http://www.institutoaqualung.com.br)> Acessado em 22/03/2006.

IPARDES. Cadernos municipais IPARDES. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)> Acessado em 02/11/2006.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de pesquisa n. 118. USP: São Paulo, 2003.

KRAEMER, M. C. **Malhas da pobreza: Exploração do trabalho de pescadores artesanais na baía de Paranaguá**. Dissertação em C.S.- PUC-SP, São Paulo: 1978.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. Série princípios. São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, M.C. **Mulheres na pesca artesanal: percepção e estatuto**. In:

Coleção Eduardo Galvão, Belém: 2000.

MEDINA, N. M. **Amazônia. Uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental**: Documentos Metodológicos. Brasília: IBAMA, 1994.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e ciências humanas**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

PIERRI, N. **O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social**. Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente n. 8. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

PIMENTA, E. G. **Análise estatística de acidentes com barcos de pesca**. Grupo de Estudos e Projetos Especiais, GEPE. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

RICHTER, G. O. **Pesca e aqüicultura**. 2000. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. Divisão de Conjuntura Agropecuária. Disponível em: <[www.pr.gov.br/seab](http://www.pr.gov.br/seab)> Acessado em 10/01/2006.

SEMA-PARANA. **Monitoramento da balneabilidade das águas do litoral do estado do Paraná período 1989/90 à 2004/05**. Relatório técnico: Curitiba, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Capinas, São Paulo: autores associados, 2004.

VALE, P. G. **Estudo sobre as condições de saúde e segurança no trabalho dos pescadores do litoral do Paraná**. Monografia de conclusão do curso de Oceanografia. Pontal do Sul: UFPR, 2006.

VIEIRA, L. V. L.; JORGE, M. A. **Turismo sustentável no litoral sul de Sergipe: zoneamento dos aspectos ambientais e impactos associados**. I Seminário de Pesquisa FAP-SE: Aracaju, 2003.

## **ANEXOS**

### **ANEXO I**

#### **Roteiro para entrevista aos pescadores artesanais de Matinhos-PR**

- Como e quando você começou a pescar?
- Na sua opinião, quais foram às mudanças mais significativas na pesca desde que você começou na profissão?
- Qual é o tipo de pesca que você pratica? Você pode descrevê-la para mim?
- Sua família contribui para o seu trabalho? Seus filhos são pescadores?
- Para você, o que significa Natureza?
- Qual a importância que você dá para a conservação do meio ambiente?
- Você se considera um conservador da Natureza?
- Na sua opinião, seus conhecimentos sobre a pesca e sobre o mar têm valor para a ciência? Como você acha que esses conhecimentos podem contribuir para a ciência?
- Como você vê a figura do mestre de barco? Qual o seu papel?
- Como é passado o conhecimento para os pescadores iniciantes?
- Quais as conseqüências, na sua opinião, da degradação do meio ambiente para sua profissão?

## ANEXO II QUESTIONÁRIO DA FUNDACENTRO

LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO QUE ENVOLVEM AS ATIVIDADES DE  
PESCA E MERGULHO PROFISSIONAL  
Questionário do Trabalhador

NUMERO DO QUESTIONÁRIO: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
PESQUISADOR: \_\_\_\_\_  
AREA SUJEITA AO DEFESO: ( ) SIM ( ) NAO

### IDENTIFICAÇÃO

01. Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Comunidade: \_\_\_\_\_  
Município/Distrito/Estado: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Ministério da Agricultura: \_\_\_\_\_ PIS: \_\_\_\_\_  
Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

02. Local e data de nascimento: \_\_\_\_\_

03. Há quanto tempo reside nesta Comunidade? \_\_\_\_\_

04. Grau de instrução:

- ( ) Analfabeto
- ( ) Ensino Fundamental Incompleto (menos que a 8a série)
- ( ) Ensino Fundamental Completo (8a série completa)
- ( ) Ensino Médio Incompleto (menos que a 3a série do 2º grau)
- ( ) Ensino Médio Completo (3a série do 2º grau)
- ( ) Superior Incompleto
- ( ) Superior Completo
- ( ) Outros

05. Curso de Aperfeiçoamento / Qualificação:

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_  
Onde? \_\_\_\_\_  
Duração: \_\_\_\_\_

( ) Não

06. Estado Civil :

- ( ) Solteiro
- ( ) Casado
- ( ) União Consensual
- ( ) Desquitado/Divorciado
- ( ) Viúvo

07. Renda Mensal: \_\_\_\_\_

Nº de filhos : \_\_\_\_\_

Nº de dependentes : \_\_\_\_\_

Quantos trabalham em sua casa? \_\_\_\_\_

Tamanho da residência (Número de peças): \_\_\_\_\_

Tipo da residência: ( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Outras \_\_\_\_\_

Possui Instalação:

( ) Elétrica / Luz

- ( ) Hidráulica / Água - ( ) Poço Artesiano ( ) Água encanada  
 ( ) Sanitária / Esgoto - Tipo: \_\_\_\_\_

### VIDA PROFISSIONAL

08. Com que idade você começou a trabalhar? \_\_\_\_\_

09. Quais as profissões que você já exerceu? \_\_\_\_\_

10. Profissão: \_\_\_\_\_

Função exercida: \_\_\_\_\_

Exerce outras atividades remuneradas atualmente?

( ) Sim, qual a atividade? \_\_\_\_\_

( ) Não

11. Há quanto tempo você trabalha como pescador?

( ) Menos de um ano

( ) 1 -5 anos

( ) 5 -10 anos

( ) Mais de 10 anos

12. Relação de trabalho:

( ) Registro em carteira de trabalho

( ) Sociedade

( ) Conta própria

( ) Cooperativa

( ) Outros

13. Você tem férias regularmente?

( ) Sim

( ) Não

14. Associado:

( ) Sim

( ) Não

Caso positivo: ( ) Associação ( ) Sindicato ( ) Colônia ( ) Outros

15. Porque você é pescador? \_\_\_\_\_

16. Qual o tipo de espécie capturada? \_\_\_\_\_

Quantidade capturada (Média em kg): \_\_\_\_\_

Qual a área de trabalho:

( ) Pesca em alto mar ( ) Pesca somente na baía ( ) Pesca em alto mar e na baía Local de pesca? \_\_\_\_\_

Possui interesse no cultivo? ( ) Sim ( ) Não

Caso positivo, qual espécie?

( ) Ostra ( ) Caranguejo ( ) Camarão ( ) Robalo ( ) Outros, quais? \_\_\_\_\_

Outros interesses:

( ) Artesanato, qual? \_\_\_\_\_

( ) Cursos, qual? \_\_\_\_\_

### CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE

17. Trabalha embarcado?

( ) Não

( ) Sim

Em caso negativo, quantas horas você trabalha, em média, por dia?

( ) 4 -6 horas

- 6 -8 horas
- Mais de 8 horas

Em caso de embarcado, as saídas para a pesca são:

- Diárias \_\_\_\_\_ ( ) N° de horas \_\_\_\_\_
- Semanais ( ) N° de dias \_\_\_\_\_
- Outros ( ) Especificar: \_\_\_\_\_
- N° de dias no período especificado

18. Condições de vida no trabalho:

Nas embarcações:

- Local das refeições ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim
- Qualidade das refeições ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim
- Local de descanso ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim
- Local de sanitários ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Para o pescador de terra :

- Local das refeições ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim
- Qualidade das refeições ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim
- Local de descanso ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

19. A que horas você se levanta para o trabalho?

- 4 horas
- 5 horas
- 6 horas
- 7 horas
- 8 horas
- Outras, especifique: \_\_\_\_\_

20. Qual o tempo médio utilizado de sua residência ao porto/barco?

- menos de 01 hora
- de 01 a 02 horas
- de 02 a 03 horas
- de 03 a 04 horas
- Mais de 05 horas

21. E o tempo médio utilizado do barco pesqueiro ao local da pesca?

- Menos de 01 hora
- de 01 a 02 horas
- de 02 a 03 horas
- de 03 a 04 horas
- Mais de cinco horas

22. E a que horas costuma se deitar?

- 21 horas
- 22 horas
- 23 horas
- 24 horas
- 1 hora

23. Quais são os seus apetrechos de trabalho?

- Rede
- Anzol
- Tarrafa
- Barco
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

24. De modo geral, as condições dos seus apetrechos de trabalho são:

- Boas
- Regulares

Ruins

25. Dê sua opinião sobre as condições de trabalho:

Com relação ao ruído \_\_\_\_\_

Com relação à vibração \_\_\_\_\_

Com relação às condições térmicas \_\_\_\_\_

Com relação à umidade \_\_\_\_\_

Com relação à iluminação \_\_\_\_\_

26. Qual o tipo de embarcação que você utiliza no seu trabalho?

Embarcação:  Bote  Barco  Canoa

Tipo:  Motorizado  Remo

Própria  Sim  Não

27. Qual a roupa que você utiliza no seu trabalho? \_\_\_\_\_

28. Que fatores importantes, na sua opinião, poderiam melhorar as suas condições de trabalho? \_\_\_\_\_

29. Em seu ambiente de trabalho existe algo que prejudique a sua saúde

Sim, o que? \_\_\_\_\_

Não

30. Você já esteve afastado por doença ou acidente do trabalho?

Sim  Não

Se sim, por quê? \_\_\_\_\_

Por quanto tempo? \_\_\_\_\_

31. Indique com que frequência você apresenta os sintomas descritos abaixo? Coloque o número correspondente obedecendo aos seguintes critérios:

(1) Sempre	<input type="checkbox"/> Cansaço na vista
(2) Algumas vezes	<input type="checkbox"/> Dores nas costas
(3) Raramente	<input type="checkbox"/> Dores no pescoço e ombros
(4) Nunca	<input type="checkbox"/> Dor de cabeça
	<input type="checkbox"/> Câimbras
	<input type="checkbox"/> Outros. Quais?

32. Existem equipamentos de salvatagem em sua embarcação?

Não

Sim, quais? \_\_\_\_\_

Colete salva vidas

Cobertor

G.P.S.

Balsa

Sinalizadores

Bujão com água potável

Bóia circular com cabo retivida

Caixa de primeiros socorros

Lanterna de mão

Outros \_\_\_\_\_

33. Você sabe prestar os primeiros socorros?

Sim  Não

34. Você sabe alguma coisa sobre Segurança e Saúde do Trabalhador?

Sim  Não  Um pouco

35. Você tem informações sobre os seus direitos e deveres previdenciário e/ou trabalhistas?

Sim  Não

36. Você tem recebido o seguro desemprego na época do defeso?

Sim, qual o período: \_\_\_\_\_

Tipo de defeso:  Mar aberto  Baía Espécie: \_\_\_\_\_

Não, por quê? \_\_\_\_\_

37. Participa de alguma atividade comunitária ou social?

Sim -Quais? \_\_\_\_\_

Não

Outras -Especifique: \_\_\_\_\_

38. Nos momentos de folga, que lazer você tem? \_\_\_\_\_

39. Como é o seu relacionamento com seus companheiros de trabalho?

Informal  Formal

Tenso  Descontraído

40. Fuma:  Sim  Não

41. Ingere bebida alcoólica:  Sim  Não

42. Comentários: \_\_\_\_\_